



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)

PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BENAVENTE

PROPOSTA TÉCNICA DE ALTERAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO AO REGIME EXTRAORDINÁRIO DA REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE)

abril|2022

Versão para Discussão Pública



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)

Índice

1. Enquadramento.....	3
2. Conteúdo material e documental da alteração ao PDM.....	4
3. Alteração ao Regulamento do PDM.....	5
4. Notas finais.....	10
Anexo I – Declarações de Reconhecimento do Interesse Público Municipal.....	11
Anexo II – Atas das Conferências Decisórias.....	12
Anexo III – Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo (Planta 1.1, folhas A e B).....	13



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)

1. Enquadramento

A publicação do **Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro**, estabeleceu, *com carácter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo*. Trata-se do **Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas, abreviadamente designado por RERAE**, que foi posteriormente alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho e que procedeu à *Salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras, alterando o prazo estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro*.

Com tal iniciativa legislativa é fundamental aproveitar a janela de oportunidade que constitui a **proposta de alteração da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Benavente**, assente no carácter extraordinário da regularização de atividades económicas regulado pelo RERAE, com a possibilidade de compatibilizar o Plano com instalações/explorações económicas já existentes e de relevante interesse para o município.

Em harmonia com este regime, nas situações de desconformidade da localização do estabelecimento ou exploração com o PDM e nos termos do fixado pelo artigo 5.º, n.º 4, al. a) do RERAE, tornou-se imperativo que o pedido de regularização tivesse de ser instruído com uma *deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal*, a ser emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

A promoção deste procedimento revela-se, pois, a oportunidade/necessidade para a alteração da Primeira Revisão do PDM de Benavente, qualificando o território e desenvolvendo a base económica local. Sendo a presente proposta de alteração constituída pelas instalações, explorações e estabelecimentos das atividades económicas enquadradas no RERAE, localizadas na área administrativa do município e de cuja conferência decisória resultou uma deliberação favorável ou favorável condicionada, e por isso, suscetíveis de regularização.

Enquadrados pelo disposto no **artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio**, que aprovou a revisão do **Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)**, "*Os planos intermunicipais e municipais são alterados em função da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes ou sempre que essa alteração seja necessária*,



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente (DMOPPUDA)

em resultado da entrada em vigor de novas leis ou regulamentos.", conjugado com o disposto no **artigo 12.º, n.º 1 do RERAE**, compete à Câmara Municipal, "*... promover a alteração, revisão ou elaboração do IGT em causa, no sentido de contemplar a regularização do estabelecimento ou exploração ...*" em desconformidade com Instrumento de Gestão territorial (IGT) vinculativo dos particulares.

Assim, é dever desta Câmara Municipal, na sequência dos procedimentos previstos no artigo 12.º do RERAE, proceder à adequação do IGT em vigor nas áreas abrangidas pelos pedidos de regularização relativos às atividades económicas em desconformidade com o Plano, cuja Conferência Decisória tenha resultado uma deliberação favorável ou favorável condicionada, emitidas ao abrigo do RERAE.

Consideramos, então, os seguintes **objetivos desta alteração, previstos no RERAE**:

a) a regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;

b) a alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Referimos ainda que, nos Termos de Referência foi programado o prazo para discussão pública de 40 dias, no entanto, dado a alteração ser restrita ao já definido nas atas das conferências decisórias, julga-se ser mais adequado adotar o prazo estabelecido pelo **n.º 2, do artigo 12.º RERAE**, "*A alteração, a revisão ou a elaboração dos instrumentos de gestão territorial previstos no número anterior está sujeita a discussão pública pelo prazo de 15 dias, sem prejuízo das regras de aprovação, publicação e depósito, nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial em vigor, não lhe sendo aplicáveis os demais trâmites previstos neste regime, incluindo a respetiva avaliação ambiental.*" (Negrito e sublinhado nosso).



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)

2. Conteúdo material e documental da alteração do PDM

Os conteúdos material e documental do PDM encontram-se estabelecidos, respetivamente, nos artigos 96.º e 97.º do RJGT. Contudo, tratando-se de um *“procedimento célere de alteração dos planos municipais em vigor”* (preâmbulo do RERAE), os conteúdos deverão ser adaptados.

A alteração do PDM, que agora se propõe, traduz-se, essencialmente, na adaptação de normas do Regulamento às atividades abrangidas pelo RERAE e às condicionantes estabelecidas nas respetivas conferências decisórias, pelo que os conteúdos do Plano a alterar deverão refletir a mesma. Deste modo, deverão ser objeto de alteração os seguintes elementos do PDM de Benavente:

- a) Regulamento: proceder-se-á à adaptação do regime de uso do solo;
- b) Planta de Ordenamento: identificar-se-á na Planta 1.1, folhas A e B - Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo, assinalando com um número de ordem as Áreas a Regularizar no Artigo 10.º-A e a elencar no Anexo III do regulamento.

3. Alteração ao Regulamento do PDM

De acordo com os Termos de Referência aprovados pela Câmara Municipal de Benavente em 19 de julho de 2021 (conforme o Aviso n.º 277 afixado na Câmara Municipal no dia 03 de setembro de 2021), propomos introduzir no Regulamento uma nova norma aditando o artigo 10.º-A e o Anexo III. Propõe-se também, aditar à Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo (Planta 1.1, folhas A e B) as áreas a Regularizar no Artigo 10.º-A e a elencar, no Anexo III, identificadas com o respetivo número de ordem.

Propomos, então, a introdução das seguintes alterações ao Regulamento do PDM de Benavente:

Artigo 10.º-A

Regime excecional de regularização de atividades económicas (RERAE)

1 – As atividades económicas a que se aplica o presente artigo são as constantes no Anexo III do presente Regulamento, abrangidas pelo Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

**Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)**

(RERAE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, que tenham, cumulativamente:

a) Sido objeto de deliberação de reconhecimento do interesse público municipal emitida pela assembleia municipal, em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do RERAE;

b) Obtido deliberação favorável ou favorável condicionada no âmbito da conferência decisória prevista no n.º 1 do artigo 9.º do mesmo diploma legal.

2 – Para efeitos de análise e decisão de processos de legalização das operações urbanísticas referentes à regularização, alteração ou ampliação de instalações relativas a atividades económicas existentes que tenham obtido deliberação favorável ou favorável condicionada na conferência decisória prevista no RERAE, independentemente da categoria de espaço onde se localizam, e que se encontrem em desconformidade com o instrumento de gestão territorial ou com as restrições, servidões de utilidade pública, serão observadas as disposições de carácter extraordinário fixadas pelo diploma referido no n.º 1 do presente artigo, no estrito cumprimento das condições impostas na conferência decisória, devendo ainda atender ao enquadramento ambiental, paisagístico e urbanístico com a sua envolvente.

3 – Cessada a atividade enquadrada pelo regime legal referido no n.º 1 do presente artigo, sem prejuízo das alterações às restrições, servidões de utilidade pública e às condicionantes legais existentes, quando tal se venha a verificar necessário, as novas operações urbanísticas para as áreas anteriormente ocupadas pelas atividades económicas ali referidas ficam sujeitas à regulamentação respeitante à categoria de espaço constante no Plano em vigor. [...]

**"ANEXO III: LISTAGEM DOS PROCESSOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS COM DELIBERAÇÃO FAVORÁVEL OU FAVORÁVEL
CONDICIONADA EM SEDE DE CONFERÊNCIA DECISÓRIA (RERAE – DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO)**



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

**Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)**

N.º de Ordem - R1

Empresa: MNS – Valorização de Resíduos, Lda

Localização: Rua Arneiro das Pedras, freguesia de Samora Correia

Processos Camarários: 1292/2014 e 1248/2016

Processo RERAE: 140/2008 – 450.10.30.00073.2014

Tipo Atividade Económica: Gestão de Resíduos

Deliberação Assembleia Municipal: 26 de fevereiro de 2016

Conferência Decisória: 15 de março de 2017, ocorrida nas instalações da CCDR LVT, com emissão da deliberação favorável condicionada nos termos definidos na ata da conferência decisória.

N.º de Ordem – R2

Empresa: Meia Bota II – Investimentos Imobiliários, Lda

Localização: Foro do Grilo, Estrada Municipal 515, freguesia de Benavente

Processos Camarários: 1486/2015 e 402/2016

Processo RERAE: 007358/01/LVT de 2015

Tipo Atividade Económica: Pecuária

Deliberação Assembleia Municipal: 26 de fevereiro de 2016

Conferência Decisória: 21 de setembro de 2016, ocorrida nas instalações da DRAP LVT, com emissão da deliberação favorável condicionada nos termos definidos na ata da conferência decisória.

N.º de Ordem – R3

Empresa: Promorpec – Agro-Pecuária, Lda

Localização: Herdade da Calada, Rua da Calada, Coutada Velha, freguesia de Benavente



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

**Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)**

Processos Camarários: 1183/2015 e 204/2017

Processo RERAE: 001576/02/LVT de 2015

Tipo Atividade Económica: Pecuária

Deliberação Assembleia Municipal: 26 de fevereiro de 2016

Conferência Decisória: 15 de janeiro de 2019, ocorrida nas instalações da DRAP LVT, com emissão da deliberação favorável condicionada nos termos definidos na ata da conferência decisória.

N.º de Ordem – R4

Empresa: Sociedade Agro-Pecuária França, Lda

Localização: Paul do Trejoito, freguesia de Benavente

Processos Camarários: 494/2017 e 1549/2017

Processo RERAE: 179/04/LVT – 1305/REAP

Tipo Atividade Económica: Pecuária

Deliberação Assembleia Municipal: 30 de junho de 2017

Conferência Decisória: 10 de abril de 2018, ocorrida nas instalações da DRAP LVT, com emissão da deliberação favorável condicionada nos termos definidos na ata da conferência decisória.

N.º de Ordem – R5

Empresa: Barão & Barão, Lda

Localização: Quinta do Barão, Rua dos Anjos, Coutada Velha, freguesia de Benavente

Processos Camarários: 761/2017 e 586/2018

Processo RERAE: 002090/03/LVT de 2018

Tipo Atividade Económica: Pecuária



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

**Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)**

Deliberação Assembleia Municipal: 30 de junho de 2017

Conferência Decisória: 30 de abril de 2019, ocorrida nas instalações da DRAP LVT, com emissão da deliberação favorável condicionada nos termos definidos na ata da conferência decisória.



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)

Anexo I – Declarações de Reconhecimento do Interesse Público Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

**DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE
-----INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL-----**

**REGULARIZAÇÃO DA ACTIVIDADE DE GESTÃO DE RESÍDUOS,
REQUERIDO POR “M.N.S. – Valorização de resíduos, Lda.” -----**

Para os devidos efeitos se declara que a Assembleia Municipal de Benavente, reunida em sua sessão ordinária no dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, **deliberou**, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do nº 2, alínea k) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e do disposto na alínea a) do nº 4, do artº 5º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o nº 1, alínea a), do artigo 1º, do mesmo Diploma Legal, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo catorze da CDU, um do PS da senhora Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, três do PSD e um do eleito independente Luís Rodrigues e cinco votos contra dos eleitos do PS, **reconhecer** ser do interesse público municipal a atividade desenvolvida pela empresa “M.N.S. – VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA.”-----

Juntam-se, como partes integrantes e indissociáveis da presente declaração, a minuta da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Benavente, em vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, e a cópia de parte da ata da reunião da Câmara Municipal de Benavente, de vinte e oito de Dezembro de dois mil e quinze. -----

Paços do Município de Benavente, aos onze de Março de dois mil e dezasseis. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal de Benavente -----

----- Carlos Orlando Mendes Pauleta -----



45
83
C. M.
Z

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

1.ª Sessão Ordinária – 26 de Fevereiro de 2016

PONTO N.º 2	PEIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DE ACTIVIDADE DE GESTÃO DE RESÍDUOS, REQUERIDO POR "M.N.S. – VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA", no âmbito da aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Actividades Económicas (RERAE), nos termos da alínea a), do nº 4, do artº 5,º do DL nº 165/2014, de 4/11.
--------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

APROVAR	<input checked="" type="checkbox"/>		FAVOR	19	MCDU, IPS, 3 PSD, 1 CND.
NAO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	5	PS
RATIFICAR		MAIORIA	<input checked="" type="checkbox"/>	ABSTENÇÃO	—
RETIRAR DA OT			QUALIDADE	—	

A Assembleia Municipal delibera, nos termos do nº2, alínea k) do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do disposto na alínea a), do nº4, do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o nº 1, alínea a), do artigo 1º do mesmo Diploma Legal, emitir Declaração de Reconhecimento de Interesse Público a M.N.S. – VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA e respectiva certidão, nos precisos termos e fundamentos da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 26 de Dezembro de 2015.

Intervenção dos Eleitos da Assembleia Municipal: **LUIZ RAPOSO, ANTÓNIO ZABAÇA RIBEIRO.**

OS ELEITOS DO PS, QUE VOTARAM CONTRA, APRESENTARAM DECISÃO DE VOTO.

Por parte do Executivo Municipal usou da palavra o Sr. Presidente Carlos António Pinto Coutinho.



6 8-04-16

JANUARI
CMT/4923/2016
28/3/2016

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE -----INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL-----

REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE PECUÁRIA, REQUERIDA POR “MEIA BOTA II – Materiais de Construção, Transportes e Serviços, Lda.” -----

Para os devidos efeitos se declara que a Assembleia Municipal de Benavente, reunida em sua sessão ordinária no dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, **deliberou**, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do nº 2, alínea k) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e do disposto na alínea a) do nº 4, do artº 5º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o nº 1, alínea a), do artigo 1º, do mesmo Diploma Legal, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo catorze da CDU, um do PS da senhora Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, três do PSD e um do eleito independente Luís Rodrigues e cinco votos contra dos eleitos do PS, **reconhecer** ser do interesse público municipal a atividade desenvolvida pela empresa “MEIA BOTA II – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS, LDA.” -----

Juntam-se, como partes integrantes e indissociáveis da presente declaração, a minuta da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Benavente, em vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, e a cópia de parte da ata da reunião da Câmara Municipal de Benavente, de vinte e oito de Dezembro de dois mil e quinze. -----

Paços do Município de Benavente, aos onze de Março de dois mil e dezasseis. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal de Benavente -----

----- Carlos Orlando Mendes Pauleta -----



7 B-04-16

ap
ap

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

1.ª Sessão Ordinária – 26 de Fevereiro de 2016

4.
19
PS

PONTO N.º 4

PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DE ACTIVIDADE PECUÁRIA, REQUERIDO POR “MEIA BOTA II – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS, LDA”, no âmbito da aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Actividades Económicas (RERAE), nos termos da alínea a), do n.º 4, do art.º 5.º do DL n.º 165/2014, de 5/11.

APROVAR	X		FAVOR	19	140DU, 1PS, 3PSD, DND
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	4	PS
RATIFICAR		MAIORIA	ABSTENÇÃO	—	
RETIRAR DA OT			QUALIDADE	—	

A Assembleia Municipal delibera, nos termos do n.º2, alínea k) do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do disposto na alínea a), do n.º4, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o n.º 1, alínea a), do artigo 1.º do mesmo Diploma Legal, emitir Declaração de Reconhecimento de Interesse Público a MEIA BOTA II – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS, LDA e respectiva certidão, nos precisos termos e fundamentos da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 28 de Dezembro de 2015.

Intervenção dos Eleitos da Assembleia Municipal: ANTONIO ZABAGA RIBEIRO SOLICITOU EXCLUSÃO DA VOTAÇÃO.

OS ELEITOS DO PS, QUE VOTARAM CONTRA, APRESENTARAM DECLARAÇÃO DE VOTO.

Por parte do Executivo Municipal usou da palavra o Sr. Presidente Carlos António Pinto Coutinho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE -----INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL-----

**REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE PECUÁRIA, REQUERIDA POR
"PROMORPEC - Agro-Pecuária, Lda." -----**

Para os devidos efeitos se declara que a Assembleia Municipal de Benavente, reunida em sua sessão ordinária no dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, **deliberou**, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do nº 2, alínea k) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e do disposto na alínea a) do nº 4, do artº 5º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o nº 1, alínea a), do artigo 1º, do mesmo Diploma Legal, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo catorze da CDU, um do PS da senhora Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, três do PSD e um do eleito independente Luis Rodrigues e cinco votos contra dos eleitos do PS, **reconhecer** ser do interesse público municipal a atividade desenvolvida pela empresa "PROMORPEC - AGRO-PECUÁRIA, LDA." -----

Juntam-se, como partes integrantes e indissociáveis da presente declaração, a minuta da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Benavente, em vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, e a cópia de parte da ata da reunião da Câmara Municipal de Benavente, de vinte e oito de Dezembro de dois mil e quinze. -----

Paços do Município de Benavente, aos onze de Março de dois mil e dezasseis. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal de Benavente -----

----- Carlos Orlando Mendes Pauleta -----



ap
ap

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

1.ª Sessão Ordinária – 26 de Fevereiro de 2016

f. 11
JL

PONTO N.º 6	PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DE ACTIVIDADE PECUÁRIA, REQUERIDO POR "PROMORPEC – AGRO-PECUÁRIA, LDA", no âmbito da aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Actividades Económicas (RERAE), nos termos da alínea a), do nº 4, do artº 5.º do DL nº 165/2014, de 5/11.			
APROVAR	<input checked="" type="checkbox"/>		FAVOR	19
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	5
RATIFICAR		MAIORIA	ABSTENÇÃO	—
RETIRAR DA OT			QUALIDADE	—

14 COU, 1 PS, 3 PS, 1 END.

A Assembleia Municipal delibera, nos termos do nº2, alínea k) do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do disposto na alínea a), do nº4, do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o nº 1, alínea a), do artigo 1º do mesmo Diploma Legal, emitir Declaração de Reconhecimento de Interesse Público a PROMORPEC – AGRO-PECUÁRIA, LDA e respectiva certidão, nos precisos termos e fundamentos da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 28 de Dezembro de 2015.

Intervenção dos Eleitos da Assembleia Municipal: —

os eleitos do PS, que votaram contra, apresentaram declaração de voto.

Por parte do Executivo Municipal usou da palavra o Sr. Presidente Carlos António Pinto Coutinho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL -----

REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO PECUÁRIA, SITUADA NO PAUL DO TREJOITO, EM BENAVENTE, REQUERIDA POR SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA FRANÇA, LDA. -----

Para os devidos efeitos se declara que a Assembleia Municipal de Benavente, reunida em sua sessão ordinária no dia trinta de Junho de dois mil e dezassete, **deliberou**, sob proposta da Câmara Municipal, no âmbito da aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), nos termos do nº 2, alínea k) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e do disposto na alínea a) do artº 2º e alínea a), nº 4 do artº 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, alterado pela Lei nº 21/2016, de 19 de Julho, por maioria, com dezoito votos a favor, sendo doze da CDU, um do PS, um do eleito independente Luis Rodrigues e quatro do PSD, e cinco votos contra do PS, que apresentou declaração de voto, **reconhecer** ser do interesse público municipal a atividade desenvolvida pela empresa **SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA FRANÇA, LDA.**, a que corresponde o processo nº 494/2017. -----

Juntam-se, como partes integrantes e indissociáveis da presente declaração, a minuta da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Benavente, em trinta de Junho de dois mil e dezassete, bem como a cópia de parte da ata da reunião da Câmara Municipal de Benavente, de dezanove de Junho de dois mil e dezassete. -----

Paços do Município de Benavente, aos quatro de Julho de dois mil e dezassete. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal de Benavente -----

----- Carlos Orlando Mendes Pauleta -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

3.ª Sessão Ordinária – 30 de Junho de 2017

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

PONTO N.º 4

CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL / SOCIEDADE AGROPECUÁRIA FRANÇA, LDA. – PROCESSO N.º 494/2017, no âmbito da aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), nos termos da alínea a), do artº 2º, e alínea a), nº 4, do artº 5º, do DL nº 165/2014, de 5/11, alterado pela Lei nº 21/2016, de 19 de Julho.

APROVAR	<input checked="" type="checkbox"/>		FAVOR	18	12 COV, 1 PS, 12 MD, 4 PSD
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	<input type="checkbox"/>	CONTRA	5
RATIFICAR		MAIORIA	<input checked="" type="checkbox"/>	ABSTENÇÃO	—
RETIRAR DA OT			<input type="checkbox"/>	QUALIDADE	—

A Assembleia Municipal delibera, nos termos do nº2, alínea k) do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do disposto na alínea a), do nº4, do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o nº 1, alínea a), do artigo 1º do mesmo Diploma Legal, emitir Declaração de Reconhecimento de Interesse Público a SOCIEDADE AGROPECUÁRIA FRANÇA, LDA. (PROCESSO N.º 494/2017) e respectiva certidão, nos precisos termos e fundamentos da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 19 de Junho de 2017.

Intervenção dos Eleitos da Assembleia Municipal: **Luís RAPOSO**

Por parte do Executivo Municipal usou da palavra o Sr. Presidente Carlos António Pinto Coutinho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL -----

REGULARIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO PECUÁRIA, SITUADA NA QUINTA "BARÃO", EM VALE FARELO-COUTADA VELHA, BENAVENTE, REQUERIDA POR BARÃO & BARÃO, LDA. -----

Para os devidos efeitos se declara que a Assembleia Municipal de Benavente, reunida em sua sessão ordinária no dia trinta de Junho de dois mil e dezassete, **deliberou**, sob proposta da Câmara Municipal, no âmbito da aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), nos termos do nº 2, alínea k) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e do disposto na alínea a) do artº 2º e alínea a), nº 4 do artº 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, alterado pela Lei nº 21/2016, de 19 de Julho, por maioria, com dezoito votos a favor, sendo doze da CDU, um do PS, um do eleito independente Luís Rodrigues e quatro do PSD, e cinco votos contra do PS, que apresentou declaração de voto, **reconhecer** ser do interesse público municipal a atividade desenvolvida pela empresa **BARÃO & BARÃO, LDA.**, a que corresponde o processo nº 761/2017. -----

Juntam-se, como partes integrantes e indissociáveis da presente declaração, a minuta da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Benavente, em trinta de Junho de dois mil e dezassete, bem como a cópia de parte da ata da reunião da Câmara Municipal de Benavente, de dezanove de Junho de dois mil e dezassete. -----

Paços do Município de Benavente, aos quatro de Julho de dois mil e dezassete. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal de Benavente -----

----- Carlos Orlando Mendes Pauleta -----



CP
F. [Signature]
Ruy

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

3.ª Sessão Ordinária – 30 de Junho de 2017

PONTO N.º 1	CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL / BARÃO & BARÃO, LDA. – PROCESSO N.º 761/2017, no âmbito da aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), nos termos da alínea a), do artº 2º, e alínea a), nº 4, do artº 5º, do DL nº 165/2014, de 5/11, alterado pela Lei nº 21/2016, de 19 de Julho.			
APROVAR	<input checked="" type="checkbox"/>		FAVOR	18
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	5
RATIFICAR		MAIORIA	<input checked="" type="checkbox"/>	ABSTENÇÃO
RETIRAR DA OT			QUALIDADE	

12 CDU, 1 PS, 1 IND, 4 PSD

5 PS

A Assembleia Municipal delibera, nos termos do nº2, alínea k) do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do disposto na alínea a), do nº4, do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o nº 1, alínea a), do artigo 1º do mesmo Diploma Legal, emitir Declaração de Reconhecimento de Interesse Público a BARÃO & BARÃO, LDA. (PROCESSO N.º 761/2017) e respectiva certidão, nos precisos termos e fundamentos da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 19 de Junho de 2017.

Intervenção dos Eleitos da Assembleia Municipal: ANTONIO RABACA RIBEIRO
LUIS RAPOSO

OS ELEITOS DO PARTIDO SOCIALISTA, QUE VOTARAM CONTRA, APRESENTARAM DECLARAÇÃO DE VOTO.

Por parte do Executivo Municipal usou da palavra o Sr. Presidente Carlos António Pinto Coutinho.



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)

Anexo II – Atas das Conferências Decisórias



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

38

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '115' and the name 'Mete'.

ATA DE CONFERÊNCIA DECISÓRIA

Conferência Decisória realizada ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, para análise do pedido de regularização da instalação abaixo referida, cuja atividade se enquadra no Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), publicado no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

Data: 21 de fevereiro de 2017

Hora: 10:30

Local: Instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT)

Rua Alexandre Herculano, n.º 37 1250-009 Lisboa

Processo	P 140/2008 450.10.30.00073.2014
Empresa	MNS - Valorização de resíduos, Lda.
Instalação	Rua do Arneiro das Pedras /Estrada do Porto Seixo- Quinta dos Gerânios- Belo Jardim Freguesia de Samora Correia e Concelho de Benavente
Atividade	Triagem e armazenagem de resíduos perigosos não perigosos. Desmantelamento de Veículos em fim de vida (VFV)
Data do Recibo / Comprovativo	Ofício S03521-201604-DSAVDLA, com saída em 04-04-2016. Constitui título legítimo para a realização de Operações de Gestão de Resíduos até que a empresa seja notificada da decisão sobre o pedido de regularização.

Âmbito do pedido	Regularização de instalação existente, a qual não possui título válido para exercício da atividade desde 21-07-2013. O projeto não se conforma com o PDM de Benavente, por recair em "Espaço Agrícola - Área não incluída na RAN" que, nos termos da alínea b) ponto 1, do artigo 30º do Regulamento, se destina a atividades ligadas à produção agrícola e à pecuária. Não afeta RAN Há interferência com REN - Zona Ameaçada por Cheia (RCM n.º 183/2007) e com Domínio Público Hídrico
------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

1.ENQUADRAMENTO

Esta instalação de gestão de resíduos foi detentora do Alvará n.º 63/2008, emitido em 03-12-2008, cuja validade terminou em 03-12-2013. Este licenciamento decorreu ao abrigo do artigo 32º do RGGR (procedimento em regime simplificado) o qual, à data, não era sujeito a parecer no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (IGT).

A empresa pediu a renovação do Alvará, tendo o mesmo sido indeferido em 14-11-2014 por afetar a REN - Zona Ameaçada por Cheia (RCM n.º 183/2007) e Domínio Público Hídrico, não tendo a empresa apresentado qualquer licenciamento que afastasse ou autorizasse a ação em causa.

Em 19-03-2015 foi apresentado o pedido de regularização ao abrigo do DL n.º 165/2014, que estabelece um Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE). Posteriormente à emissão do recibo comprovativo, e não obstante a apresentação de deliberação da Câmara Municipal de 13-04-2015, verificou-se a ausência de um elemento instrutório obrigatório conforme previsto no referido diploma e na Portaria n.º 68/2015, de 9 de março, designadamente a Deliberação de Interesse Público Municipal (DIM).

Nessa sequência comunicou-se à empresa em 12-05-2015 que sendo a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento, emitida pela Assembleia Municipal, é, um dos pressupostos materiais para que possa ter lugar a regularização (a alínea a) do nº 4 do art.º 5º do Decreto - Lei nº 165/2014, de 5 de novembro e da Portaria nº 68/2015, de 9 de março), o ato administrativo pelo qual a CCDR emitiu o recibo comprovativo da apresentação e título legítimo para a exploração provisória do estabelecimento com data de 02.09.2015 é um ato não válido, pelo que a CCDR revoga o mesmo ao abrigo do disposto nos nºs 2, 3 e 4 do art.º 167º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), procedendo posteriormente à devolução das taxas liquidadas no âmbito do procedimento.

Foi desencadeada a Audiência Prévia, de acordo com os artigos 121º a 125º do CPA, publicado no Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, tendo a empresa remetido em 28-03-2016 a DIM favorável da reunião da Assembleia Municipal de Benavente, de 26 de fevereiro de 2016, para o exercício da atividade de gestão de resíduos apenas não perigosos.

Em face da DIM, comunicou-se à empresa em 04-04-2016 que o procedimento em causa retomou a fase do saneamento e apreciação liminar nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 4 de novembro.

Após consulta às entidades foi feito um convite ao aperfeiçoamento. Os elementos apresentados foram objeto de reapreciação.

A empresa declara ter 4 trabalhadores afetos a esta instalação.

O volume de negócios da empresa reportado no ano de 2012 foi de 758.553,52 € e no ano de 2013 foi de 491.976,33€.

2. APRECIACÃO DO PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo deu início à *Conferência Decisória*, com os representantes das seguintes entidades:

Câmara Municipal de Benavente (CMB)
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) - Licenciamento da Atividade e Ordenamento do Território
Agência Portuguesa do Ambiente - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA/ARHTO)
Entidades convocadas e ausentes - Direção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT)

A DRAP LVT informou que não iria comparecer, justificando a ausência pela não afetação de solos da RAN, emitindo no entanto parecer (Anexo I)

A CCDRLVT confirmou que os presentes estão devidamente mandatados para representar a entidade e transmitir o respetivo parecer vinculativo de acordo com o n.º 5 do artigo 9º do DL n.º 165/2014, de 5 de novembro (Anexo I).

Solicitou ainda a todos os presentes que se identifiquem, quando interpelados para se pronunciarem.

A CCDRLVT, enquanto entidade coordenadora do licenciamento da atividade de gestão de resíduos, prestou a seguinte informação:

- Neste procedimento de regularização não existe vistoria prévia à análise do pedido. O cumprimento da legislação ambiental em vigor é assumido pela requerente com a entrega do "Termo de Responsabilidade Ambiental", no qual declara, sob compromisso de honra: *"Ter conhecimento do dever de cumprimento de todas as regras ambientais aplicáveis ao estabelecimento ou atividade objeto do presente pedido de regularização e assumir o dever de, no decurso do procedimento de regularização, adotar as medidas necessárias à prevenção e reparação de danos para terceiros ou para ambiente, nos termos da lei."*

Foi apreciado o pedido de regularização de forma integrada e tendo-se ponderado os interesses em presença, de acordo com o estabelecido no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente, os impactos da manutenção ou desativação do estabelecimento, na perspetiva do

ordenamento do território, da segurança de pessoas e bens, dos regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais e culturais, bem como dos interesses públicos subjacentes à servidão administrativa ou restrição de utilidade pública em causa.

3. DELIBERAÇÃO FINAL

Nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, ponderados os diversos interesses previstos, as entidades pronunciaram-se nos seguintes termos:

. CCDRLVT - A instalação recai em "Espaço Agrícola - Área não incluída na RAN" não sendo previsto no Regulamento do PDM, ainda em vigor, a atividade económica correspondente a OGR, verificando-se, ainda, que na primeira revisão do PDM, a publicar, recai em "Solo Urbano - Solo Urbanizado - Espaço Residencial (a estruturar)" onde é incompatível esta atividade.

Inserir-se parcialmente em solos da REN - "Zonas ameaçadas por Chelas", de acordo com a carta em vigor (publicada em 7/2/2002), o que configura uma ação interdita. De acordo com a delimitação da REN revista e aprovada pela CNREN que aguarda publicação, a área da pretensão está classificada como "Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos" embora excluída (E48).

Do exposto, não há condições para aceitar a regularização, emitindo-se parecer favorável condicionado à realocação da OGR, no prazo máximo de dois anos, para local adequado face aos regimes legais aplicáveis. (Anexo III)

. APA /ARH Tejo e Oeste - Parecer favorável condicionado, salientando-se que a Licença de descarga indicada no parecer foi revalidada pela Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Rejeição de Águas Residuais nº L001887.2017.RH5A válida até 07-02-2022. (Anexo IV)

. CMB - A Câmara em reunião de 28-12-2015 deliberou "... reconhecer o interesse público municipal da atividade desenvolvida e propor à Assembleia Municipal a emissão de certidão de interesse público municipal, sob condição expressa da atividade não se desenvolver, no futuro, para a gestão de resíduos perigosos". A Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, datada de 11-03-2016 valida esta posição. (Anexo V)

Verificando-se poder existir a Servidão de Gasoduto deve esta questão ser esclarecida para tomada de decisão

Nesse sentido a CMB irá apurar junto da entidade que tutela a referida Servidão da existência de publicação oficial e dará conhecimento à CCDR LVT dos desenvolvimentos, no prazo de 5 dias.

Nos termos do n.º 9 do artigo 9º, a Conferência Decisória fica suspensa por 15 dias, por deliberação unânime dos presentes.

Terminada a reunião, os presentes aprovaram e assinaram a presente Ata, a qual lhes será remetida por correio eletrónico.

4. LISTA DE PRESENÇAS

Entidades	Representantes	Assinaturas
APA / ARHTO	Rute Vicente	Rute Vicente
CMB	Henriqueta Reis	Maria Henriqueta Reis
CCDRLVT	Pedro Teixeira Luísa Abreu	Pedro Teixeira Luísa Abreu

5. ANEXOS

Anexo I - Parecer da DRAPLVT

Anexo II - Comprovativos da Delegação de Competências dos organismos APA/ARHTO, CMB e CCDRLVT

Anexo III - Parecer CCDRLVT

Anexo IV - Parecer da APA/ARH Tejo e Oeste

Anexo V - Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Assembleia Municipal de Benavente





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ANEXO I



Parâcer:



Assinado digitalmente por MARCOS MANUEL CALDEIRA
BARATA
Data: 2017.02.17 14:55:21 +00:00

Motivo: Concordo.
Diretor de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural



Assinado digitalmente por ANA PAULA BARROS
GUERRA
Data: 2017.02.16 18:31:23 +00:00

Motivo: Concordo com o parecer

Despacho:



Assinado digitalmente por MARIA ELZETE DA
COSTA JARDIM
Data: 2017.02.20 18:58:39 +00:00

Motivo: ESDAR
Concordo. Propositor como proposto

Diretora Regional
Local: Santarém

Informação Nº INF/9/2017/DAOT/DRAPLVT

Data: 2017-02-16

Apreciação do Pedido de Regularização Industrial de Operações de Gestão de Resíduos ao Abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – Conferência Decisória.

Assunto: **Processo REAE/5/2016/DAOT/DRAPLVT – MNS – Valorização de Resíduos, Lda., Samora Correia – Benavente.**

1. Introdução.

O pedido de regularização de estabelecimento Industrial no âmbito do Regime de Regularização Extraordinário de Atividades Económicas (Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 de novembro), apresentado à CCDR LVT pela empresa MNS – Valorização de Resíduos, Lda., determinou, em conformidade com o n.º 1 do Art.º 8.º deste diploma, a consulta à DRAP LVT (ENT/10717/2015 de 07-09-2015).



Imagem n.º 1 – Fotografia aérea de enquadramento do prédio de 5000 m² onde se insere a unidade Industrial com 3780,30 m² (Samora Correia Benavente). (Fonte: Google Images © 2016).



Imagem n.º 2 – Fotografia da unidade industrial, com a evidência à direita de meradia que, com logradouro ocupa uma área conjunta de 1219,7 m². (Fonte: Street View/Google Images © 2016).

A entidade requerente possui Alvará de Licença para realização de Operações de Gestão de Resíduos n.º 63/2008, destinado à triagem e armazenamento de resíduos não perigosos, com CAE 46771 – Comércio por Grosso de Desperdícios e de Sucata.

A informação dos serviços de planeamento urbanístico municipal de 23-12-2015 identifica que a Planta de Ordenamento – F.1.1, do PDM de Benavente classifica o local em Espaço Agrícola/ Área Agrícola não incluída em RAN. De acordo com a mesma informação, relativamente à Planta de Condicionantes – F.2.1 – a área em referência sobrepõe-se na parte nascente em solos RAN. Nestas condições, não é admitido o licenciamento de Operações de Gestão de Resíduos (OGR) e não são cumpridas outras disposições como a área de construção, a área máxima de impermeabilização e as distâncias das construções aos limites dos terrenos.



Imagem n.º 3 – Localização a cor branca Ortofotomaps, com a marcação a verde quadriculado da RAN (Fonte: SIG/DAOT/DRAPLVT).

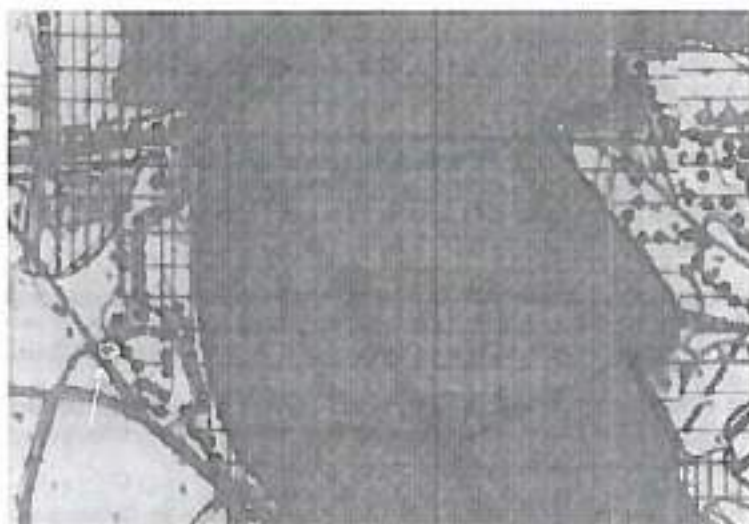


Imagem n.º 4 – Localização a cor branca do local na Carta de Condicionantes do PDM, com a marcação a verde quadrícula da RAN (Fonte: SIG/DACT/DRAPLVT).

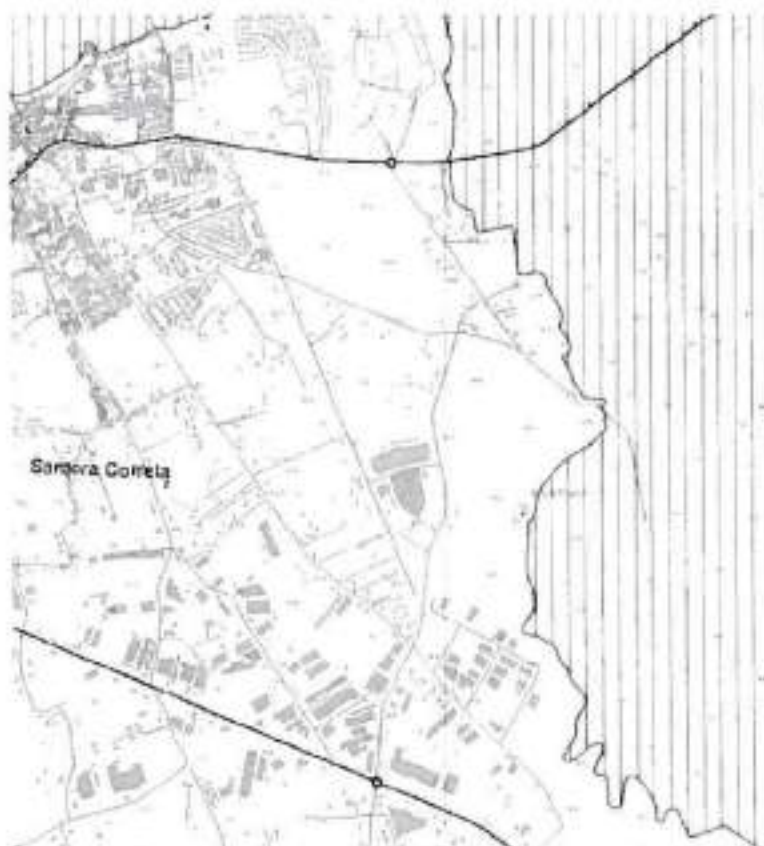


Imagem n.º 5 – Carta da RAN a cor verde (Fonte: <http://www.cm-benavente.pt/downloads/pdm2015/2747-carta-de-ran-final-parto-morto-fic>).

2. Análise.

O n.º 2 do Artigo 8º do Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 de novembro define que quando a desconformidade se relaciona com os IGT's "... a entidade coordenadora ou licenciadora disponibiliza os elementos dentro do prazo estabelecido [...] às entidades responsáveis pelo plano de ordenamento do território, servidão administrativa e restrição de utilidade pública."

Considerando este enquadramento, a análise efetuada aos elementos instrutórios disponibilizados, foi direcionada para as disposições do Regime Jurídico da RAN (RJLAN), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro (RJLAN), conjugado com a Portaria nº 162/2011, de 18 de abril.

Constata-se porém que a delimitação da RAN legalmente em vigor para o Concelho de Benavente, conforme é observável nas Imagens n.ºs 3, 4 e 5, permite confirmar que as edificações/impermeabilizações construídas não estão localizadas em solo RAN.

Salienta-se que a 1ª revisão do PDM de Benavente, que aguarda ratificação do Conselho de Ministros prevê, na Planta de Ordenamento, a classificação em Solo Urbanizado/Espaço Residencial/A Estruturar, em que é admitido OGR não perigosos (Artigo 84.º).

Acresce ainda que a área em causa não integra nenhum Aproveitamento Hidroagrícola ou servidão de âmbito agrícola e também não se relaciona com o setor Agroindustrial e respetivos investimentos.

3. Parecer.

Nestas condições, não se verifica enquadrável a emissão de Parecer e presença da DRAPLVT na Conferência Decisória agendada para 21 de fevereiro na CCDR LVT em Lisboa, considerando que os regimes legais/sectoriais em causa são exteriores à missão e competências desta Direção Regional.

Na condição de despacho favorável a este parecer, sugere-se a comunicação por correio eletrónico da decisão à CCDR LVT com inclusão de nota breve da argumentação que a sustenta.

O Técnico,

Vasco Maciel Costa



13

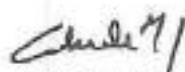
14

DECLARAÇÃO

Nos termos do art.º 9.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, declaro que Rute Isabel de Castro Duarte Rosa Vicente, técnica superior, tem subdelegação de poderes adequados para efeitos de vinculação da Agência Portuguesa do Ambiente, na Conferência Decisória da MNS – Valorização de Resíduos, Lda., para análise do pedido de regularização ao abrigo do diploma atrás referido.

Lisboa, 8 de fevereiro de 2017

A Diretora da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste



Gabriela Moniz





MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Câmara Municipal

Contribuinte n.º 898 070 005

2100-034 Benavente - Tel. 202 519 600 (8 linhas) - Fax 202 519 048/2

CCDRLVT- Comis. Coord. e Desenvolv. Reg. de Lisboa
e Vale do Tejo
Rua Alexandre Herculano, 37
1250-009 LISBOA

Registado com A.R.

Sua referência	Sua comunicação	Proc. N.º	Ofício N.º	Data
S00700-201701- DAS/DLA	450.10.30.00073.2014 146/2008	1248/2016	331	02-02-2017

Assunto: CONVOCATÓRIA PARA CONFERÊNCIA DECISÓRIA, REGULARIZAÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO LEI N.º 163/2014, PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS, MNS - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA - SAMORA CORREIA - BENAVENTE

Pelo presente informo V. Exa. que a arquiteta Maria Henriqueta Alemeão de Almeida Reis representará esta Câmara Municipal na Conferência Decisória, a realizar no próximo dia 21 de fevereiro, de acordo com a deliberação tomada pelo órgão executivo em reunião ordinária realizada em 31.10.2016 que se remete em anexo.

Com os melhores cumprimentos

A Vereadora responsável pela urbanização e edificação
(no uso de competência delegada, nos termos do despacho n.º 319/2013, de 14/10)


Ana Carla Ferreira Gonçalves

Anexo: O mencionado
CS/CS

Cópia de parte da ata da reunião de 2016-10-31

Ponto 17 – REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS (RERAE) PREVISTO NO DECRETO LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO / CONFERÊNCIA DECISÓRIA / NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

Proposta

Considerando que:

- o Regime Extraordinário de Regularização de Estabelecimentos (RERAE) estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro visa, num contexto de simplificação de procedimentos e eficiência de recursos, a realização de uma conferência decisória por via do exercício conjugado das competências das diversas entidades da Administração Pública, nomeadamente as câmaras municipais, sempre que a localização do estabelecimento ou da sua exploração ou a alteração e ampliação pretendidas sejam desconformes com instrumento de gestão territorial vinculativo dos particulares ou com servidão administrativa ou restrição de utilidade pública;
- até cinco dias antes da data marcada para a realização da conferência decisória, a Câmara Municipal deve designar o seu representante conferindo-lhes poderes adequados para efeitos da respetiva vinculação;
- a tramitação dos processos desta natureza decorre na Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento.

Propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista nos n.ºs 3 e 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, delibere designar como seus representantes nas conferências decisórias, conferindo-lhes poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal no âmbito da sua participação, a *técnica superior de arquitetura Maria Henriqueta Almeida de Almeida Reis, com o e-mail maria.reis@cm-benavente.pt* e, nas suas faltas e impedimentos, o *técnico superior de geografia António Joaquim Cliveira Neves, com o e-mail antonio.neves@cm-benavente.pt*.

Benavente, 24.10.2016

O presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coufinho

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE transmitiu que o prazo para a regularização de estabelecimentos foi prorrogado até ao final do primeiro semestre de 2017, o que, de alguma forma, deixa mais alguma margem, ainda que esteja feito o respetivo levantamento e grande parte das situações estejam previstas na proposta de revisão do PDM (Plano Diretor Municipal).

A SENHORA VEREADORA ANA CARLA FERREIRA GONÇALVES explicou que o assunto em apreço se prende com uma proposta que, formalmente, tem que ser apresentada pelo presidente de Câmara, porque é ele a entidade competente para nomear dois técnicos que representarão o órgão autárquico, com poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal no âmbito da sua participação nas conferências decisórias a ter lugar nas entidades coordenadoras (CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional ou direções regionais de Agricultura e Pesca), no âmbito dos seis casos em que já foi decidido, em reunião do órgão executivo e sessão da Assembleia Municipal, declarar o interesse público municipal de algumas atividades, por forma a que elas pudessem gozar deste regime extraordinário, nomeadamente, os casos das agropecuárias e um caso duma entidade de gestão de resíduos sólidos.

Redigido ao objeto do novo Acordo Ortográfico

Cópia de parte de ata da reunião de 2016-10-31

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade designar a técnica superior de arquitetura Maria Henriqueta Alemão de Almeida Reis, e, nas suas faltas e impedimentos, o técnico superior de geografia António Joaquim Oliveira Neves como representantes do órgão executivo nas conferências decisórias, conferindo-lhes poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal, no âmbito da sua participação.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

10

10



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

111

Documento ID1215-201701-DSOT_DGT

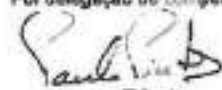
DESPACHO DESIGNATIVO

Carlos Alberto Pina Nunes, Diretor de Serviços do Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede na Rua Alexandra Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa, designa, nos termos do Despacho n.º 11918/2015 do Presidente da CCDR LVT datado de 13 de outubro de 2015, publicado em 23 de outubro de 2015, o arquiteto Pedro Teixeira, técnico superior da Divisão de Gestão do Território, em quem delega os poderes adequados para efeitos de vinculação deste serviço na conferência decisória convocada pela Direção de Serviços do Ambiente, a realizar em 21-02-2017, sobre o pedido de regularização da Operação de Gestão de Resíduos (OGR) em nome de "MNS - Valorização de Resíduos, Lda", implantada no município de Benavente.

DSOT/DGT - Lisboa, janeiro/2017

P'lo Diretor de Serviços do Ordenamento do Território

Por delegação de competências do Despacho n.º 10727/2014 (DR 2ª série de 20/08/2014)


 Paula Pinto
 Chefe de Divisão - DGT





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

111

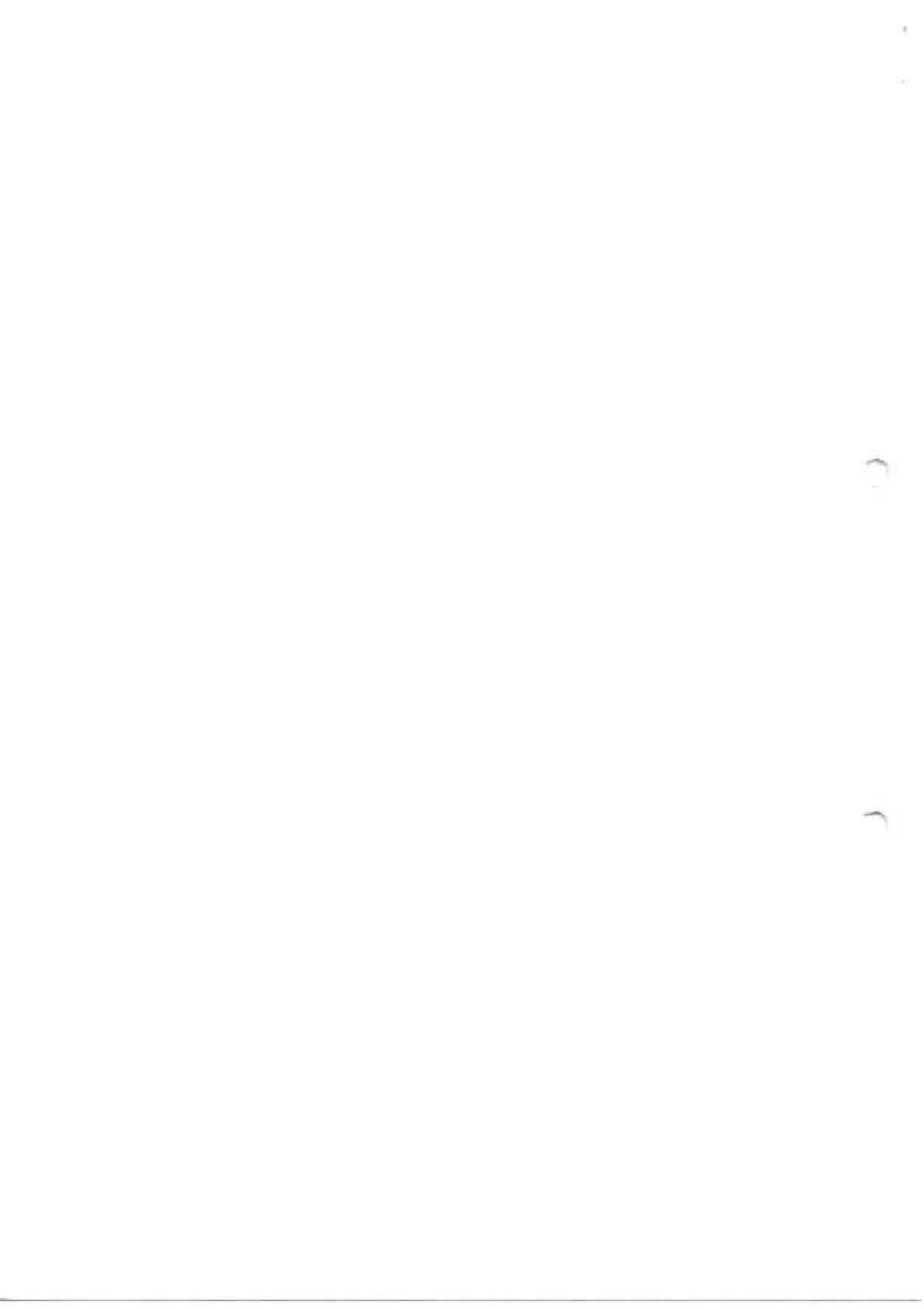
DESPACHO DESIGNATIVO

Isabel Dulce Mendes da Silva Marques, Diretora de Serviços de Ambiente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede na Rua Alexandre Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa, designa, nos termos do Despacho n.º 11918/2015 do Presidente da CCDR LVT datado de 13 de outubro de 2015, publicado em 23 de outubro de 2015, a engenheira Lulsa Cancela de Abreu, técnica superior da Divisão de Licenciamento Ambiental, em quem delega os poderes adequados para efeitos de vinculação deste serviço na conferência decisória convocada pela Direção de Serviços de Ambiente, a realizar em 21-02-2017 nas instalações da CCDRLVT, sobre o pedido de regularização de OGR apresentado pela requerente "MNS - Valorização de Resíduos, Lda" para a instalação implantada no município de Benavente.

Lisboa, fevereiro de 2017

A Diretora de Serviços de Ambiente

Isabel Marques





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ANEXO III





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Litoral e Vale do Tejo

112

Processo: 450.10.30.00073.2014

Documento: 113866-201610-DSOT_DGT

Assunto: RERAE - DL n.º 165/2014 de 5/11

Pedido de regularização de unidade de operações de gestão de resíduos (OGR) sita em Rua Amelro das Pedras/Estrada do Porto Seixo - Quinta dos Gerânios - Baixo Jardim
MNS - Valorização de Resíduos, Lda.
Santarém / Benavente / Samora Correia

No âmbito e para os efeitos previstos no disposto no artigo 9º do decreto - lei n.º165/2014, de 5 de novembro, e tendo em conta os elementos adicionais recebidos da entidade licenciadora, vem esta CCDR emitir o seu parecer no âmbito do ordenamento do território.

Trata-se da emissão de parecer de ordenamento do território, a pedido do serviço de DLA enquanto entidade licenciadora, nos termos e para os efeitos dos Artigos 8.º e 9º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, relativamente ao pedido de regularização de Operação de Gestão de Resíduos, destinada a receção, triagem e armazenamento temporário de resíduos perigosos e não perigosos diversos (VFV, REEE, pilhas e acumuladores, embalagens, papel/cartão, outros) com a CAE principal 46771, em nome de "MNS - Valorização de Resíduos, Lda" e localizada na freguesia de Samora Correia no município de Benavente.

Este processo tem vários antecedentes nos serviços da CCDR, desde a emissão de alvará da licença de OGR em 2008 e que esteve válido até julho 2013 até ao parecer de localização desfavorável emitida em julho/2013.

- O pedido de regularização aplica-se à totalidade do terreno/parcela e das edificações/ações realizadas.

A área do terreno afeto à unidade de OGR é de 3.755,00m², encontrando-se impermeabilizada a área de 3.446,00 m² (92%). A área de ocupação/construção é de 650,00 m², correspondendo ao índice de ocupação/construção de 0,17. A área de armazenagem de resíduos corresponde a 498,72 m², dos quais 198,72 m² são em área coberta.

Importará clarificar em CD as discrepâncias entre a situação observada no território (ortofotomapa) e a representada na planta de implantação (desenho 01).

- Confrontada a pretensão com o PDM de Benavente (publicado em 7/12/1995 e sequentes alterações), as instalações recaem em "Espaço Agrícola - Área não incluída na RAN" o seu Regulamento, onde não é admitida atividade económica correspondente a OGR. Acresce que não tem o terreno/parcela a área mínima de 1ha para ser admitida edificação.

Contudo, conjugadamente com esse procedimento desenvolveu-se a revisão do PDM, que aguarda ratificação/publicação, que classifica a área da pretensão como "Solo Urbano - Solo Urbanizado, Espaço Residencial (a estruturar)", para o qual prescreve regras que implicam a incompatibilidade/desconformidade da atividade pretendida

- Não é abrangida área de RAN.

- Há interferência com servidão de domínio hídrico/margem inundável no setor nascente do terreno, carecendo de parecer da APA/ARHTO.

- A pretensão insere-se parcialmente em solos da REN - "Zonas ameaçadas por Cheias", de acordo com a carta em vigor (publicada em 7/2/2002).

A regularização pretendida face à tipologia afetada é considerada uma ação interdita, ou seja, não viabilizável por comunicação prévia.

Assim, a viabilização só poderá ocorrer por procedimento de Alteração/Exclusão da REN a ser apresentado junto da CCDRLVT nos termos do artigo 16º conjugado como o n.º 2 do artigo 9º do regime da REN.

Contudo, importará ter em conta que na delimitação da REN (revista) aprovada pela CNREN, embora não publicada, a área da pretensão está classificada como "Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos", embora excluída (E48) com fundamento na necessidade de expansão do perímetro urbano de Samora Correia na envolvente da área residencial edificada.

Assim, a situação no âmbito da REN ficará regularizada assim que respetiva carta municipal seja publicada

Conclusão

O eventual procedimento de Alteração do PDM em vigor, para enquadrar/viabilizar a pretensão (regularização/alteração funcional), teria de afastar/contrariar os princípios e objetivos que resultaram nas opções e regras de ordenamento do território subjacentes e explícitas na revisão do PDM.

Assim, entende este serviço que não há condições para aceitar a regularização, emitindo-se parecer favorável condicionado à realocização da OGR, no prazo máximo de dois anos, para local adequado face aos regimes legais aplicáveis,

Lisboa, outubro/2016

O Diretor de Serviços do Ordenamento do Território
Por delegação de competências do Despacho n.º 10483/2014 (DR, 2.ª série, de 13/08/2014)



Carlos Pina



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ANEXO IV



. DS 1



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Exmo. Sr.
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Alexandre Herculano, n.º 37
1269-053 Lisboa
Portugal

S050512-201509-ARHTD.DRHI - 25-09-2015

S/ referência	Data	N/ referência	Data
S10147-201508-05A/DLA	2015-09-03	S050512-201509-ARHTD.DRHI Proc. ARHT/DRHI/7732.10/T/TU	

Assunto: Parecer sobre a possível afetação dos recursos hídricos no âmbito do licenciamento da operação de gestão de resíduos da M.N.S. – Valorização de Resíduos, Lda., no concelho de Benavente.

Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se V.ª Exa. do seguinte:

Domínio hídrico:

Após a análise dos elementos entregues e tendo em conta a localização da instalação em causa, constata-se que não existem linhas de água nem zonas inundáveis.

Assim, face ao acima exposto, não se vê inconveniente na pretensão.

Águas residuais:

Relativamente aos efluentes domésticos e atendendo a que os mesmos são armazenados em fossa estanque, nada há a opor. No entanto deverá ser indicada a capacidade da fossa e serem apresentados os comprovativos das recolhas relativas aos últimos 2 anos.

No que se refere à descarga das águas pluviais contaminadas a unidade possui a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais L002456.2014.RHS, válida até 26-02-2017, pelo que deverão ser cumpridas as condicionantes da mesma.

Águas subterrâneas:

Tendo em conta o conhecimento hidrogeológico da massa de água subterrânea aqui existente e as características das captações de água subterrânea privadas e destinadas ao abastecimento público inventariadas, refere-se que:

- Não é de supor a afetação de captações de água subterrâneas, uma vez que se trata de captações localizadas ainda a alguma distância da instalação e profundas, no caso das captações destinadas ao abastecimento público;
- Não é de supor a afetação da massa de água subterrânea, uma vez que, de acordo com

Imp 001A_015_Ofício_Lisboa_APA.P



GOVERNO DE
PORTUGAL

AGÊNCIA PORTUGUESA
DO AMBIENTE

ARH do Tejo e Oeste – Lisboa
Correspondência: Rua de Margueira, 3/3A - Zambujal
Ap. 7985 | 2015-003 Amadora (Portugal)
Telefone: (+351) 21 473 42 00 | Fax: (+351) 21 473 40 74

Contacto Ótimo: Estrada da Paróquia, 14110-120
8º do Zambujal, Alentejo | 7035-290 Amadora
Telefone: (+351) 21 543 84 00
e-mail: apambiente@ambiente.pt
www.apambiente.pt



**AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

a memória descritiva, todas as atividades são desenvolvidas dentro de um armazém com piso impermeável, toda a área exterior encontra-se impermeabilizada, as águas de escorrência são encaminhadas para separador de hidrocarbonetos e as águas domésticas são encaminhadas para fossa estanque.

Ainda relativamente às águas subterrâneas, salienta-se que é referido que o abastecimento de água à instalação é assegurado pela rede pública de abastecimento de água, contudo, não é apresentada qualquer declaração da entidade gestora local a comprovar este facto.

Desta forma, no que respeita às águas subterrâneas, emite-se parecer favorável condicionado à entrega do comprovativo do abastecimento de água à instalação através da rede pública de abastecimento de água.

Tendo em conta o exposto, emite-se parecer favorável condicionado, sendo necessário proceder-se à entrega dos documentos associados à fossa e ao abastecimento de água à instalação

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste

Gabriela Moniz

Imp-09 JA_015_ofício_águas_APAIF



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ANEXO V





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE —INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL—

**REGULARIZAÇÃO DA ACTIVIDADE DE GESTÃO DE RESÍDUOS,
REQUERIDO POR "M.N.S. – Valorização de resíduos, Lda." —**

Para os devidos efeitos se declara que a Assembleia Municipal de Benavente, reunida em sua sessão ordinária no dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do nº 2, alínea k) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 76/2013, de 12 de Setembro, e do disposto na alínea a) do nº 4, do artº 6º, do Decreto-Lei nº 166/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o nº 1, alínea a), do artigo 1º, do mesmo Diploma Legal, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo catorze da CDU, um do PS da senhora Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, três do PSD e um do eleito independente Luis Rodrigues e cinco votos contra dos eleitos do PS, reconhecer ser do interesse público municipal a atividade desenvolvida pela empresa "M.N.S. – VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA." —

Juntam-se, como partes integrantes e indissociáveis da presente declaração, a minuta da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Benavente, em vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, e a cópia de parte da ata da reunião da Câmara Municipal de Benavente, de vinte e oito de Dezembro de dois mil e quinze. —

Paços do Município de Benavente, aos onze de Março de dois mil e dezasseis. —

— O Presidente da Assembleia Municipal de Benavente —

Carlos Orlando Mendes Pauleta

— Carlos Orlando Mendes Pauleta —

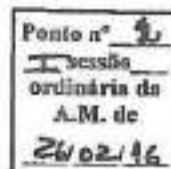


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

1.ª Sessão Ordinária – 26 de Fevereiro de 2016

PONTO N.º 2	PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DE ACTIVIDADE DE GESTÃO DE RESÍDUOS, REQUERIDO POR "M.N.S. – VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA", no âmbito da aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Actividades Económicas (RERAE), nos termos da alínea a), do n.º 4, do art.º 5.º do DL n.º 165/2014, de 6/11.				
APROVAR	X		FAVOR	14	14 (10V, 1PS, 3PSD, 1CUD)
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	5	PS
RATIFICAR		MAIORIA	ABSTENÇÃO		
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		
<p>A Assembleia Municipal delibera, nos termos do n.º2, alínea k) do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do disposto na alínea a), do n.º4, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o n.º 1, alínea a), do artigo 1.º do mesmo Diploma Legal, emitir Declaração de Reconhecimento de Interesse Público a M.N.S. – VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA e respectiva cartidão, nos precisos termos e fundamentos da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 28 de Dezembro de 2015.</p> <p>Intervenção dos Eleitos da Assembleia Municipal: LUÍS RAPOSO, ANTÓNIO RABAGA RIBEIRO.</p> <p>OS ELEITOS DO PS, QUE VOTARAM CONTRA, APRESENTARAM DECLARAÇÃO DE VOTO.</p> <p>Por parte do Executivo Municipal usou da palavra o Sr. Presidente Carlos António Pinto Coutinho.</p>					

Cópia de parte da ata da reunião de 2015-12-28



Ponto 15 - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

Processo nº 1292/2014

Requerente: M.N.S. – Valorização de Resíduos, Lda.

Local: Estrada Figueira Milheira e Rua Arneiro das Pedras, Samora Correia

Assunto: Certidão de Reconhecimento do Interesse Público Municipal (DL 165/2014)

Informação do Planeamento Urbanístico, de 2015-12-23

Através do registo da entrada n.º 14846 de 2015-10-23, a requerente apresenta pedido de "Certidão de utilidade pública municipal para regularização da atividade de gestão de resíduos", no âmbito da aplicação, com carácter extraordinário, do regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o expresso na alínea a) do n.º 4 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro".

Através do registo de entrada n.º 17629 de 2015-12-23, a requerente completa o pedido.

Registe-se que o presente processo iniciado em 2014, foi objeto de informação da Gestão Urbanística, presente em reunião da Câmara de 2015-04-13.

Analisada a pretensão, cumpre-nos informar de que:

1. Enquadramento legal

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, estabelece, um regime excecional e transitório para a regularização, alteração e/ou ampliação de, nomeadamente, estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e operações de gestão de resíduos.

Este diploma resultou do significativo número de atividades, ocupações e edificações incompatíveis com os regimes de uso, ocupação e transformação do solo fixados nos planos diretores municipais e com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Ele pretende "congregar um conjunto de interesses públicos de expressiva relevância na presente conjuntura, criando uma oportunidade para que, dentro do período temporal concedido para o efeito, os agentes envolvidos promovam a correção de situações de passivo social, territorial e ambiental, relançando as atividades económicas sobre uma base sustentada".

De acordo com o definido no Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas – RERAE, quando se verifique desconformidade da localização com o plano diretor municipal vigente ou com servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização da atividade económica a apresentar à entidade coordenadora ou licenciadora deve ser instruído, entre outros, com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal".

Como consequência, em caso de decisão final favorável ou favorável condicionada (deliberação da conferência decisória), que tenha por pressuposto a desconformidade com o plano diretor municipal, compete à câmara municipal promover a alteração ou revisão do plano, no sentido de contemplar a regularização do estabelecimento ou exploração autorizada.

2. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Analisados os elementos apresentados e, especificamente, o documento anexo ao registo de entrada n.º 17629 de 2015-12-23, considera-se necessário reter o seguinte:

2.1. A requerente

A requerente, MNS, Lda., tem sede em Samora Correia.

2.2. A atividade

A requerente possui Alvará de Licença para a realização de operações de gestão de resíduos n.º 63/2008, destinado à triagem e armazenamento de resíduos não perigosos. Contudo, dada a conjuntura económica, conciliada com a importância para o desenvolvimento económico da empresa, a M.N.S., Lda. pretende solicitar licenciamento para a gestão de resíduos perigosos, nomeadamente fluxo específicos, como VFV, REEE e Pilhas e Acumuladores”.

Atividade principal – CAE 46771 – Comércio por grosso de desperdícios e de sucata;

Atividades secundárias,

- CAE 49410 – Transportes rodoviários de mercadorias;
- CAE 38311 – Desmantelamento de veículos automóveis em fim de vida;
- CAE 38220 – Tratamento e eliminação de resíduos perigosos.

Refere que, não é uma empresa certificada, contudo, cumpre a legislação em matéria ambiental e laboral, existindo a possibilidade de avançar para processos de certificação se obliter estabilidade relativamente à regularização da sua atividade no local que pretende licenciar.

2.3. O terreno e as construções / instalações afetas à atividade

A superfície total do terreno afeta às atividades é de 3.780,30 m², sendo a área de construção de 651,29 m² e a área de impermeabilização o total do terreno.

2.4. O número de postos de trabalho

Atualmente a requerente mantém 4 colaboradores. “A perspetiva de regularização da atividade é a de manter os postos e trabalho atuais e, a médio prazo, previsionalmente, admitir mais 1 funcionário, qualificando os trabalhadores com formação específica, relacionada com as suas funções”.

2.5. Os custos económicos e sociais associados à desativação da exploração

“A desativação do estabelecimento da M.N.S., Lda. e o desmantelamento da instalação trará consequências económicas e sociais elevadas, dado o valor da cadeia descrita (...) ao nível local e nacional. Se, por um lado, a desativação do estabelecimento da M.N.S., Lda. custará postos de trabalho diretos, por outro, a quebra das relações comerciais, tanto a montante como a jusante, poderá, no limite, ter repercussões em postos de trabalho indiretos”.

2.6. Relevância local

A requerente refere a “... existência de coabitação harmoniosa com a envolvente, sem impactos ambientais negativos e traduzindo, para além disso, efeito de arrasto para as atividades económicas circundantes, gerando emprego direto e indireto”. Refere ainda que a deslocalização da atividade constituiria uma diminuição de receitas para o Município que deixaria de receber a respetiva derrama.

Cópia de parte da ata da reunião de 2015-12-28

2.7. A fundamentação da opção da não deslocalização da exploração

"O elevado investimento efetuado pela M.N.S., Lda. no local onde foi licenciada a sua atividade, complementado com a degradação progressiva da situação económica do país, foi diminuindo a sua capacidade financeira para adquirir novas instalações, com recursos técnicos exigíveis para esta atividade

Por outro lado, no concelho de Benavente, não existem locais definidos especificamente para o desenvolvimento da atividade de gestão de resíduos e os espaços industriais, mais próximos, são inacessíveis, face aos preços de terrenos e edifícios praticados e ao investimento necessário para viabilizar a atividade, nomeadamente, com os licenciamentos, impermeabilizações, colocação de ETAR, associados ao tempo necessário para a execução de todos os processos descritos, à perda de clientes e fornecedores habituais, para além dos custos da remoção da atividade da sua localização atual, tornam a possibilidade de deslocalização incomportável".

A requerente estima o custo direto da demolição total das infraestruturas em cerca de 243.000€, ao qual acrescem os custos de aquisição do novo espaço e de paragem da atividade estimado em 1.435.000€, obtendo o valor total de deslocalização de 1.678.000€.

3. Antecedentes

Consta dos arquivos desta Divisão,

- os processos n.º 153/90, n.º 65/93, n.º 148/2007 e n.º 255/2013, em nome de Manuel Neves Santos, referente a moradia, com alvará de utilização n.º 76/2014, para habitação.

4. Instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares aplicáveis

4.1. Localização face ao Plano Diretor Municipal (PDMB) vigente

4.1.1. Ordenamento

- Planta de Ordenamento – F.1.1 – a área em referência insere-se em Espaço Agrícola / Área Agrícola não incluída na RAN (Reserva Agrícola Nacional)

4.1.2. Condicionantes

- Planta de Condicionantes – F.2.1 – a área em referência sobrepõe-se na parte nascente, com solos da RAN.

4.1.3. Condições de uso, ocupação e edificabilidade

Aplica-se o estabelecido no artigo 32.º do Regulamento do PDMB, sob a epígrafe, "Edificação no espaço agrícola".

Face ao definido neste artigo não é admitido o licenciamento de "operações de gestão de resíduos" (designação não utilizada na altura, em 1995). É contudo admitido, a título excepcional o licenciamento de instalações para estabelecimento insalubre ou incómodo.

Por outro lado verifica-se que não são respeitadas todas disposições definidas, nomeadamente, a área máxima de construção e a área máxima de impermeabilização e o afastamento das construções aos limites do terreno.

4.1.4. Conclusão

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

De acordo com o preconizado no PDMB vigente não é viável a legalização das construções / instalações existentes.

4.2. Localização face à proposta da 1.ª revisão do PDMB, aprovada pela Assembleia Municipal em 2015-06-29 e que aguarda ratificação do Conselho de Ministros

4.2.1. Ordenamento

. Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo – a área em referência insere-se em Solo Urbanizado / Espaço Residencial / A Estruturar.

4.2.2. Condicionantes

. Planta de Condicionantes – Outras – a área em referência confina com Gasoduto de Média Pressão e com Linha Elétrica de Baixa / Média Tensão.

4.2.3. Condições de uso, ocupação e edificabilidade

Ao Espaço de Residencial aplica-se o definido nos artigos 57.º a 59.º da proposta de Regulamento.

"O espaço Residencial destina-se à localização e implantação de atividades, funções e instalações com fins habitacionais, comerciais e de serviços, incluindo equipamentos de utilização coletiva (...) e empreendimentos turísticos, indústrias e armazéns compatíveis com a envolvente urbana, (...)".

Apenas no Solo Urbanizável / Espaço de Atividades Económicas, a proposta de Regulamento admite a "gestão de resíduos não perigosos e/ou não poluentes" (artigo 84.º), não se prevendo a possibilidade de instalação da atividade de gestão de resíduos perigosos no Município

4.2.4. Conclusão

De acordo com o preconizado na proposta da 1.ª Revisão PDMB não será viável a legalização das construções / instalações existentes.

5. Análise do Interesse Público Municipal

A análise do interesse público municipal deverá ter por base a ponderação e dos interesses sociais e económicos da atividade industrial no Município, sem esquecer os interesses ambientais.

O eventual reconhecimento do Interesse Público Municipal a conceder pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do RERA, poderá conferir a possibilidade de legalização das construções / instalações. Este reconhecimento teria como consequência, em caso de decisão favorável da conferência decisória, a "adequação" do PDMB nos termos do artigo 12.º do RERA em conjugação com o RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), especificamente a requalificação da área e a alteração da respetiva regulamentação.

6 Conclusão

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Cópia da parte da ata da reunião de 2015-12-28

Face ao exposto deixa-se à consideração Superior a decisão de submeter o pedido de reconhecimento do Interesse Público Municipal a reunião de Câmara.

Maria Henriqueta Reis, técnica superior - arquiteta

Para a elaboração da presente informação cortei com a colaboração das técnicas: Florbela Parracho, Ana Palmar e Verónica Coelho.

Parecer:	Despacho:
	A reunião. 23.12.2015
O Chefe da D. M. O. P. P. U. D.	A Vereadora, no uso de competências delegadas/subdelegadas

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA VEREADORA ANA CARLA FERREIRA GONÇALVES fazendo o enquadramento legal das pretensões, explicitou que está em causa a tomada de posição da Câmara Municipal de propor à Assembleia Municipal a emissão de certidão de interesse público municipal relativo a um conjunto de atividades e de edificações, com enquadramento legal no Decreto Lei 165/2014, de 5 de novembro, que veio prever um regime excecional e transitório para a regularização, alteração ou ampliação de um conjunto de vários estabelecimentos, nomeadamente, industriais, pecuárias, pedreiras e gestão de resíduos.

Disse que esta legislação foi publicada numa altura em que os serviços centrais da Administração Pública chegaram à conclusão que existiam muitos estabelecimentos nesta tipo de atividade que estavam a laborar e que tinham a respetiva atividade económica devidamente licenciada junto das entidades competentes mas que, do ponto de vista do edificado e do ordenamento do território, existiam ainda alguns problemas em construções que não chegaram a ser licenciadas mas que se tornaram incompatíveis com os regimes de uso e ocupação do solo fixados em Planos Diretores Municipais.

Observou que este regime é excecional e transitório por existirem uma série de condições relativas à atividade que têm que ser cumpridas. Tendo em conta que o Decreto Lei 165/2014, de 5 de novembro, está em vigor até ao dia dois de janeiro, estes pedidos tinham que dar entrada e serem devidamente encaminhados até ao final do ano.

Referiu que foram rececionados seis pedidos de emissão de certidão de interesse público municipal, para que, depois de apreciados, possam ser propostos pelo Executivo à Assembleia Municipal para efeitos de emissão de certidão de interesse público municipal. Referiu que estão em causa desconformidades de natureza diversa, relacionadas, designadamente, com o PDM vigente, servidões administrativas e restrições de utilidade pública a serem resolvidas mediante procedimentos de revisão/alteração dos instrumentos de gestão territorial mais expeditos.

Disse ainda que todas as entidades públicas devem considerar que estes estabelecimentos estão a funcionar regularmente, não só a atividade, mas também o edificado.

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Apresentado o enquadramento legal das pretensões, explicitou que se trata dum operador que já está instalado há muitos anos na Estrada da Figueira Milheira e no Arneiro das Pedras em Samora Correia, desenvolvendo uma atividade de triagem e armazenamento de resíduos não perigosos, sendo intenção do requerente solicitar no futuro, licença às entidades competentes para os resíduos perigosos, apresentando o CAE principal e os CAE's acessórios, número de postos de trabalho, os custos económicos e sociais associados a uma desativação da exploração, a relevância local, a fundamentação de opção pela não deslocalização da exploração e o custo direto da demolição total das estruturas.

Deu nota que foram registados os antecedentes e feito o enquadramento face ao PDM atual e face ao futuro PDM.

Como pressuposto legal face ao PDM em vigor, a pretensão não é viável de legalização mas que face à primeira revisão aprovada pela Assembleia Municipal mas ainda não eficaz, relativamente à questão de se perspetivar no futuro a gestão de resíduos perigosos, é igualmente afirmado no parecer técnico que não será viável nessas condições.

Propõe, com base no enquadramento feito anteriormente, que o Executivo delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal a emissão de declaração de interesse público municipal, sob a condição expressa de não ser aceitável que a atividade evolua no futuro para a gestão de resíduos perigosos, uma vez que o futuro PDM não prevê em qualquer circunstância e em qualquer território do município essa possibilidade, para além de ter que haver uma reclassificação do solo na área.

O SENHOR PRESIDENTE referiu que esta atividade existe naquele espaço há muitos anos, minimamente enquadrada e sem grandes impactos negativos e no âmbito do processo de legalização, a defesa do interesse público não pode ser mais do que aquela que resulta duma atividade devidamente consolidada, que cria alguns postos de trabalho e que num futuro processo de legalização a Câmara Municipal tem argumentos para impor algumas condições.

Considerou ainda a necessidade de haver uma intervenção no sentido de melhor requalificar o espaço para que o tipo de atividade desenvolvida possa decorrer sem que haja agressividade do ponto de vista estético para aquela área.

O SENHOR VEREADOR LUIS SEMEANO disse que não possui grande conhecimento da empresa e que, os argumentos apresentados, em sua opinião, não são justificativos para que seja reconhecido o interesse público municipal.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ aludiu que o interesse público municipal para as empresas poderem justificar a legalização extraordinária da atividade face à envolvente.

Lembrou que tem sido procedimento da Câmara Municipal e legalizar as atividades que funcionam de forma minimamente regular, pelo que, desde que as mesmas não tenham impactos de poluição ou que não produzam ruídos, não vê inconveniente que o Executivo declare o interesse público municipal.

O SENHOR PRESIDENTE acrescentou que, a emissão de certidão de interesse público municipal é uma oportunidade para a legalização de algumas atividades que não estão licenciadas, não só no município mas em todo o país.

Transmitiu que, com o reconhecimento pretendido, é possível que seja mantida a atividade, os seus postos de trabalho e conciliar as preocupações ambientais, paisagísticas e de integração com a atividade desenvolvida, bem como eliminar a possibilidade dos resíduos perigosos serem contemplados no licenciamento.

Cópia de parte da ata da reunião de 2015-12-28

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção do senhor vereador Luís Semeano, homologar a informação técnica e nos termos e fundamentos nela constantes, reconhecer o interesse público municipal da atividade desenvolvida e propor à Assembleia Municipal a emissão de certidão de Interesse público municipal, sob condição expressa da atividade não se desenvolver, no futuro, para a gestão de resíduos perigosos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3

7

**REQUERIMENTO**
Assunto: Regularização da Utilização dos Recursos Hídricos

Foi recebido, nestes Serviços, o processo de regularização com os dados abaixo listados:

Nº Processo: 40221

Nome/Denominação Social: MNS - Valorização de Resíduos

Identificação Fiscal Nº: 508266173

Cartão Cidadão/Bilhete de Identidade:

Válido até/Emitido em:

Arquivo de Identificação:

Residência/Sede em: Estrada do Porto Seixo, Quinta dos Gerânios

Código Postal: 2135-042 Samora Correia

Freguesia: Samora Correia

Telefone: 263654263

Email: Não foi preenchido

Concelho: Benavente

Fax: Não foi preenchido

Site: Não foi preenchido

Na qualidade de Proprietário

Vem requerer, nos termos do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, emissão de título de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais com as seguintes características:

I - Localização da Utilização

Localidade/Lugar: Samora Correia

Concelho / Freguesia: Benavente, Samora Correia

Coordenadas Latitude/Longitude: 38.930992 e -8.848490

II - Caracterização da Utilização

1 - Origem das águas residuais

Doméstica: Sim

Número de habitantes: 4

Agro-Pecuária: Não

Actividade/Espécie:

Número de animais:

Outra: Não

2 - Ponto de descarga

Sistema de descarga: Poço absorvente

Coordenadas: Não foi preenchido

Inserido no sistema informático: Declaração Utilização

III - Observações

Não aplicável.

Data: 2011-07-29

Declaro que tomei conhecimento e aceito os dados introduzidos.

Requerente

Técnico

Declaração

Para os efeitos considerados convenientes, declaro que MNS, Valorização de Resíduos, Lda, com o número de identificação fiscal 508 256 173, com Sede na Estrada do Porto de Seixo, Belo Jardim, Quinta dos Gerânios, 2130 Samora Correia, não possui rede de saneamento.

Santarém, 27 de Abril de 2010

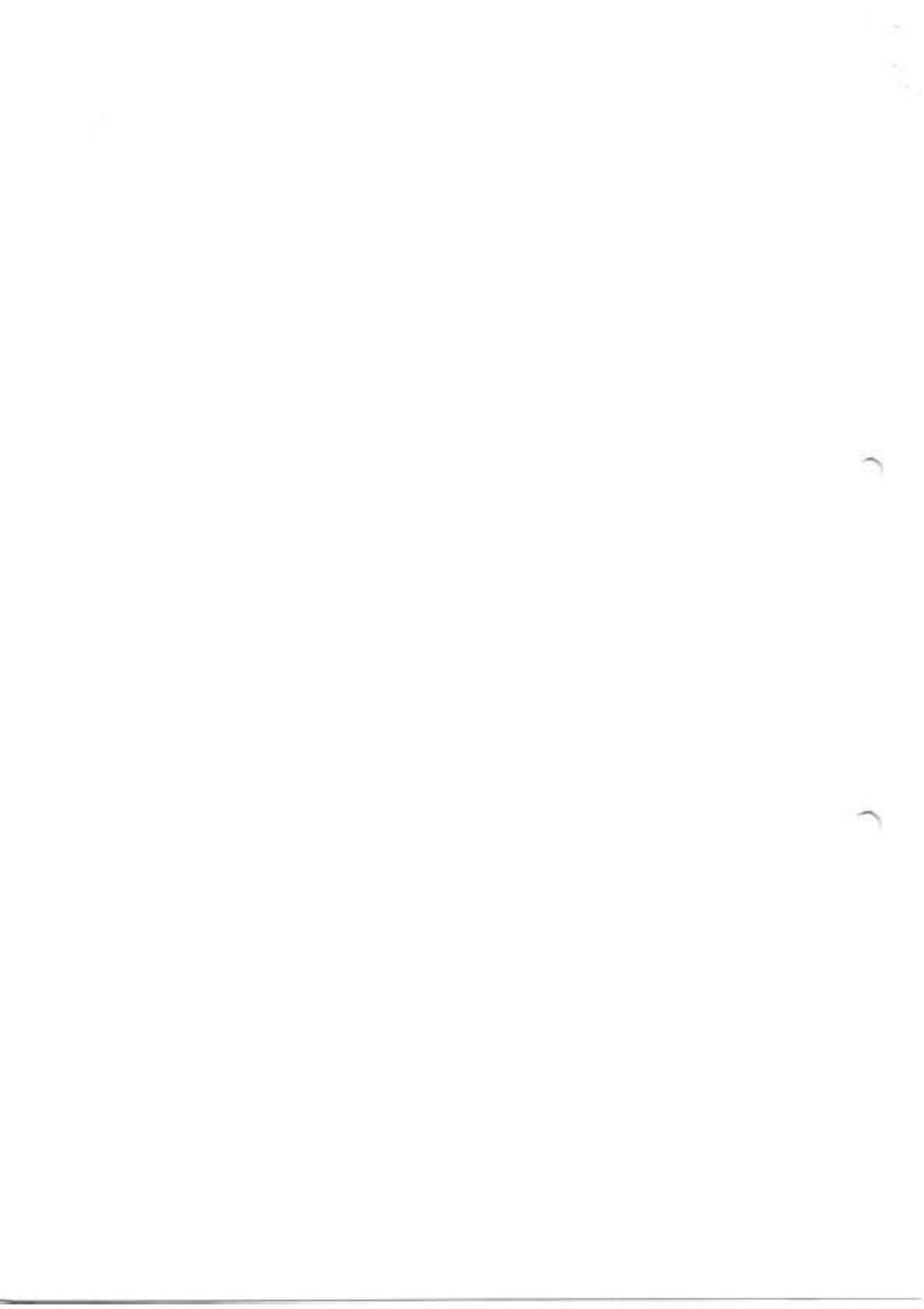
O Director Comercial



ÁGUAS DO
RIBATEJO

AR - Águas do Ribatejo, EIM
N.º 508 256 173
Quinta das Cegonhas • Apartado 577
2001 - 907 SANTARÉM
Tel.: 243 303 800 • Fax: 243 303 649 • Email: geral@aguasdoribatejo.com
Tel.: 243 303 240 • Fax: 243 303 209

(João Barros)



REQUERIMENTO

ASSUNTO: Regularização da Utilização dos Recursos Hídricos – Descarga de águas residuais por infiltração no solo (fossas)

Nome/Denominação social INS. Regularização de Resíduos
 identificação fiscal n.º 508266173, cartão de cidadão/bilhete de identidade n.º _____, válido até/emite em _____, pelo arquivo de identificação de _____, com residência/sede em ESPADE DO PORTO VIZO, BOTAPOANDA, PTª BORANIO
 código postal 2135-042 na localidade de Santa Ouveia
 freguesia de S. Ouveia, concelho de Benavente
 telefone 263654263 telemóvel 916666666 fax 263656230 e-mail insularizacao@residuais.igral.gov.pt
 na qualidade de proprietário, arrendatário, outro _____, vem requerer, nos termos do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, emissão de título de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais com as seguintes características:

I. LOCALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO

Lugar: ESPADE DO PORTO VIZO, BOTAPOANDA, PTª BORANIO
 Localidade: Santa Ouveia
 Freguesia: Santa Ouveia
 Concelho: Benavente

Representação gráfica

Carta militar n.º _____ (1:25 000)

Coordenadas Hayford-Gauss militares (metros): M = _____ P = _____ (facultativo)

Elementos que anexa com o local assinalado com "X":

Planta de localização à escala adequada (por exemplo 1:1.000, 1:2.000, 1:5.000) (.
 Ou

P3

P3

Ou

Fotografia aérea obtida na Internet (exemplo: www.google.pt/earth;
<http://maps.google.pt/maps>; <http://mapas.sapo.pt>).



**II. CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO**

Origem das águas residuais

- Doméstica Número de habitantes 4
- Agro-Pecuária Actividade/Espécie _____ Número de animais _____
- Outra (especificar) _____

Ponto de descarga

Representação gráfica

Carta militar n.º _____ (1:25 000)

Coordenadas Hayford-Gauss militares (metros): M = _____ P = _____ (facultativo)

Elementos que anexa com o local assinalado com "X":

- Planta de localização à escala adequada (por exemplo 1:1.000, 1:2.000, 1:5.000) (.

Ou

- P3

Ou

- Fotografia aérea obtida na Internet (exemplo: www.google.pt/earth;
<http://maps.google.pt/maps>; <http://mapas.sapo.pt>).

Sistema de descarga:

- Poço absorvente
- Trincheira (Vala) de infiltração
- Outro, (especificar) _____





III. ELEMENTOS A ANEXAR

Fotocópia do cartão de cidadão (apenas se o requerimento for enviado por correio);

ou

Fotocópia do Bilhete de Identidade (apenas se o requerimento for enviado por correio);

Fotocópia do Cartão de Contribuinte (apenas se o requerimento for enviado por correio);

Declaração da entidade gestora respectiva da impossibilidade de integração na rede pública de saneamento, quando a descarga provém de águas residuais domésticas.

Representação gráfica (anexar o(s) elemento(s) gráfico(s) indicado(s) anteriormente):

- i. Planta de enquadramento à escala 1:25.000 com a localização da pretensão;
- ii. Planta de localização à escala adequada (por exemplo 1:1.000, 1:2.000, 1:5.000),

Ou

- iii. P3

Ou

- iv. Marcar o local em fotografia aérea obtida na Internet (exemplo: www.google.pt/earth; <http://maps.google.pt/maps>; <http://mapas.sapo.pt>).

Pede deferimento

Bonavente, 13 de Abril de 2010

Beata Alexandra F. F. Santos

Assinatura

Santos

Proc. 52

Prac. e entrega de p. 13/04/2010

13/04/2010





Câmara Municipal de Benavente

Divisão Municipal de Obras Particulares

Planta de Localização: MSN (Fossa)

Escala: 1/1 000



A localização foi marcada por indicação do requerente.

Data

Requerente

REQUERIMENTO

ASSUNTO: Regularização da Utilização dos Recursos Hídricos – Águas SubterrâneasNome/Denominação social MNS - regularização de residuoidentificação fiscal n.º 528266173, cartão de cidadão/bilhete de identidade n.º

_____, válido até/emitido em _____, pelo arquivo de identificação de

_____, com residência/sede em Entrada do ponto seixo, 1ª Geraçõescódigo postal 2135-242 na localidade de Sátoria Caneia,freguesia de S. Caneia, concelho de Benavente,telefone 263654263, telemóvel 966002804 fax 263656230 e-mailmns@regularizaçãoresiduoagricol.pt na qualidade de proprietário, arrendatário,

outro _____, vem requerer, nos termos do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 226-

A/2007, de 31 de Maio, emissão de título de utilização dos recursos hídricos para **captação****de água subterrânea** com as seguintes características:

I. LOCALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO

Lugar: Entrada do ponto seixo, 1ª Gerações, 1ª GeraçõesLocalidade: Sátoria CaneiaFreguesia: Sátoria CaneiaConcelho: Benavente

Representação gráfica

Carta militar n.º _____ (1:25 000)

Coordenadas Hayford-Gauss militares (metros): M = _____ P = _____ (facultativo)

Elementos que anexa com o local assinalado com "X":

 Planta de localização à escala adequada (por exemplo 1:1.000, 1:2.000, 1:5.000)

Ou

 P3

Ou

 Fotografia aérea obtida na Internet (exemplo: www.google.pt/earth;
<http://maps.google.pt/maps>; <http://mapas.sapo.pt>).

II. CARACTERIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO

1. Finalidade

Captção de água subterrânea para*:

Consumo humano

Rega

Actividade industrial

Pecuária

Actividade de recreio ou de lazer

Outra, (especificar) Viagem De-teur

Uso* Particular

Colectivo (vários utilizadores)

2. Caracterização da captação

Tipo* Furo vertical Poço Furo horizontal Mina Galeria
 Outro (especificar) _____

Perfuração: Profundidade (furos verticais e poços)* 10 (m)
Diâmetro máximo: 190 (m ou mm)

Comprimento*: _____ (m) (minas, furos horizontais e galerias)

Ano de execução _____

3. Regime de exploração

Volume médio anual*: _____ (m³) Mês de maior consumo: _____

Volume máximo mensal para o mês de maior consumo: _____ (m³)

Equipamento de extracção

Tipo Manual

Combustíveis fósseis

Eléctrico

Potência* 2,8 (cv)

Caudal de exploração _____ (l/s) Rendimento _____ (%)

Profundidade de instalação* 8 (m)

*-Preenchimento Obrigatório

III. CARACTERIZAÇÃO DA FINALIDADE
 CONSUMO HUMANO

Número de pessoas a abastecer _____ Número de habitações a abastecer _____

 Destino final das águas
 residuais:

 Rejeição no solo (sistema individual)

 Ligação à rede pública

 Outro (especificar)

Assumo a responsabilidade pela realização de análises da qualidade da água e pela entrega dos resultados à entidade licenciadora.

 REGA

Área total do prédio _____ (ha)

Área a regar: _____ (ha)

 Especificação das culturas: _____

Tipo de rega utilizado: _____

 ACTIVIDADE INDUSTRIAL

Actividade industrial

Tipo: _____

CAE: _____

 ACTIVIDADE RECREATIVA OU DE LAZER

Finalidade ou uso: _____

Existe contacto directo com a água?

 Sim

 Não

 PECUÁRIA

Actividade/Espécie _____

Número de animais _____

 Extensiva

Área de pastoreio, aproximada: _____ (ha)

 Intensiva Ar Livre

Área de pastoreio, aproximada: _____ (ha)


 Intensiva

 OUTROS (especificar) _____

IV. ELEMENTOS A ANEXAR

1. Fotocópia do cartão de cidadão (apenas se o requerimento for enviado por correio);
ou
2. Fotocópia do Bilhete de Identidade (apenas se o requerimento for enviado por correio);
3. Fotocópia do Cartão de Contribuinte (apenas se o requerimento for enviado por correio);
4. Declaração da entidade gestora respectiva da impossibilidade de integração na rede pública de água (apenas quando a finalidade da utilização é o consumo humano).
5. Representação gráfica (anexar o(s) elemento(s) gráfico(s) indicado(s) anteriormente):
 - i. Planta de enquadramento à escala 1:25.000 com a localização da pretensão;
 - ii. Planta de localização à escala adequada (por exemplo 1:1.000, 1:2.000, 1:5.000),
Ou
 - iii. P3
Ou
 - iv. Marcar o local em fotografia aérea obtida na Internet (exemplo: www.google.pt/earth; <http://maps.google.pt/maps>; <http://mapas.sapo.pt>).
6. Relatório de execução dos trabalhos de pesquisa (se disponível).
7. Declaração de utilização dos recursos hídricos de vários utilizadores (se aplicável).

Pede deferimento

Devidamente, 13 de abril de 2010Reubi e entreguei que

2010/04/13Carla Alexandra F.F. Cardoso Santos
Assinatura



Câmara Municipal de Benavente

Divisão Municipal de Obras Particulares

Planta de Localização: MSN (Furo)

Escala: 1/1 000



A localização foi marcada por indicação do requerente.

Data

Requerente

3

3



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

CÓPIA
A 500
Escritório de Lisboa
03.03.2017

67

A
Câmara Municipal de Benavente

Praça do Município
2130-038 - BENAVENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE
Serviço Expediente Geral e Arquivo
REGISTO DE ENTRADAS
N.º 3383 06/03/17
Processo/Serviço SCDH

Proc.º 1187/2013

S/ referência	Data	N/ referência	Data
		5010697-201702-ARHTO.DRHI	16/02/2017
		Processo	
		ARHT/DRHI/7732.10/T/TU	

Assunto: **Licenciamento da descarga de águas pluviais contaminadas provenientes de uma unidade de armazenagem e triagem de resíduos não perigosos sita em Samora Correia-Benavente.**

Requerente: M.N.S. - Valorização de Resíduos, Lda.

Relativamente ao assunto em epígrafe, vimos informar que foi emitida a **Licença de Utilização de Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais L001897.2017.RH5A**, válida até 07-02-2022, nos termos do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

*Assinatura do despacho
superior de Sr.
Presidente do CR.*

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora da Administração da Região Hidrográfica
do Tejo e Oeste

*A. M. M. M. M.
09/07/2017*

Gabriela Moniz
José Reis
Chefe de Divisão



5010697-201702-ARHTO.DRHI - 24/07/2017





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

118

M
R
W
CSP

ATA DE CONFERÊNCIA DECISÓRIA

Conferência Decisória realizada ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, para concluir a análise do pedido de regularização da instalação abaixo referida, cuja atividade se enquadra no Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), publicado no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho.

Data: 15 de março de 2017

Hora: 10:30

Local: Instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)

Rua Alexandre Herculano, n.º 37 1250-009 Lisboa

Constitui a 2ª parte da Conferência Decisória realizada em 21-02-2017 e suspensão, em conformidade com o disposto no n.º 9 do artigo 9º, para se aferir quanto à afetação da Servidão de Gasoduto, referente ao traçado da Rede de Distribuição de Gás Natural.

Processo	P 140/2008 - 450.10.30.00073.2014
Empresa	MNS - Valorização de Resíduos, Lda.
Instalação	Rua do Arneiro das Pedras /Estrada do Porto Seixo- Quinta dos Gerânios- Belo Jardim Freguesia de Samora Correia e Concelho de Benavente
Atividade	Triagem e armazenagem de resíduos perigosos e não perigosos. Despoluição/Desmantelamento de Veículos em fim de vida (VFV)
Data do Recibo / Comprovalivo	Ofício S03521-201604-DSA/DLA, com saída em 04-04-2016. Constitui título legítimo para a realização de Operações de Gestão de Resíduos até que a empresa seja notificada da decisão sobre o pedido de regularização.

Âmbito do pedido	Regularização de instalação existente, a qual não possui título válido para exercício da atividade desde 21-07-2013. O projeto não se conforma com o PDM de Benavente, por recair em "Espaço Agrícola - Área não incluída na RAN" que, nos termos da alínea b) ponto 1, do artigo 30º do Regulamento, se destina a atividades ligadas à produção agrícola e à pecuária. Não afeta RAN Há interferência com REN - Zona Ameaçada por Cheia (RCM n.º 183/2007) e com Domínio Público Hídrico
------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

315
 M1
 R2
 h
 ex

O volume de negócios da empresa reportado no ano de 2012 foi de 758.553.52 € e no ano de 2013 foi de 491.976.336.

Em 21-02-2017 decorreu a Conferência Decisória tendo-se suspenso a sessão, em conformidade com o disposto no n.º 9 do artigo 9º, para permitir à CMB apurar quanto à proximidade da servidão do traçado do gasoduto, elemento novo e importante para a tomada de decisão.

A Câmara Municipal de Benavente enviou os elementos respeitantes à publicação da Servidão de Gasoduto, referentes ao traçado da Rede de Distribuição de Gás Natural e respetivas publicações, verificando que a área de intervenção da pretensão confronta com o traçado da Rede Primária de Benavente - Troço 2 da Rede de Distribuição de Gás Natural, publicada com o Aviso n.º 7525-A/2006 de 05-0-2006.

Assim perante este facto convocou-se para esta Conferência Decisória, designadamente a "SETGÁS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.", a entidade competente para se pronunciar sobre esta servidão.

2. APRECIÇÃO DO PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo deu início à *Conferência Decisória*, com os representantes das seguintes entidades:

Câmara Municipal de Benavente (CMB)
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) - Licenciamento da Atividade e Ordenamento do Território
Agência Portuguesa do Ambiente - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APARHTO)
SETGÁS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A (SETGÁS)
Entidades convocadas e ausentes - não aplicável

A CCDRLVT confirmou que os presentes estão devidamente mandatados para representar a entidade e transmitir o respetivo parecer vinculativo de acordo com o n.º 5 do artigo 9º do DL n.º 165/2014, de 5 de novembro (Anexo I).

Solicitou ainda a todos os presentes que se identifiquem, quando interpelados para se pronunciarem.

A CCDRLVT, enquanto entidade coordenadora do licenciamento da atividade de gestão de resíduos, prestou a seguinte informação:

- Neste procedimento de regularização não existe vistoria prévia à análise do pedido. O cumprimento da legislação ambiental em vigor é assumido pela requerente com a entrega do "Termo de Responsabilidade Ambiental", no qual declara, sob compromisso de honra: *"Ter conhecimento do dever de cumprimento de todas as regras ambientais aplicáveis ao estabelecimento ou atividade objeto do presente pedido de regularização e assumir o dever de, no decurso do procedimento de regularização, adotar as medidas necessárias à prevenção e reparação de danos para terceiros ou para ambiente, nos termos da lei."*

Foi apreciado o pedido de regularização de forma integrada e tendo-se ponderado os interesses em presença, de acordo com o estabelecido no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, nomeadamente, os impactos da manutenção ou desativação do estabelecimento, na perspetiva do ordenamento do território, da segurança de pessoas e bens, dos regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais e culturais, bem como dos interesses públicos subjacentes à servidão administrativa ou restrição de utilidade pública em causa.

3. DELIBERAÇÃO FINAL

Nos termos do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, ponderados os diversos interesses previstos, as entidades pronunciaram-se nos seguintes termos:

. CCDRLVT - A instalação recai em "Espaço Agrícola - Área não incluída na RAN" não sendo previsto no Regulamento do PDM, ainda em vigor, a atividade económica correspondente a OGR, verificando-se, ainda, que na primeira revisão do PDM, a publicar, recai em "Solo Urbano - Solo Urbanizado -Espaço Residencial (a estruturar) " onde esta atividade é incompatível.

Inserem-se parcialmente em solos da REN - "Zonas ameaçadas por Cheias", de acordo com a carta em vigor (publicada em 7/2/2002), o que configura uma ação interdita. De acordo com a delimitação da REN revista e aprovada pela CNREN que aguarda publicação, a área da pretensão está classificada como "Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos" embora excluída (E48).

Do exposto, não há condições para aceitar a regularização, emitindo-se parecer favorável condicionado à realocação da OGR, no prazo máximo de dois anos da data de emissão do título provisório (04-04-2016), para local adequado face aos regimes legais aplicáveis. (Anexo II).

A CCDR confrontada com as posições das outras entidades convocadas (CMB, APA e SETGÁS) que emitem parecer favorável condicionado e favorável, respetivamente, entende não ter sentido colocar o condicionamento de "relocalização". Contudo, mantendo-se os motivos que em matéria de ordenamento do território são contrários à permanência da atividade toma posição desfavorável à regularização pretendida.

. APA /ARH Tejo e Oeste - Parecer favorável, salientando que a Licença de descarga indicada no parecer foi revalidada pela Licença de Utilização dos Recursos Hídricos - Rejeição de Águas Residuais nº L001897.2017.RH5A válida até 07-02-2022. (Anexo III)

. CMB - Sobre proposta da Câmara Municipal, em reunião de 28-12-2015, a Assembleia Municipal deliberou reconhecer o Interesse público municipal da atividade, sob condição expressa desta não contemplar a gestão de resíduos perigosos. A Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, datada de 11-03-2016 valida esta posição. (Anexo IV)

É com estes fundamentos e neste sentido que a Câmara Municipal emite parecer favorável condicionado.

SETGás - Emite parecer favorável pelo facto da pretensão não colidir com a faixa de segurança prevista no Decreto-lei nº8/2000, de 8 de Fevereiro. (Anexo V)

Do acima exposto as entidades representadas na Conferência decisória deliberam por maioria no sentido favorável condicionado:

- A que a atividade a exercer e a licenciar não contemple a gestão de quaisquer resíduos perigosos.

O prazo de validade da presente deliberação termina em 04-04-2018.

Terminada a reunião, os presentes aprovaram e assinaram a presente Ata, a qual lhes será remetida por correio eletrónico.

4. LISTA DE PRESENÇAS

Entidades	Representantes	Assinaturas
APA / ARHTO	Rute Vicente	<i>Rute Vicente</i>
CMB	Henriqueta Reis	<i>Henriqueta Reis</i>
CCDRLVT	Paula Pinto Lúisa Abreu	<i>Paula Pinto</i> <i>Lúisa Abreu</i>
SETGÁS	João Rodrigues	<i>João Rodrigues</i>

5. ANEXOS

Anexo I - Comprovativos da Delegação de Competências dos organismos APA/ARHTO, CMB, SETGÁS e CCDRLVT

Anexo II - Parecer CCDRLVT

Anexo III - Parecer da APA/ARH Tejo e Oeste

Anexo IV - Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Assembleia Municipal de Benavente

Anexo V- Parecer da SETGÁS





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ANEXO I





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

1/1

DESPACHO DESIGNATIVO

Isabel Dulce Mendes da Silva Marques, Diretora de Serviços de Ambiente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede na Rua Alexandra Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa, designa, nos termos do Despacho n.º 11918/2015 do Presidente da CCDR LVT datado de 13 de outubro de 2015, publicado em 23 de outubro de 2015, a engenheira Luísa Cancela de Abreu, técnica superior da Divisão de Licenciamento Ambiental, em quem delega os poderes adequados para efeitos de vinculação deste serviço na conferência decisória convocada pela Direção de Serviços de Ambiente, a realizar em 15-03-2017 nas instalações da CCDRLVT, sobre o pedido de regularização de OGR apresentado pela requerente "MNS - Valorização de Resíduos, Lda" para a instalação implantada no município de Benavente.

Lisboa, março de 2017

A Diretora de Serviços de Ambiente

Isabel Marques







MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Câmara Municipal

Contribuinte n.º 508 578 008

2130-036 Benavente - Tel. 263 518 000 (5 linhas) - Fax 263 518 045-9

Registado com A.R.

CCDRLVT- Comis. Coord. e Desenvol. Reg. de Lisboa
e Vale do Tejo
Rua Alexandre Herculano, 37
1250-009 LISBOA

Sua referência	Sua comunicação	Proc. N.º	Ofício N.º	Data
S02816-201701- DAS DLA	450.10.30.00973.2014 14/0/2008	1248/2016	714	10-03-2017

Assunto: CONVOCATÓRIA PARA CONFERÊNCIA DECISÓRIA, REGULARIZAÇÃO AO ABRIGO DO DECRET-TO LEI N.º 165/2014, PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS MNS - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA - SAMORA CORREIA - BENAVENTE

Pelo presente informo V. Exa. que a arquiteta Maria Henriqueta Alemão de Almeida Reis representará esta Câmara Municipal na Conferência Decisória, a realizar no próximo dia 15 de março, de acordo com a deliberação tomada pelo órgão executivo em reunião ordinária realizada em 31.10.2016 que se remete em anexo.

Com os melhores cumprimentos:

A Vereadora responsável pela urbanização e edificação
(no uso de competência delegada, nos termos do despacho n.º 319/2013, de 14/10)


Ana Carla Ferreira Gonçalves

CS CS

Cópia de parte da ata da reunião de 2016-10-31

Ponto 17 – REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS (RERAE) PREVISTO NO DECRETO LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO / CONFERÊNCIA DECISÓRIA / NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

Proposta

Considerando que

- o Regime Extraordinário de Regularização de Estabelecimentos (RERAE) estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro visa, num contexto de simplificação de procedimentos e eficiência de recursos, a realização de uma conferência decisória por via do exercício conjugado das competências das diversas entidades da Administração Pública, nomeadamente as câmaras municipais, sempre que a localização do estabelecimento ou da sua exploração ou a alteração e ampliação pretendidas sejam desconformes com instrumento de gestão territorial vinculativo dos particulares ou com serviço administrativo ou restrição de utilidade pública
- até cinco dias antes da data marcada para a realização da conferência decisória, a Câmara Municipal deve designar o seu representante conferindo-lhes poderes adequados para efeitos da respetiva vinculação,
- a tramitação dos processos desta natureza decorre na Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento

Propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista nos n.ºs 3 e 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, delibere designar como seus representantes nas conferências decisórias, conferindo-lhes poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal no âmbito da sua participação, a *técnico superior de arquitetura Maria Henriqueta Almeida de Almeida Reis*, com o e-mail maria.reis@cm-benavente.pt e, nas suas faltas e impedimentos, o *técnico superior de geografia António Joaquim Oliveira Neves* com o e-mail antonio.neves@cm-benavente.pt

Benavente, 24.10.2016

O presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES O SENHOR PRESIDENTE transmite que o prazo para a regularização de estabelecimentos foi prorrogado até ao final do primeiro semestre de 2017, o que, de alguma forma, deixa mais alguma margem, ainda que esteja feito o respetivo levantamento e grande parte das situações estejam previstas na proposta de revisão do PDM (Plano Diretor Municipal)

A SENHORA VEREADORA ANA CARLA FERREIRA GONÇALVES explicitou que o assunto em apreço se prende com uma proposta que, formalmente, tem que ser apresentada pelo presidente de Câmara, porque é ele a entidade competente para nomear dois técnicos que representarão o órgão autárquico, com poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal no âmbito da sua participação nas conferências decisórias a ter lugar nas entidades coordenadoras (CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional ou direções regionais de Agricultura e Pesca), no âmbito dos seis casos em que já foi decidido, em reunião do órgão executivo e sessão da Assembleia Municipal, declarar o interesse público municipal de algumas atividades, por forma a que elas pudessem gozar deste regime extraordinário nomeadamente, os casos das agroecúrias e um caso duma entidade de gestão de resíduos sólidos.

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Cópia de parte da ata da reunião de 2016-10-31.

DELIBERAÇÃO Deliberado por unanimidade designar a técnica superior de arquitetura Maria Henriqueta Alemão de Almeida Reis e, nas suas faltas e impedimentos, o técnico superior de geografia António Joaquim Oliveira Neves como representantes do órgão executivo nas conferências decisórias, conferindo-lhes poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal, no âmbito da sua participação.
A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Redigido ao abrigo do novo Acorde Ortográfico





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

111

Documento I03051-201703-DSOT_DGT

DESPACHO DESIGNATIVO

Carlos Alberto Pina Nunes, Diretor de Serviços do Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede na Rua Alexandre Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa, designa, nos termos do Despacho n.º 11918/2015 do Presidente da CCDR LVT datado de 13 de outubro de 2015, publicado em 23 de outubro de 2015, a geógrafa Paula Pinto, chefe da Divisão de Gestão do Território, em quem delega os poderes adequados para efeitos de vinculação desta CCDR na continuação em 15-03-2017 da conferência decisória convocada pela Direção de Serviços do Ambiente, com primeiro momento em 21-02-2017, sobre o pedido de regularização da OGR denominada "MNS - Valorização de Resíduos, Lda" implantada no município de Benavente.

DSOT/DGT - março/2017

O Diretor de Serviços do Ordenamento do Território

Por delegação de competências do Despacho n.º 11918/2015 (DR 2ª série de 23/10/2015)

Carlos Pina





DECLARAÇÃO

Nos termos do art.º 9.º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, declaro que Rute Isabel de Castro Duarte Rosa Vicente, técnica superior, tem subdelegação de poderes adequados para efeitos de vinculação da Agência Portuguesa do Ambiente, na Conferência Decisória da MNS – Valorização de Resíduos, Lda., para análise do pedido de regularização ao abrigo do diploma atrás referido.

Lisboa, 8 de fevereiro de 2017

A Diretora da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste

Gabriela Moniz
Gabriela Moniz

imp.059.13_Papel_Reciclado_APAIP





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ANEXO II





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

112

Processo: 450.10.30.00073.2014

Documento: I13966-201610-DSOT_DGT

Assunto: REPAE - DL n.º 165/2014 de 5/11

Pedido de regularização da unidade de operações de gestão de resíduos (OGR) sita em Rua Amelo das Pedras/Estrada do Porto Seixo - Quinta dos Gerânios - Beão Jardim
MNS - Valorização de Resíduos, Lda.
Santarém / Benavente / Samora Correia

No âmbito e para os efeitos previstos no disposto no artigo 9º do decreto - lei n.º165/2014, de 5 de novembro, e tendo em conta os elementos adicionais recebidos da entidade licenciadora, vem esta CCDR emitir o seu parecer no âmbito do ordenamento do território.

Trata-se da emissão de parecer de ordenamento do território, a pedido do serviço da DLA enquanto entidade licenciadora, nos termos e para os efeitos dos Artigos 8.º e 9º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, relativamente ao pedido de regularização de Operação de Gestão de Resíduos, destinada a receção, triagem e armazenamento temporário de resíduos perigosos e não perigosos diversos (VFV, REEE, pilhas e acumuladores, embalagens, papel/cartão, outros) com a CAE principal 46771, em nome de "MNS - Valorização de Resíduos, Lda" e localizada na freguesia de Samora Correia no município de Benavente.

Este processo tem vários antecedentes nos serviços da CCDR, desde a emissão de alvará de licença de OGR em 2008 e que esteve válido até julho 2013 até ao parecer de localização desfavorável emitido em julho/2013.

- O pedido de regularização aplica-se à totalidade do terreno/parcela e das edificações/ações realizadas.

A área do terreno afeto à unidade de OGR é de 3.755,00m², encontrando-se impermeabilizada a área de 3.446,00 m² (92%). A área de ocupação/construção é de 650,00 m², correspondendo ao índice de ocupação/construção de 0.17. A área de armazenagem de resíduos corresponde a 498,72 m², dos quais 198,72 m² são em área coberta.

Importará clarificar em CD as discrepâncias entre a situação observada no território (ortofotomapa) e a representada na planta de implantação (desenho 01).

- Confrontada a pretensão com o PDM de Benavente (publicado em 7/12/1995 e seguintes alterações), as instalações recaem em "Espaço Agrícola - Área não incluída na RAN" o seu Regulamento, onde não é admitida atividade económica correspondente a OGR. Acresce que não tem o terreno/parcela a área mínima de 1ha para ser admitida edificação.

Contudo, conjugadamente com esse procedimento desenvolveu-se a revisão do PDM, que aguarda ratificação/publicação, que classifica a área da pretensão como "Solo Urbano - Solo Urbanizado, Espaço Residencial (a estruturar)", para o qual prescreve regras que implicam a incompatibilidade/desconformidade da atividade pretendida

- Não é abrangida área de RAN.

- Há interferência com servidão de domínio hídrico/margem inundável no setor nascente do terreno, carecendo de parecer da APA/ARHTO.

- A pretensão insere-se parcialmente em solos da REN - "Zonas ameaçadas por Chelas", de acordo com a carta em vigor (publicada em 7/2/2002).

A regularização pretendida face à tipologia afetada é considerada uma ação interdita, ou seja, não viabilizável por comunicação prévia.

Assim, a viabilização só poderá ocorrer por procedimento de Alteração/Exclusão da REN a ser apresentado junto da CCDRLVT nos termos do artigo 16º conjugado com o n.º 2 do artigo 9º do regime da REN.

Contudo, importará ter em conta que na delimitação da REN (revista) aprovada pela CNREN, embora não publicada, a área da pretensão está classificada como "Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos", embora excluída (E48) com fundamento na necessidade de expansão do perímetro urbano de Samora Correia na envolvente da área residencial edificada.

Assim, a situação no âmbito da REN ficará regularizada assim que respetiva carta municipal seja publicada

Conclusão

O eventual procedimento de Alteração do PDM em vigor, para enquadrar/viabilizar a pretensão (regularização/alteração funcional), terá de afastar/contrariar os princípios e objetivos que resultaram nas opções e regras de ordenamento do território subjacentes e explícitas na revisão do PDM.

Assim, entenda este serviço que não há condições para aceitar a regularização, emitindo-se parecer favorável condicionado à realocação da OGR, no prazo máximo de dois anos, para local adequado face aos regimes legais aplicáveis,

Lisboa, outubro/2016

O Diretor de Serviços do Ordenamento do Território
Por delegação de competências do Despacho n.º 10483/2014 (DR, 2.ª série, de 13/08/2014)



Carlos Pina



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ANEXO III





AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Exmo. Sr.
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Alexandre Herculano, n.º 37
1269-053 Lisboa
Portugal

S/ referência:	Data	N/ referência	Data
S16147-201508-DSA/DLA	2015-09-03	S050512-201509-ARHTO.DRHI Proc. ARHT/DRHI/7732.19/T/U	

Assunto: Parecer sobre a possível afetação dos recursos hídricos no âmbito do licenciamento da operação de gestão de resíduos da M.N.S. – Valorização de Resíduos, Lda., no concelho de Benavente.

Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se V.ª Exa. do seguinte:

Domínio hídrico:

Após a análise dos elementos entregues e tendo em conta a localização da instalação em causa, constata-se que não existem linhas de água nem zonas inundáveis.

Assim, face ao acima exposto, não se vê inconveniente na pretensão.

Águas residuais:

Relativamente aos efluentes domésticos e atendendo a que os mesmos são armazenados em fossa estanque, nada há a opor. No entanto deverá ser indicada a capacidade da fossa e serem apresentados os comprovativos das recolhas relativas aos últimos 2 anos.

No que se refere à descarga das águas pluviais contaminadas a unidade possui a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais L002456.2014.RHS, válida até 26-02-2017, pelo que deverão ser cumpridas as condicionantes da mesma.

Águas subterrâneas:

Tendo em conta o conhecimento hidrogeológico da massa de água subterrânea aqui existente e as características das captações de água subterrânea privadas e destinadas ao abastecimento público inventariadas, refere-se que:

- Não é de supor a afetação de captações de água subterrâneas, uma vez que se trata de captações localizadas ainda a alguma distância da instalação e profundas, no caso das captações destinadas ao abastecimento público;
- Não é de supor a afetação da massa de água subterrânea, uma vez que, de acordo com

Imp.001A_015 Ofício Lisboa ARHP



**AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

e memória descritiva, todas as atividades são desenvolvidas dentro de um armazém com piso impermeável, toda a área exterior encontra-se impermeabilizada, as águas de escorrência são encaminhadas para separador de hidrocarbonetos e as águas domésticas são encaminhadas para fossa estanque.

Ainda relativamente às águas subterrâneas, salienta-se que é referido que o abastecimento de água à instalação é assegurado pela rede pública de abastecimento de água, contudo, não é apresentada qualquer declaração da entidade gestora local a comprovar este facto.

Desta forma, no que respeita às águas subterrâneas, emite-se parecer favorável condicionado à entrega do comprovativo do abastecimento de água à instalação através da rede pública de abastecimento de água.

Tendo em conta o exposto, emite-se parecer favorável condicionado, sendo necessário proceder-se à entrega dos documentos associados à fossa e ao abastecimento de água à instalação

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste

Gabriela Montz



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ANEXO IV





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

**DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE
-----INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL-----**

**REGULARIZAÇÃO DA ACTIVIDADE DE GESTÃO DE RESÍDUOS,
REQUERIDO POR "M.N.S. - Valorização de resíduos, Lda." -----**

Para os devidos efeitos se declara que a Assembleia Municipal de Benavente, reunida em sua sessão ordinária no dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do nº 2, alínea k) do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e do disposto na alínea a) do nº 4, do artº 5º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, conjugado com o nº 1, alínea a), do artigo 1º, do mesmo Diploma Legal, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo catorze da CDU, um do PS da senhora Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, três do PSD e um do eleito independente Luís Rodrigues e cinco votos contra dos eleitos do PS, reconhecer ser do interesse público municipal a atividade desenvolvida pela empresa "M.N.S. - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA."-----

Juntam-se, como partes integrantes e indissociáveis da presente declaração, a minuta da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Benavente, em vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, e a cópia de parte da ata da reunião da Câmara Municipal de Benavente, de vinte e oito de Dezembro de dois mil e quinze. -----

Paços do Município de Benavente, aos onze de Março de dois mil e dezasseis. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal de Benavente -----

Carlos Orlando Mendes Pauleta

----- Carlos Orlando Mendes Pauleta -----

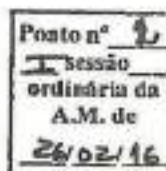


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

1.ª Sessão Ordinária – 26 de Fevereiro de 2016

PONTO N.º 2	PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DE ACTIVIDADE DE GESTÃO DE RESÍDUOS, REQUERIDO POR "M.N.S. – VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA", no âmbito da aplicação do Regime Excepcional de Regularização das Actividades Económicas (RERAE), nos termos da alínea a), do n.º 4, do art.º 5.º do DL n.º 165/2014, de 5/11.				
APROVAR	X		FAVOR	19	14 CDV, 1 PS, 3 PSD, 2 PD.
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA	5	PS
RATIFICAR		MAIORIA	ABSTENÇÃO		
RETIRAR DA OT			QUALIDADE		
<p>A Assembleia Municipal delibera, nos termos do n.º 2, alínea k) do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do disposto na alínea a), do n.º 4, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro, conjugada com o n.º 1, alínea a), do artigo 1.º do mesmo Diploma Legal, emitir Declaração de Reconhecimento de Interesse Público a M.N.S. – VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA e respectiva certidão, nos precisos termos e fundamentos da deliberação tomada pela Câmara Municipal em 28 de Dezembro de 2015.</p> <p>Intervenção dos Eleitos da Assembleia Municipal: LUÍS RAPOSO, ANTONIO ZABAGA Ribeiro.</p> <p>OS ELEITOS DO PS, QUE VOTARAM CONTRA, APRESENTARAM DECLARAÇÃO DE VOTO.</p> <p>Por parte do Executivo Municipal usou da palavra o Sr. Presidente Carlos António Pinto Coutinho.</p>					

Cópia de parte da ata da reunião de 2015-12-28



Ponto 16 - CERTIDÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

Processo n.º 1292/2014

Requerente: M N S. – Valorização de Resíduos Lda.

Local: Estrada Figueira Milheira e Rua Arneiro das Pedras, Samora Correia

Assunto: Certidão de Reconhecimento do Interesse Público Municipal (DL 165/2014)

Informação do Planeamento Urbanístico, de 2015-12-23

Através do registo de entrada n.º 14846 de 2015-10-23, a requerente apresenta pedido de "Certidão de utilidade pública municipal para regularização da atividade de gestão de resíduos", no âmbito da aplicação, com carácter extraordinário, do regime excecional de regularização das atividades económicas (RERAE), de acordo com o exposto na alínea a) do n.º 4 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro".

Através do registo de entrada n.º 17629 de 2015-12-23, a requerente completa o pedido.

Registe-se que o presente processo iniciado em 2014, foi objeto de informação da Gestão Urbanística, presente em reunião da Câmara de 2015-04-13.

Analisada a pretensão, cumpre-nos informar de que:

1. Enquadramento legal

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, estabelece, um regime excecional e transitório para a regularização, alteração e/ou ampliação de, nomeadamente, estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e operações de gestão de resíduos.

Este diploma resultou do significativo número de atividades, ocupações e edificações incompatíveis com os regimes de uso, ocupação e transformação do solo fixados nos planos diretores municipais e com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Ele pretende "congregar um conjunto de interesses públicos de expressiva relevância na presente conjuntura, criando uma oportunidade para que dentro do período temporal concedido para o efeito, os agentes envolvidos promovam a correção de situações de passivo social, territorial e ambiental, relançando as atividades económicas sobre uma base sustentada".

De acordo com o definido no Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas – RERAE, quando se verifique desconformidade da localização com o plano diretor municipal vigente ou com servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, o pedido de regularização da atividade económica a apresentar à entidade coordenadora ou licenciadora deve ser instruído, entre outros, com deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal".

Como consequência, em caso de decisão final favorável ou favorável condicionada (deliberação da conferência decisória), que tenha por pressuposto a desconformidade com o plano diretor municipal, compete à câmara municipal promover a alteração ou revisão do plano, no sentido de contemplar a regularização do estabelecimento ou exploração autorizada.

2. Pedido de reconhecimento do interesse público municipal

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Analisados os elementos apresentados e, especificamente, o documento anexo ao registo de entrada n.º 17629 de 2015-12-23, considera-se necessário referir o seguinte:

2.1. A requerente

A requerente, MNS, Lda., tem sede em Samora Correia

2.2. A atividade

A requerente possui Alvará de Licença para a realização de operações de gestão de resíduos n.º 63/2008, destinado à triagem e armazenamento de resíduos não perigosos. Contudo, dada a conjuntura económica, conciliada com a importância para o desenvolvimento económico da empresa, a M.N.S., Lda pretende solicitar licenciamento para a gestão de resíduos perigosos, nomeadamente fluxo específicos, como VFV, REEE e Pilhas e Acumuladores".

Atividade principal – CAE 46771 – Comércio por grosso de desperdícios e de sucata;

Atividades secundárias,

- CAE 49410 – Transportes rodoviários de mercadorias,
- CAE 38311 – Desmantelamento de veículos automóveis em fim de vida,
- CAE 38220 – Tratamento e eliminação de resíduos perigosos.

Refere que, não é uma empresa certificada, contudo, cumpre a legislação em matéria ambiental e laboral, existindo a possibilidade de avançar para processos de certificação se obtiver estabilidade relativamente à regularização da sua atividade no local que pretende licenciar.

2.3. O terreno e as construções / instalações afetas à atividade

A superfície total do terreno afeta às atividades é de 3 780,30 m², sendo a área de construção de 651,29 m² e a área de impermeabilização o total do terreno.

2.4. O número de postos de trabalho

Atualmente a requerente mantém 4 colaboradores. "A perspetiva de regularização da atividade é a de manter os postos de trabalho atuais e, a médio prazo, previsionalmente, admitir mais 1 funcionário, qualificando os trabalhadores com formação específica, relacionada com as suas funções".

2.5. Os custos económicos e sociais associados à desativação da exploração

"A desativação do estabelecimento da M.N.S., Lda. e o desmantelamento da instalação trará consequências económicas e sociais elevadas, dado o valor da cadeia descrita (...) ao nível local e nacional. Se, por um lado, a desativação do estabelecimento da M.N.S., Lda. custará postos de trabalho diretos, por outro, a quebra das relações comerciais, tanto a montante como a jusante, poderá, no limite, ter repercussões em postos de trabalho indiretos".

2.6. Relevância local

A requerente refere a "... existência de coabitação harmoniosa com a envolvente, sem impactos ambientais negativos e traduzindo, para além disso, efeito de arrasto para as atividades económicas circundantes, gerando emprego direto e indireto". Refere ainda que a deslocalização da atividade constituiria uma diminuição de receitas para o Município que deixaria de receber a respetiva derrama.

Cópia de parte da ata da reunião de 2015-12-28

2.7. A fundamentação da opção da não deslocalização da exploração

"O elevado investimento efetuado pela M.N.S., Lda no local onde foi licenciada a sua atividade, complementado com a degradação progressiva da situação económica do país, foi diminuindo a sua capacidade financeira para adquirir novas instalações, com recursos técnicos exigíveis para esta atividade.

Por outro lado, no concelho de Benavente, não existem locais definidos especificamente para o desenvolvimento da atividade de gestão de resíduos e os espaços industriais, mais próximos, são inacessíveis, face aos preços de terrenos e edifícios praticados e ao investimento necessário para viabilizar a atividade, nomeadamente, com os licenciamentos, impermeabilizações, colocação de ETAR, associados ao tempo necessário para a execução de todos os processos descritos à perda de clientes e fornecedores habituais, para além dos custos da remoção da atividade da sua localização atual, tornam a possibilidade de deslocalização inoportuna".

A requerente estima o custo direto da demolição total das infraestruturas em cerca de 243.000€, ao qual acrescem os custos de aquisição do novo espaço e de paragem da atividade estimado em 1.435.000€, obtendo o valor total de deslocalização de 1.678.000€.

3. Antecedentes

Consta dos arquivos desta Divisão,

- os processos n.º 153/90, n.º 65/93, n.º 148/2007 e n.º 255/2013, em nome de Manuel Neves Santos, referente a moradia, com alvará de utilização n.º 76/2014, para habitação.

4. Instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares aplicáveis

4.1. Localização face ao Plano Diretor Municipal (PDM) vigente

4.1.1. Ordenamento

Planta de Ordenamento – F.1.1 – a área em referência insere-se em Espaço Agrícola / Área Agrícola não incluída na RAN (Reserva Agrícola Nacional)

4.1.2. Condicionantes

Planta de Condicionantes – F.2.1 – a área em referência sobrepõe-se na parte nascente, com solos da RAN.

4.1.3. Condições de uso, ocupação e edificabilidade

Aplica-se o estabelecido no artigo 32.º do Regulamento do PDM, sob a epígrafe, "Edificação no espaço agrícola".

Face ao definido neste artigo não é admitido o licenciamento de "operações de gestão de resíduos" (designação não utilizada na altura, em 1995). É contudo admitido, a título excecional o licenciamento de instalações para estabelecimento insalubre ou incómodo.

Por outro lado verifica-se que não são respeitadas todas disposições definidas, nomeadamente, a área máxima de construção e a área máxima de impermeabilização e o afastamento das construções aos limites do terreno.

4.1.4. Conclusão

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

De acordo com o preconizado no PDMB vigente não é viável a legalização das construções / instalações existentes

4.2. Localização face à proposta da 1.ª revisão do PDMB, aprovada pela Assembleia Municipal em 2015-06-29 e que aguarda ratificação do Conselho de Ministros

4.2.1. Ordenamento

. Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo – a área em referência insere-se em Solo Urbanizado / Espaço Residencial / A Estruturar

4.2.2. Condicionantes

. Planta de Condicionantes – Outras – a área em referência confina com Gasoduto de Média Pressão e com Linha Elétrica de Baixa / Média Tensão.

4.2.3. Condições de uso, ocupação e edificabilidade

Ao Espaço de Residencial aplica-se o definido nos artigos 57.º a 59.º da proposta de Regulamento.

"O espaço Residencial destina-se à localização e implantação de atividades, funções e instalações com fins habitacionais, comerciais e de serviços, incluindo equipamentos de utilização coletiva (..) e empreendimentos turísticos, indústrias e armazéns compatíveis com a envolvente urbana. (...)".

Apenas no Solo Urbanizável / Espaço de Atividades Económicas, a proposta de Regulamento admite a "gestão de resíduos não perigosos e/ou não poluentes" (artigo 84.º), não se prevendo a possibilidade da instalação da atividade de gestão de resíduos perigosos no Município

4.2.4. Conclusão

De acordo com o preconizado na proposta da 1.ª Revisão PDMB não será viável a legalização das construções / instalações existentes.

5. Análise do Interesse Público Municipal

A análise do interesse público municipal deverá ter por base a ponderação e dos interesses sociais e económicos da atividade industrial no Município, sem esquecer os interesses ambientais.

O eventual reconhecimento do Interesse Público Municipal a conceder pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do RERAE, poderá conferir a possibilidade de legalização das construções / instalações

Este reconhecimento teria como consequência, em caso de decisão favorável da conferência decisória, a "adequação" do PDMB nos termos do artigo 12.º do RERAE em conjugação com o RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), especificamente a requalificação da área e a alteração da respetiva regulamentação.

6. Conclusão

Cópia de parte da ata da reunião de 2015-12-28

Faca ao exposto deixa-se à consideração Superior a decisão de submeter o pedido de reconhecimento do Interesse Público Municipal a reunião de Câmara.

Maria Henriqueta Reis, técnica superior - arquiteta

Para a elaboração da presente informação contei com a colaboração das técnicas Florbela Parracho, Ana Palmar e Verónica Coelho.

Parer	Despacho:
	À reunião. 23.12.2015
O Chefe da D. M. O. P. P. U. D.	A Vereadora, no uso de competências delegadas/subdelegadas

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA VEREADORA ANA CARLA FERREIRA GONÇALVES fazendo o enquadramento legal das pretensões, explicitou que está em causa a tomada de posição da Câmara Municipal de propor à Assembleia Municipal a emissão de certidão de interesse público municipal relativo a um conjunto de atividades e de edificações, com enquadramento legal no Decreto Lei 165/2014, de 5 de novembro, que veio prever um regime excecional e transitório para a regularização alteração ou ampliação de um conjunto de vários estabelecimentos, nomeadamente industriais, pecuárias, pedreiras e gestão de resíduos.

Disse que esta legislação foi publicada numa altura em que os serviços centrais da Administração Pública chegaram à conclusão que existiam muitos estabelecimentos neste tipo de atividade que estavam a laborar e que tinham a respetiva atividade económica devidamente licenciada junto das entidades competentes mas que, do ponto de vista do edificado e do ordenamento do território, existiam ainda alguns problemas em construções que não chegaram a ser licenciadas mas que se tornaram incompatíveis com os regimes de uso e ocupação do solo fixados em Planos Diretores Municipais.

Observou que este regime é excecional e transitório por existirem uma série de condições relativas à atividade que têm que ser cumpridas. Tendo em conta que o Decreto Lei 165/2014, de 5 de novembro, está em vigor até ao dia dois de janeiro, estes pedidos tinham que dar entrada e serem devidamente encaminhados até ao final do ano.

Referiu que foram rececionados seis pedidos de emissão de certidão de interesse público municipal para que, depois de apreciados, possam ser propostos pelo Executivo à Assembleia Municipal para efeitos de emissão de certidão de interesse público municipal. Referiu que estão em causa desconformidades de natureza diversa, relacionadas, designadamente, com o PDM vigente, servidões administrativas e restrições de utilidade pública a serem resolvidas mediante procedimentos de revisão/alteração dos instrumentos de gestão territorial mais expeditos.

Disse ainda que todas as entidades públicas devem considerar que estes estabelecimentos estão a funcionar regularmente, não só a atividade, mas também o edificado.

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Apresentado o enquadramento legal das pretensões, explicitou que se trata dum operadør que já está instalado há muitos anos na Estrada da Figueira Milheira e no Arneiro das Pedras em Samora Correia, desenvolvendo uma atividade de triagem e armazenamento de resíduos não perigosos, sendo intenção do requerente solicitar no futuro, licença às entidades competentes para os resíduos perigosos, apresentando o CAE principal e os CAE's acessórios, número de postos de trabalho, os custos económicos e sociais associados a uma desativação da exploração, a relevância local, a fundamentação de opção pela não deslocalização da exploração e o custo direto da demolição total das estruturas.

Deu nota que foram registados os antecedentes e feito o enquadramento face ao PDM atual e face ao futuro PDM.

Como pressuposto legal face ao PDM em vigor, a pretensão não é viável de legalização mas que face à primeira revisão aprovada pela Assembleia Municipal mas ainda não eficaz, relativamente à questão de se perspetivar no futuro a gestão de resíduos perigosos, é igualmente afirmado no parecer técnico que não será viável nessas condições.

Propõe, com base no enquadramento feito anteriormente, que o Executivo delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal a emissão de declaração de interesse público municipal, sob a condição expressa de não ser aceitável que a atividade evolua no futuro para a gestão de resíduos perigosos, uma vez que o futuro PDM não prevê em qualquer circunstância e em qualquer território do município essa possibilidade, para além de ter que haver uma reclassificação do solo na área.

O SENHOR PRESIDENTE referiu que esta atividade existe naquele espaço há muitos anos, minimamente enquadrada e sem grandes impactos negativos e no âmbito do processo de legalização, a defesa do interesse público não pode ser mais do que aquela que resulta duma atividade devidamente consolidada, que cria alguns postos de trabalho e que num futuro processo de legalização a Câmara Municipal tem argumentos para impor algumas condições.

Considerou ainda a necessidade de haver uma intervenção no sentido de melhor requalificar o espaço para que o tipo de atividade desenvolvida possa decorrer sem que haja agressividade do ponto de vista estético para aquela área.

O SENHOR VEREADOR LUIS SEMEANO disse que não possui grande conhecimento da empresa e que, os argumentos apresentados, em sua opinião, não são justificativos para que seja reconhecido o interesse público municipal.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ aludiu que o interesse público municipal para as empresas poderem justificar a legalização extraordinária da atividade face à envolvente.

Lembrou que tem sido procedimento da Câmara Municipal e legalizar as atividades que funcionam de forma minimamente regular, pelo que, desde que as mesmas não tenham impactos de poluição ou que não produzam ruídos, não vê inconveniente que o Executivo declare o interesse público municipal.

O SENHOR PRESIDENTE acrescentou que, a emissão de certidão de interesse público municipal é uma oportunidade para a legalização de algumas atividades que não estão licenciadas, não só no município mas em todo o país.

Transmitiu que, com o reconhecimento pretendido, é possível que seja mantida a atividade, os seus postos de trabalho e conciliar as preocupações ambientais, paisagísticas e de integração com a atividade desenvolvida, bem como eliminar a possibilidade dos resíduos perigosos serem contemplados no licenciamento.

Cópia de parte da ata da reunião de 2015-12-28

DELIBERAÇÃO Deliberado por maioria, com a abstenção do senhor vereador Luís Semeano homologar a informação técnica e nos termos e fundamentos nela constantes, reconhecer o interesse público municipal da atividade desenvolvida e propor à Assembleia Municipal a emissão de certidão de interesse público municipal sob condição expressa da atividade não se desenvolver, no futuro, para a gestão de resíduos perigosos

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

ANEXO V





CCDR/LVT - Comissão Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

**At. Exmo. Sr. Vice-Presidente
Fernando Ferreira**

Rua Alexandre Herculano, n.º37
1250-009 LISBOA

V/Ref.ª
S02807-201703-DSA/DLA
Proc.º450.10.30.00073.2014 - 140/2008

Data

N/Ref.º
GGND 2/2017

Data
2017-03-14

**Assunto: Conferência Decisória
Regularização ao abrigo do Decreto-Lei 165/2014, para a realização de operações de
Gestão de resíduos
MNS - Valorização de Resíduos, Lda
Samora Correia - Benavente**

Exmo. Senhor

Relativamente à solicitação da MNS, objeto da conferência decisória em curso, a Setgás, S.A. não possui objeções, emitindo por isso parecer favorável, uma vez que se encontram cumpridas os pressupostos estabelecidos na alínea b) do nº4 do artº 10 do Decreto-Lei 8/2000 de 8 de Fevereiro.

Melhores os cumprimentos,

João Rodrigues
Gestor de Projetos da Área Sul





MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento

ALVARÁ DE OBRAS DE LEGALIZAÇÃO N.º 46/2014

PROCESSO N.º 255/2013

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e posteriores alterações, é emitido o Alvará de Obras de Legalização n.º 46/2014 em nome de Manuel Neves dos Santos, portador do B.I. n.º 9883968 e contribuinte n.º 190137517 que titula a aprovação das obras que incidiram sobre o prédio sito em Belo Jardim - Quinta dos Gerânios, da freguesia de Samora Correia, descrito na Conservatória Registo Predial de Benavente sob o n.º 1677 e inscrito na matriz 5878 da respectiva freguesia.

As obras, aprovadas por Despacho de 05/06/2014, respeitam o disposto no Plano Director Municipal e apresentam as seguintes características:

Tipo de Construção: Legalização de alterações;

Área de Construção: 106,86 m²;

Volumetria: 1.208,08 m³;

Cércea: 6,40 m;

N.º pisos acima da cota de soleira: 2;

N.º pisos abaixo da cota de soleira: 0;

N.º de fogos: 1;

Utilização: Moradia Unifamiliar

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro e posteriores alterações.

Benavente, 11-06-2014

A Vereadora responsável pela urbanização e edificação
(no uso de competência delegada, nos termos do despacho n.º 319/2013, de 14/10)

Ana Carla Ferreira Gonçalves

Assistente Técnica

Adelaide Cristina de Jesus F. Salvador

Pago por Guia N. 569 de 23/05/2014



MUNICÍPIO DE BENAVENTE
Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento

ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 76/2014

Processo n.º 255/2013

Nos termos do n.º 3 de artigo 74º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e posteriores alterações, é emitido o alvará de autorização de utilização n.º 76 / 2014 em nome de Manuel Neves dos Santos, portador do B.I. n.º 9883968 e n.º de contribuinte 190137517.

O presente alvará titula a autorização de utilização do prédio sito em Quinta dos Gerânios, da freguesia de Samora Correia, descrito na Conservatória Registo Predial de Benavente, sob o n.º 1677 e inscrito na matriz sob o n.º 5878 da respectiva freguesia, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 46/2014, emitido em 11-06-2014 em nome de Manuel Neves dos Santos.

Por Despacho de 25/08/2014 foi autorizada a seguinte utilização: Habitação

- O Técnico responsável pela direcção técnica da obra foi:

António Manuel Duarte Cardoso, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 40975.

- O autor dos projectos foi:

António Manuel Duarte Cardoso, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 40975.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e posteriores alterações.

O presente título substitui os alvarás de utilização n.º 43/1992, (proc. 153/1990), emitido em nome de Agostinho Freire e o n.º 39/1996 (proc. 65/1993), emitido em nome de Gerald Jean Pierre Marie Baron Bonaert

Benavente, 11-09-2014

A Vereadora responsável pela urbanização e edificação
(no uso de competência delegada, nos termos do despacho nº 319/2013, de 14/10)

Ana Carla Ferreira Gonçalves

Assistente Técnica

Cristina Salvador



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento



Processo: 255/2013

Requerente: Manuel Neves dos Santos

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Belo Jardim – Qt.ª dos Gerânios, Samora Correia

Caracterização da Construção Para Efeito de Emissão de Alvará de Autorização de Utilização

Designação da Obra / Tipologia	Número de Pisos	Área Bruta	Área Habitável	Área Útil	Área de Alpendres	Despensa	Garagem Privativa	Observações
Moradia Unifamiliar T6	2	308.18	136.83	169.44	78.18	8/.46	--	--

Data: 31-07-2014

A Assistente técnica

C. Barnabé
Cidália Barnabé

Rosa Maria Correia Cardoso

De: Carmen Azevedo <Carmen.Azevedo@draplvt.mamoot.pt>
Enviado: 23 de setembro de 2016 09:54
Para: Mail_ObPar; Maria Henriqueta Alemão de Almêida Reis; delias@dgav.pt; fatima.cardoso@apambiente.pt; miguel.mendes@ccdr-lvt.pt
Cc: Sara Amaral Cordeiro Batista <sara.batista@dgav.pt> (sara.batista@dgav.pt); spombo@dgav.pt; Lourdes Almeida
Assunto: Envio da Ata da CD RERAE_21_9_2016 Meia Bota II, Lda Processo 1202/REAP - 007358/01/LVT
Anexos: ata meia bota II.pdf

Bom Dia

De acordo com o nº 9 artº 11º do DL 165/2014 envia-se cópia da Ata da Conferência Decisória.

Com os melhores cumprimentos

Carmen Azevedo

Técnica Superior - Divisão de Licenciamento

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Quinta dos Olivários - E.N.3 + 2000-471 Santarém

Tel. 243 377 500 • Fax 263 279 610 • www.draplvt.mamoot.pt



Proc.º 402/2016

face aos elementos referenciados, informo que no dia em que ocorreu a "conferência decisória" (21.09.2016), a representante de M&LW, telefonou para os serviços e solicitou que a Câmara emitisse o seu parecer no prazo de 15 dias, após a receipt dos presentes e-mail, tendo ela que não se fez representar na referida conferência. Deste conferência, propalou que o Plano Municipal Urbanístico de promoção tecnicamente no prazo estabelecido.

Quando a
humilss. do
parecer da Sr.
Agneta Henriqueta Reis,
duas dec.
23.09.2016

2016.09.23

Ata de Conferência Decisória

No âmbito do artigo 9º do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE)
(Decreto - Lei 265/2014 de 5 novembro)

Data e Hora: 21 de Setembro de 2016 pelas 10h30m
Local: Quinta das Oliveiras, Santarém

Referências Processuais - Processo RERAE nº 00735R/01/AVT de 2015
Papéis em análise na CD - Processo de pedido de regularização da actividade pecuária apresentado por Meia Bota
II, Lda

ENTIDADES CONVOCADAS PARA A CD

REPRESENTANTES PRESENTES

Direção Regional de Agricultura e Pesca do Litoral e Vale do Tejo (DRAPLVT)	Carmen Azevedo
Comissão de Coesistência e Desenvolvimento Regional de Litoral e Vale do Tejo (CCDRLVT)	Miguel Mendes
Agência Portuguesa de Ambiente (APA)	Não convocada
APA Administração do Região Hidrográfica Tejo (APA/ARHTO)	Fátima Cardoso
Diaplo Geral de Alimentação e Veterinária (DGAU)	Dionísio Elias
Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)	Não convocada
Autoridade Regional de Saúde (ARS)	Não convocada
Câmara Municipal de Beja (CMJ) Companhia	convocada não

A Conferência Decisória necessitou à seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Abertura da reunião com breve síntese do processo e enquadramento legal do procedimento;
2. Posição das entidades consultadas sobre o processo;
3. Conclusões e deliberação final.

At
Miguel Mendes

1. Abertura do reunião com breve síntese do processo e enquadramento legal do procedimento;

O pedido de regularização foi apresentado ao abrigo do Dec. Lei n.º 165/2014 de 5 de Novembro tendo sido emitido escrito comprovativo do pedido em 29/3/2015. As edificações foram erigidas há mais de 30 anos e dá emprego a 3 trabalhadores.

2. Posição das entidades consultadas sobre o processo;

ENTIDADES	PARCERES
DRAPLVT	Favorável
CCDRLVT	Favorável
APA	
APA/ARNTD	Favorável
ODRV	Favorável
ACT	
ARS	
C.M. Beja/entejo	Não competencial
OUTRAS	

3. Conclusões e deliberação final

Considerando os interesses enunciados no art.º 10º do Dec. Lei n.º 165/2014 de 5 de Novembro, nomeadamente os custos económicos e sociais de desativação do estabelecimento ou da cessação da atividade, deliberou-se por unanimidade favorável à regularização da exploração.

Nos termos do art.º 15º do referido Dec. Lei é fixada ao requerente um prazo de dois anos a contar do pedido até ao termo do qual o requerente deve iniciar o procedimento aplicável ao abrigo dos regimes legais sectoriais com vista à obtenção do título de exploração ou de exercício da atividade, sob pena de caducidade do título para a exploração provisória do estabelecimento ou para o exercício da atividade previsto no n.º 6 do art.º 11º.

A CCDRLVT é favorável à regularização no âmbito sectorial do Dec. Lei n.º 165/2014, condicionada à salvaguarda em sede de alteração da Carta da REN dos condicionamentos impostos no período anexo e à elaboração alteração /revisão do POM de Beja/entejo que aderece a desconformidade em presença.

262



Directorio Regional de Agricultura e Pesca de Lisboa e Vale do Tejo

A DGAV é de parecer favorável no âmbito das suas competências, no âmbito por consulta das bases de dados SNIRA Bov. e PISA Nat e em vista à exploração, constatou que o NP 2 com a marca SBAC25 tem à data 276 animais, e pastando numa propriedade contígua cujas parcelas não constam no processo pelo que o mesmo deve ser sujeito ao necessário aperfeiçoamento.

A ARHTO dá parecer favorável de acordo com o parecer anexo.

Não havendo nada mais a referir, foi lavrada a presente ata, a qual contém em anexo os pareceres das entidades intervenientes, passados a mesmo e ser assinada pelos presentes, com excepção da CCDRVT que participou por vídeo - conferência cuja ata será enviada por e - mail para recolla da devida assinatura.

Anexo à ata:

- Parecer da CCDRVT;
- Parecer da ARHTO
- Parecer da DGAV;

Os Intervenientes:

Directorio Regional de Agricultura e Pesca de Lisboa e Vale do Tejo João Aguiar

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo João Aguiar

Agência Portuguesa do Ambiente _____

APA/ Administração da Região Hidrográfica do Tejo Isabelina Paucoso

Directorio Geral de Alimentação e Veterinária João Aguiar

Autoridade para as Condições de Trabalho _____

Autoridade Regional de Saúde _____

Câmara Municipal de Beja _____





Processo: 16.450.10.50.00029.2016

Documento: 107149-201605-DSOT

Assunto: REPAR- art.º 5º do DL n.º 165/2016, de 5 de novembro.

Requerente: Meta Bora R, Lda.
Santarém/Beneventos/Barragem

No âmbito e para os efeitos dispostos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 8º do Decreto - lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, vem esta CCDR emitir o seu parecer no âmbito do Ordenamento do Território.

Resposta à informação do pedido de regularização da exploração pecuária em regime de confinamento e confrontada com as disposições do PDM de Beneventos, verifica-se que é compatível conforme ao "Estatuto Agrícola - art.º 29º e 30º, e incompatível nos "Estatuto Florestal" na categoria "Áreas de Floresta de Proteção" - art.ºs 39º e 37º do seu regulamento. No entanto, verificam-se não existirem atividades similares nas áreas envolventes, e esta consideravelmente dos aglomerados urbanos mais próximos.

Segundo a Carta de Condicionantes do PDM o local abrange zonas classificadas em RAN, áreas de Domínio Público Hídrico e Margens Inundáveis, Montado de Sobro e Linhas de Alto Tensão, cujas competências são das seguintes entidades a consultar:

- DRAPLVT/GERALVT (órgão colegial do qual faz parte a entidade licenciadora, a DRAPLVT);
- APA(APH) do Tejo e Oeste;
- ICNF de Lisboa e Vale do Tejo;
- GDP - Distribuição - Direção de Rede e Clientes do Tejo.

Segundo a Carta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do concelho de Beneventos e pretensão insere-se em áreas de REN conforme a carta de delimitação concelha, aprovada pela RCM nº 61/2002 de 7 de Fevereiro, publicada no DR, I Série - B nº 70 de 23 de Março.

No âmbito deste procedimento, para a viabilização no regime jurídico desta restrição de utilidade pública, deverá salvaguardar-se em sede de alteração da Carta de REN os seguintes condicionamentos:

- A devida justificação de manutenção de atividade no local, no contexto das condições económicas, sociais, culturais ou ambientais, locais ou supralocais, sendo assim ecotonal e sua localização no quadro de um correto ordenamento do território;
- Comprovação da inexistência de alternativas de localização para a exploração pecuária;
- Que sejam cumpridas, tendo em vista a minimização e/ou compensação dos impactos nas funções de tipologia de REN em pretensão, as condições estabelecidas nas medidas de mitigação ou eliminação de eventuais impactos ambientais, especificamente as que se relacionam com os recursos hídricos subterrâneos e com o correto tratamento dos efluentes, tendo em conta a atividade desenvolvida, estas com a remoção e transporte dos mesmos, nomeadamente a partir do depósito de choruma.

Assim, informa-se essa Direção Regional que estão reunidas as condições para a tomada de posição destes serviços em sede de deliberação da Conferência Decisória, para emitir o parecer favorável condicionado à salvaguarda em sede de alteração da Carta do AEM dos condicionamentos acima impostos, bem como à elaboração alteraçãorevisão do PDM da Benémite, que adique a desconformidade em presença.

DSOT/DGT - maio/2016

O Diretor de Serviços de Ordenamento do Território

Por delegação de competências do Despacho nº 10613/2014 (DR, 2.ª série, de 12.06.2014)



Carlos Pina

FPYAM





**AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa
e Vale do Tejo
Quinta das Olivais - E.N. 3
Santarém
2000-471 - SANTARÉM

S/ referência	Data	Nº referência	Data
01.1454/2014/DL/DIAP/LVT	2016/08/22	502285-381988-AMTO.DDUMT Proc. AMT-LI 49017/084/18322.09/T	

Assunto: Pedido de regularização das instalações da exploração de bovinos, ao abrigo do DL nº 165/12014 de 5 novembro, pertencente a Meia Bota II, sita em Foz do grão, Barrosa, Benavente - Processo 007358/01/LVT - 1202/REAP, Apreciação da proposta em Conferência Decisória e elementos adicionais.

Em referência ao assunto mencionado em epígrafe, informa-se V.Eza. que após análise dos elementos adicionais enviados à APA/Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste é emitido parecer favorável condicionado ao cumprimento das seguintes condições:

- Devido ao facto da exploração se localizar numa área com vulnerabilidade à poluição Alta, o armazenamento dos cadáveres deverá efetuar-se em local coberto e impermeável;
- O depósito de combustível que se encontra enterrado deverá ser retirado, pois não se encontra a ser utilizado, dado que não apresenta garantias de funcionamento adequado, constituindo por isso um potencial foco de contaminação das águas subterrâneas. Depois de retirado, deverá ser averiguada a existência de possíveis fugas para o solo e águas subterrâneas;
- Instalação de cobertura em todas as infraestruturas de armazenamento dos afluentes, estrumes e chorumes, onde estes se encontram a descoberto, de forma a minimizar a existência de águas de escorrências potencialmente prejudiciais para as águas subterrâneas e linhas de água;

<http://www.ambiente.pt>



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
AMBIENTE

Av. do Rio e Canal - Quinta do Galo, Lisboa e Vale do Tejo - Santarém
Av. António de Barros, n.º 3 - 2.º Esq.
2000-471 SANTARÉM PORTUGAL
Tel: 213 70301 04/14 (Fax) (180)
E-mail: ambiente@ambiente.pt
www.ambiente.pt



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

- Alteração da finalidade das captações de água subterrâneas existentes na exploração, dado que as mesmas constituem a origem da água utilizadas nas instalações sociais. Este pedido poderá ser efetuado através da Plataforma SIIAmb.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora da Administração da Região
Hidrográfica do Tejo e Oeste

Gabriela Moniz

Nº 1



Carmen Azevedo

De: Margarida Maria Sena Ferreira Almeida Gouveia <mgouveia@dgev.pt>
Enviado: terça-feira, 3 de Maio de 2016 17:36
Para: DL - Div. de Licenciamento
Cc: Susana Isabel Domingues Coelho Fonseca Costa; Sara Amaral Cordeiro Batista; Deolinda Maria Paulino Esas; Carmen Azevedo
Assunto: Pedido de Regularização de Instalações de Expl. de Bov. ao Alargo de D.L. N.º 165/2014 de 05/11. Mela Bota II, Lda. Foro do Grilo- Barrosa- Beavente, Márcas de Expl.SROSA/SRA25/SRA26. Proc. N.º 1202/Rsap. Pedido de parecer

Importância: Alta

Bom dia, Srs..

Em resposta ao solicitado no ofício v/ Ref.º OF/667/2016/DL/DRA/PLVT. de 04/04/2016, que nos foi remeido através da comunicação de serviço n.º 320/DSAVRLVT/2016, de 06/04/2016, após análise do processo em apreciação, no âmbito das competências da DGAV em matéria de bem-estar animal e condições higienizadoras das explorações, somos de parecer favorável ao pedido de regularização apresentada

Com os meus cumprimentos,
Margarida Gouveia

Divisão de Alimentação e Veterinária do Rodejo
CNEAA - Quinta das Cegonhas
2000-478 SANTARÉM
Tel: 243 305 610 Fax: 243 303 614
mgouveia@dgev.pt

1-1

.....

.....

.....

.....

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVARÁ DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO N.º 102/88

Proc. N.º 199 ANO DE 1998

Mos termos do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 26 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 250/94, de 16 de Outubro, e emitido o ALVARÁ N.º 102/88, em nome de (1) ALVARÁ DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO N.º 102/88, e número de contabilidade 102/88

dirigidas do qual é licenciada uma CONSTRUÇÃO que incide sobre o prédio sito no (1) 010 - lote 010 - prédio (1) 010 - desavito no Conservatório da freguesia de 010 sob o n.º (1) 010 da respectiva freguesia na matriz (1) 010

A construção aprovada por 010 - despacho, 010 - deliberação camarária de respeito o disposto do (1) 010

e apresenta as seguintes características: (1) 010 - obra autorizada e apresenta as seguintes características: (1) 010 - obra autorizada

Atas de construção: 010 - Comício (1) 010 - Habitação: 010 - Escritórios: 010 - N.º de lugares: 010 - N.º de lugares

Condições de licenciamento (1) 010

Prazo de validade da licença (1) 010

Dado o passado para que sirva de tipo no requerente e para todas as obras previstas no Decreto-Lei n.º 445/91 de 26 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 250/94, de 16 de Outubro.

A receita desta ALVARÁ, foi cobrada pela Guia N.º 102/88 de 102/88 no total de 102/88 \$ 102/88 - Comp.º

Averbamentos:	Fulgência da Câmara Municipal supra no Liv.º <u>102/88</u> em <u>102/88</u> / 9		O CHEFE DE REPETIÇÃO.
	Pagos do Município, <u>102/88</u> \$		
PRORROGADORES	1.º - Ats. <u>102/88</u> / 9	<input type="checkbox"/> - o presidente da câmara, <input type="checkbox"/> - o vereador do primeiro, <input type="checkbox"/> - o director	
	2.º - Ats. <u>102/88</u> / 9		

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVARÁ DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO N.º 102/88

Proc. N.º 199 ANO DE 1998

Mos termos do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 26 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 250/94, de 16 de Outubro, e emitido o ALVARÁ N.º 102/88, em nome de (1) ALVARÁ DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO N.º 102/88, e número de contabilidade 102/88

dirigidas do qual é licenciada uma CONSTRUÇÃO que incide sobre o prédio sito no (1) 010 - lote 010 - prédio (1) 010 - desavito no Conservatório da freguesia de 010 sob o n.º (1) 010 da respectiva freguesia na matriz (1) 010

A construção aprovada por 010 - despacho, 010 - deliberação camarária de respeito o disposto do (1) 010

e apresenta as seguintes características: (1) 010 - obra autorizada e apresenta as seguintes características: (1) 010 - obra autorizada

Atas de construção: 010 - Comício (1) 010 - Habitação: 010 - Escritórios: 010 - N.º de lugares: 010 - N.º de lugares

Condições de licenciamento (1) 010

Prazo de validade da licença (1) 010

Dado o passado para que sirva de tipo no requerente e para todas as obras previstas no Decreto-Lei n.º 445/91 de 26 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 250/94, de 16 de Outubro.

A receita desta ALVARÁ, foi cobrada pela Guia N.º 102/88 de 102/88 no total de 102/88 \$ 102/88 - Comp.º

Averbamentos:	Fulgência da Câmara Municipal supra no Liv.º <u>102/88</u> em <u>102/88</u> / 9		O CHEFE DE REPETIÇÃO.
	Pagos do Município, <u>102/88</u> \$		
PRORROGADORES	1.º - Ats. <u>102/88</u> / 9	<input type="checkbox"/> - o presidente da câmara, <input type="checkbox"/> - o vereador do primeiro, <input type="checkbox"/> - o director	
	2.º - Ats. <u>102/88</u> / 9		

DATA	SEMI-EMISSÃO	NUMERO	ANO
10/10/98		102/88	1998

IDENTIFICADO: 102/88
 COMÉRCIO N.º: 102/88
 MORADA: 102/88 SOLO POSTAL: 102/88

TIPO	CLASSIF. ECONOMICA	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	RECEITAS CORRELACIONADAS
1) TERREIS		terreiros, jardins, parques, áreas de recreio, etc.	102/88
2) IMOBILIAR		alugueres, rendas, etc.	102/88
3) TAXAS ESPECIAIS		taxas de licenciamento, etc.	102/88
4) IMPOSTOS		impostos de selo, etc.	102/88
5) TAXAS DE LICENCIAMENTO		taxas de licenciamento, etc.	102/88
6) TAXAS DE REGISTO		taxas de registo, etc.	102/88
7) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
8) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
9) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
10) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
11) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
12) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
13) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
14) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
15) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
16) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
17) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
18) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
19) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
20) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
21) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
22) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
23) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
24) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
25) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
26) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
27) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
28) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
29) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
30) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
31) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
32) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
33) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
34) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
35) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
36) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
37) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
38) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
39) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
40) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
41) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
42) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
43) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
44) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
45) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
46) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
47) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
48) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
49) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
50) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
51) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
52) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
53) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
54) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
55) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
56) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
57) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
58) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
59) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
60) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
61) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
62) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
63) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
64) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
65) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
66) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
67) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
68) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
69) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
70) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
71) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
72) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
73) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
74) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
75) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
76) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
77) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
78) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
79) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
80) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
81) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
82) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
83) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
84) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
85) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
86) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
87) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
88) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
89) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
90) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
91) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
92) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
93) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
94) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
95) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
96) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
97) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
98) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
99) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88
100) TAXAS DE OUTROS		taxas de outros, etc.	102/88

VALOR DA GUIA DE RECEITA: 102/88 \$

RECEBI EM 102/88 O TESOUREIRO

RECEBI EM 102/88 O TESOUREIRO

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters "AR" and "TE".

Ata de Conferência Decisória

No âmbito do artigo 9.º do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) (Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho)

Data e Hora 15 de janeiro de 2019, 10h30m

Local Rua Dr. Leonel Sotto Mayor, Caldes da Rainha

Referências Processuais – Processo RERAE n.º 001576/02/LVT de 2015

Peças em análise na CD - Pedido de regularização da atividade pecuária apresentado por PROMORPEC – AGROPECUÁRIA, LDA. (NIPC: 503894311)

ENTIDADES INTERVENIENTES NA CD	REPRESENTANTES DAS ENTIDADES
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT)	Eng.ª Ana Pimpão, Dr.º Rui Cordeiro
Câmara Municipal de Benavente	Dr.º João Pedro Leitão, Arq.ª Joana Godinho
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR/LVT)	Arq.º Pedro Teófilo
Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)	Dr.º Carlos Fragozo da Almeida
APA/Administração da Região Hidrográfica Tejo e Oeste (APA/ARHTO)	Eng.ª Maria de Fátima Cardoso

A Conferência Decisória obedeceu à seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Abertura da reunião com breve síntese do processo e enquadramento legal do procedimento;
2. Posição das Entidades consultadas sobre o processo;
3. Conclusões e deliberação final.



Handwritten signatures and initials: "TE", "FE", and "TH".

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

1. Abertura da reunião com breve síntese do processo e enquadramento legal do procedimento:

Processo de regularização apresentado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com recibo comprovativo da apresentação do pedido emitido a 14-02-2017.

Trata-se do pedido de regularização de exploração suíncola, em regime intensivo, sita em Herdade da Calada, Coutada Velha, freguesia e concelho de Benavente, composta por um núcleo de produção de suínos com capacidade para 1.107CN (728 porcos em produção). A atividade pecuária em aprigo enquadra-se na Classe 1 do NREAP, detentora da Licença Ambiental n.º 208/2008, de 02-12-2008 (em processo de renovação) e não sujeita ao regime de AIA (embora enquadrada no Anexo I do regime de AIA para a tipologia >3000 porcos produção, trata-se de uma exploração existente, já autorizada e executada antes da publicação do regime de AIA, não estando prevista qualquer alteração ou ampliação da exploração existente).

Como antecedentes do licenciamento da atividade pecuária, consta o Título n.º 1354/RO, emitido a 17-11-1997, pela Direção-Geral de Veterinária, para uma unidade de multiplicação em regime intensivo para 30 varrascos e 475 porcas reprodutoras. Aquando da publicação do Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de novembro (REAP), encontrava-se em curso o pedido de licença ambiental e o processo de reclassificação da exploração junto da Direção-Geral de Veterinária, para um aumento de capacidade para 728 porcas reprodutoras, 12 varrascos e 5560 porcos de produção. A 02-12-2008 é emitida a Licença Ambiental n.º 208/2008, para 728 porcas reprodutoras, 12 varrascos e 5560 porcos de produção e a 07-05-2009 a DGV transfere o processo para o DRAP, sem conclusão do processo de reclassificação. A 09-11-2010 é submetido à DRAP pedido de reclassificação ao abrigo do REAP para 1085CN suínos em produção (728 porcas reprodutoras), que apreciado pela DGAV é aprovado a 18-02-2011 e a 03-03-2011 é emitida a Licença de Exploração n.º 252/2010 para um núcleo de produção com 1085CN.

Como antecedentes do licenciamento municipal das edificações em causa, consta na CM de Benavente o processo n.º 189/1977 para o qual foi emitido o alvará de licença de construção n.º 375/1977, relativo a "um conjunto de pavilhões, edifícios e outras obras destinadas à exploração pecuária de suínos" com 9.486m² de área de Implantação/construção. Em 2013 é solicitada a emissão de Autorização de Utilização mas o pedido é indeferido por desconformidade do edificado com o projeto de arquitetura aprovado. Consta também o Processo n.º 726/1990, relativo a "Obras de Conservação/Reparação", obras isentas de licença, deferidas em reunião camarária de 28-05-1990.

Com efeito, a exploração dispõe de título de exploração mas não dispõe de título válido de instalação, apresentando desconformidades com instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares.

A exploração encontra-se edificada e a laborar continuamente desde 1978, no prédio misto descrito na Conservatória sob o n.º de registo 3474 (antigo prédio n.º 11579), inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7011 com área de 12.386m² e matriz predial rústica sob o artigo 28, secção CP, com área de 207.000m² [a área total do prédio deverá ser apurada em sede de legalização da operação urbanística, atendendo à discrepância entre a área indicada no pedido e a respetiva área no registo predial, bem como à discrepância face às áreas das inscrições matriciais].

Direção Regional de Agricultura e Pesca da Lisboa e Vale do Tejo

É pretendida a regularização da totalidade das edificações existentes, designadamente: 4 pavilhões destinados a gestação/maternidade/recrutas (Pavilhões 1 a 4 com 1.141,55m² cada), 6 pavilhões destinados a engorda (Pavilhão 5 com 1.522,85m², Pavilhões 6 a 9 com 1.141,55m² cada e Pavilhão 10 com 702,75m²), 1 pavilhão designado de varrascaria (Pavilhão 11 com 290,35m²), 1 pavilhão destinado a enfermaria e arrumos (Pavilhão 12 com 128,70m²), 2 pavilhões destinados a quarantena (Pavilhões 13 e 14 com 124,70m² cada), ETAR (110,35m²), Balneários (80,30m²), Cais de embarque (121,00m²), Portaria (16,50m²), Arrumos (13,55m²), Casa da Bomba (3,20m²) e Câmara de Frio (6,20m²), bem como 3 Lagoas de Decantação com uma área total de implantação de 5.544m² (1944,75m², 1719,90m² e 1879,35m²), e ainda 3 habitações de uso exclusivo da atividade pecuária designadas de Habitação 1 e 2 e Arrumos (222,45m²) e Habitação 3 (146,75m²), a que corresponde, em termos globais, uma área total de implantação e de construção a regularizar de 12.756,83m² e uma área total de impermeabilização de 16.300,85m² (que contempla as lagoas de decantação).

De acordo com o Plano Diretor Municipal de Benavente (PDM) (publicado pela RCM n.º 164/95, de 07.12, com as alterações introduzidas pelas Declarações n.º 207/98, de 18.06, n.º 146/2000, de 10.05 e n.º 281/2001, de 25.09, e pelos Avisos n.º 5688/2010, de 18.03, n.º 9464/2010, de 12.05, n.º 11164/2010, de 04.06, n.º 8156/2011, de 01.04 e n.º 13191/2016, de 26.10):

- A maior parte da área afeta à exploração, incluindo as lagoas de decantação, insere-se em "Espaço Agrícola – Área Agrícola não incluída na RAN", onde nos termos dos artigos 29.º a 34.º do Regulamento do PDM é admitido, a título excecional, o licenciamento de instalações para agropecuária, no entanto, a edificabilidade nesta categoria de espaço está sujeita a um conjunto de parâmetros urbanísticos, incluindo, um índice máximo de construção de 0,05, que é ultrapassado pela presente exploração;
- A restante área, coincidente com uma pequena área edificada, insere-se em "Espaço Florestal – Área de Floresta de Produção", onde nos termos dos artigos 35.º a 39.º do Regulamento do PDM a atividade pecuária não é admitida.

Segundo a Planta de Condicionantes, a área em referência sobrepõe-se a Sul e a Nascente com solos da "REN (Reserva Ecológica Nacional)" e "Domínio Hídrico - Margem Inundável", não se registando edificações/ações sobrepostas, pelo que estes regimes não são aplicáveis.

Assim, confrontando o proposto com o PDM de Benavente, conclui-se da incompatibilidade do uso pretendido com as classes de espaço em questão, não existindo contudo conflitos com o regime jurídico da RAN, REN, nem com servidões do domínio hídrico.

Não obstante, atendendo ao "Interesse Público Municipal" declarado pela Assembleia Municipal de Benavente sob proposta da Câmara Municipal, admite-se que será viável a legalização da totalidade das edificações existentes.

Handwritten signatures and initials:
 FE
 M
 J
 M
 M

2. Posição das entidades consultadas sobre o processo

ENTIDADES	PARECERES
DRAPLVT	Favorável.
CM Benavente	Favorável, conforme parecer anexo.
CCDRLVT	Favorável, conforme parecer anexo e aditamento infra.
DGAV	Favorável, conforme parecer anexo.
APA/ARHTO	Favorável condicionado, conforme parecer anexo.

Os pareceres supra mencionados, emitidos pelas diferentes entidades, constam em anexo à presente Ata e dela fazem parte integrante, acrescentando as seguintes posições adotadas no ato da Conferência Decisória:

CCDRLVT: Devendo ficar garantido que a área da REN se mantém sem qualquer intervenção/função, tendo tomado conhecimento do teor do parecer favorável condicionado da APA/ARHTO, a CCDRLVT emite parecer favorável ao adequado enquadramento do PDM de Benavente, nos termos do parecer anexo ref.º 104995-2017 – DSOT/DGT.

3. Conclusões e deliberação final

Ponderados os interesses enunciados no art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, nomeadamente os custos económicos e sociais da desativação do estabelecimento ou da cessação da atividade, decidiram os presentes, por maioria, emitir Deliberação Favorável à regularização da exploração pecuária em apreço.

A Câmara Municipal de Benavente irá promover a adequação do PDM, a fim de contemplar a regularização da presente exploração.

Concluídos os processos de adequação dos IGT, deve o requerente:

- Encetar, junto da C.M. de Benavente, os procedimentos aplicáveis à legalização da operação urbanística, com vista à obtenção da Licença de Utilização das edificações;
- Iniciar, junto da DRAPLVT, até à data limite de 14-02-2019, o procedimento aplicável à obtenção da Licença de Exploração da atividade pecuária, nos termos previstos no art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, em articulação com os artigos 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua atual redação (NREAP), apresentando evidências do cumprimento das exigências identificadas pela APA-ARHTO no parecer em anexo, sob pena de caducidade do presente título provisório para o exercício da atividade.

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Não havendo nada mais a referir, foi lavrada a presente ata, a qual contém em anexo os pareceres das entidades intervenientes, passando a mesma a ser assinada pelos presentes, com exceção da CCDRLVT que participou por videoconferência e cuja ata será enviada por e-mail para recolha da devida assinatura.

Anexos à ata:

- Parecer da CM Benavente;
- Parecer da CCDRLVT;
- Parecer da DGAV;
- Parecer da APA/ARHTO.

Os Intervenientes:

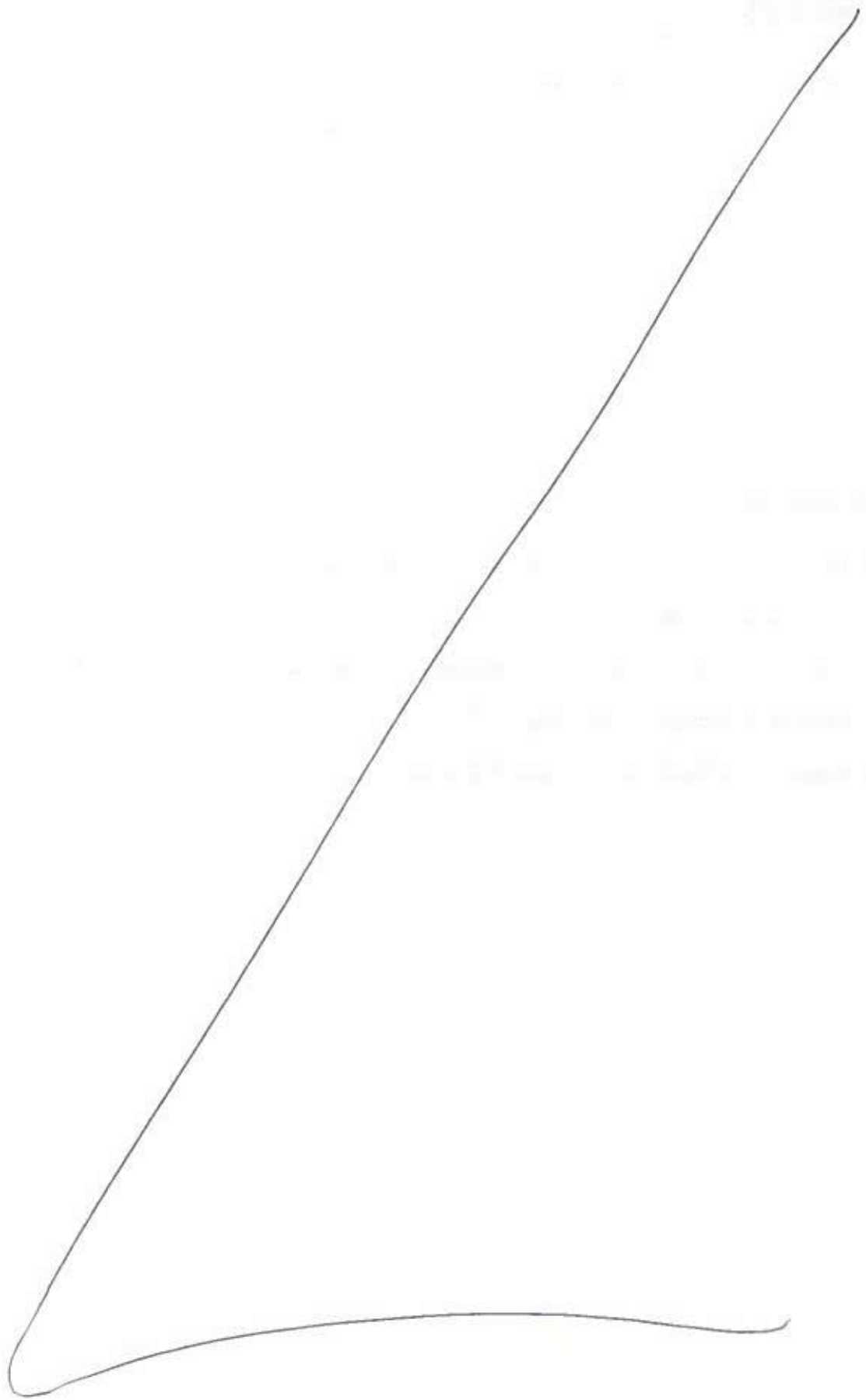
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo *Ana Pimpão*

Câmara Municipal de Benavente *João Sobral* *João Cruz*

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo *Armando*

Direção-Geral de Alimentação e Veterinária *Armando*

APA/Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste *Armando*





MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Câmara Municipal
Campanhas N.º 184 029 044
304-328 Benavente - Tel. 263 543 000 e 263 543 040/9

RF 804056080 Pi ^{MP}

DATA ENT
ENT/6547/2017
19-04-2017 15:16:22

À:
**DRAPLVT - Direcção Regional de Agricultura e Pescas
de Lisboa e Vale do Tejo - Direcção de Serviços de
Controlo**

Registado com A.R.

Quinta das Oliveiras, E.N. 3

2001-471 Santarém

Sua referência	Sua comunicação	Proc. N.º	Ofício N.º	Data
Processo 27 / REAP - 001576/01/LVT		204/2017	1185	17-04-2017

Assunto: **Pedido de Regularização Extraordinária (DL 165/2014) - Pedido de parecer Exploração Suíncola site em Herdade da Calada - Benavente**

Para conhecimento e devidos efeitos, junto envio a V. Exa cópia de parte da ata da reunião de Câmara de 03-04-2017.

Com os melhores cumprimentos

A Vereadora responsável pela urbanização e edificação
(no uso de competência delegada, nos termos do despacho n.º 319/2013, de 14/10)


Ana Célia Ferreira Gonçalves

Anexo doc. cit. no texto
SC

22
FE
Jm
Am
Th

Ponto 18 - PEDIDO DE PARECER / PROMORPEC - AGROPECUÁRIA, LDA,
Processo n.º 204/2017
Requerente: DRAPLVT
Local: Rua da Calada / Estrada dos Alemães / Coutada Velha - Benavente

Informação do Planeamento Urbanístico, de 27.03.2017

Através do registo de entrada n.º 2346, de 2017-02-14, a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT), enquanto entidade coordenadora, solicita a apreciação formal e processual do pedido no âmbito do saneamento e apreciação liminar definidos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 185/2014, de 5 de novembro, prorrogado pelo Decreto-Lei n.º 81/2019, de 14 de junho.

Solicita ainda, *"caso considere que o processo se encontra regularmente instruído, o envio de parecer relativo às normas técnicas aplicáveis no âmbito do regime setorial de competência dessa entidade, para efeitos de ponderação da regularização, nos termos do definido no n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma"*.

Refere ainda o mesmo requerimento que no processo foram identificadas desconformidades da localização com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, serviço administrativo ou restrição de utilidade pública, pelo que solicita a sua confirmação.

Está em causa a regularização da atividade pecuária da classe 1, especificamente, da exploração intensiva de suínos, instalada na Herdade da Calada, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3474/20010406 (antigo prédio n.º 11579), da freguesia de Benavente.

Presentemente o prédio é propriedade da Promor - Abastecedora de Produtos Agropecuários, SA, por compra à Ficos - Compra e Venda de Imóveis - Sociedade Unipessoal, Lda.

Entre a proprietária do prédio e a Promorpec - Agropecuária, Lda., foi celebrado "Contrato de Cessão de Exploração", com efeitos a partir do dia 8 de março de 2013 e válido por 5 anos. Entre as mesmas empresas foi também celebrado contrato de "Doação em Cumprimento" de estabelecimento industrial, a título definitivo.

Analisado o requerido, cumpre-nos informar de que:

1. Antecedentes

Para o prédio em referência, com a área de 167.250 m², constam dos nossos arquivos os seguintes processos:

- Processo n.º 189/1977, em nome de Viriato Alves Ferreira (averbado em 1992, nome de Banco Borges Irmão, SA, por compra à API - Agropecuária Industrial, Lda.), relativo a "Instalação de Agropecuária". Foi emitida alvará de licença de construção n.º 375/1977 correspondente a 9.486 m² de área de implantação/construção de "um conjunto de pavilhões, edifícios e outras obras destinadas à exploração pecuária de suínos".

Em 2013 a Ficos - Compra e Venda de Imóveis - Sociedade Unipessoal, Lda., solicitou a emissão de Autorização de Utilização. Não obstante, esta não foi emitida devido ao facto de, em vistoria ao local, se ter detetado que "O edifício não se conforma com o projeto de arquitetura aprovado. ...";

- Processo n.º 326/1983, em nome de API - Agropecuária, Lda., relativo a "Construção de Salsicharia" - processo não concluído;

- Processo n.º 726/1990, em nome de Selepor - Sociedade Agropecuária, Lda., relativo a "Obras de Conservação/Reparação" - obras isentas de licença, deferidas em reunião camarária de 1990-05-28;

- Processo n.º 1183/2015, em nome de Promorpec - Agropecuária, Lda., relativo a pedido de emissão de certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, o qual esteve presente em reunião camarária de 2015-12-28 e na primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Benavente,

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

FE
J
P

realizada em 2016-02-26, tendo sido emitida "Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal" datada de 2016-03-11.

2. Localização

A atividade pecuária a regularizar está instalada na parcela de terreno ("prédio misto") com a área de 167.250 m², localizada na Herdade da Calada, na freguesia de Benavente – prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob n.º 3474/20010404, da mesma freguesia. De acordo com a descrição predial do prédio, este está inscrito na matriz predial urbana sob o Artigo 7011 (área de 12.389 m², correspondendo, aproximadamente, à área de implantação das edificações) e na matriz predial rústica sob o Artigo 28 (anterior artigo 9), Secção CP (área de 207.000 m²). [Fazemos notar que a área do prédio no registo predial não corresponde às áreas das inscrições matriciais.]

3. Construções / Instalações

Nos elementos apresentados (Memória Descritiva e Peças Desenhadas) são registadas as seguintes áreas globais:

Área da propriedade – 205.855,10 m²;
Área total de implantação – 12.758,85 m²;
Área total de construção – 12.756,85 m²;
Área de impermeabilização – 18.300,85 m²;
Área de Implantação das lagoas – 5.544,00 m²;
Número de pisos – 1.

[Fazemos vez notar que a área do prédio no registo predial não corresponde à área apresentada no pedido de regularização.]

Lembramos que foi emitido o alvará de licença de construção n.º 375/1977, relativo a 9.486,00 m² de área de construção para um conjunto de pavilhões, edifícios e outras obras destinadas à exploração pecuária de suínos (Processo n.º 188/1977); área assinalada no projeto de arquitetura que não foi respeitado quando da realização da obra.

4. Instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares aplicáveis

A informação prestada é feita sobre o prédio inscrito na matriz predial rústica sob o Artigo 28 (anterior artigo 9), Secção CP, assinalado nas plantas de localização apresentadas.

4.1. Localização face ao Plano Diretor Municipal (PDMB) vigente

4.1.1. Ordenamento

. Planta de Ordenamento – F.1.1 – a área em referência insere-se, parte, em Espaço Agrícola, Área Agrícola não incluída na RAN (Reserva Agrícola Nacional). A outra parte insere-se em Espaço Florestal, Área de Floresta de Produção e, uma pequena área a Sudoeste, em Área de Floresta de Proteção.

4.1.2. Condicionantes

. Planta de Condicionantes – F.2.1 – a área em referência sobrepõe-se, a Sul e Nascente, com solos da REN (Reserva Ecológica Nacional) e Domínio Público Hídrico e Margem Inundável.

4.1.3. Condições de uso, ocupação e edificabilidade

Aplica-se o estabelecido nos artigos 32.º e 37.º do Regulamento do PDMB.

Face ao definido no artigo 32.º, sob a epígrafe "Edificação no espaço agrícola", é admitido, a título excepcional, o licenciamento de instalações para agropecuária.

A edificabilidade está condicionada a:

- Índice máximo de construção – 0,05;
- Índice máximo de impermeabilização – 0,10;
- Afastamento mínimo aos limites da parcela – 20 m;
- Abastecimento de água, drenagem de águas residuais e seu tratamento assegurado por sistemas autónomos;
- Efluentes de instalações pecuárias, agropecuárias e agroindustriais tratados por sistemas autónomos e infiltração de efluentes aprovada pela competente entidade;
- Acesso por via pública com perfil adequado.

Fica ao definido no artigo 37.º, sob a epígrafe "Edificação no espaço florestal", não é admitido o licenciamento de instalações pecuárias.

4.1.4. Conclusão

De acordo com o preconizado no PDMB vigente não é viável a legalização da totalidade das construções / instalações pecuárias por se verificar que uma pequena área edificada localiza-se em Espaço Florestal, onde não é admitido o licenciamento de instalações pecuárias, e por ter sido ultrapassado o índice máximo de construção estabelecido para o Espaço Agrícola.

4.2. Localização face à proposta da 1.ª revisão do PDMB, aprovada pela Assembleia Municipal em 2015-06-29 e que aguarda ratificação do Conselho de Ministros

4.2.1. Ordenamento

. Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo – a área em referência insere-se em Solo Rural, na sua maioria, em Espaço Agrícola de Produção e, uma estreita faixa a Sul, em Espaço Agrícola Prioritário em Baixa Atividade.

As construções / instalações existentes localizam-se em Espaço Agrícola de Produção.

. Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal – a área em referência é solo da REN (Reserva Ecológica Nacional), excetuando a área edificada das instalações pecuárias e as lagoas. A parte Sul e Nascente da área em referência é Zona Inundável ou Zona Ameaçada pelas Cheias, não interferindo com as construções / instalações existentes. Existe ainda Área com Risco de Erosão, faixa a Sul e Nascente, também não interferindo com as construções / instalações existentes.

4.2.2. Condicionantes

. Planta de Condicionantes – RAN e AHVS – na área em referência, uma pequena faixa a Sul é solo de RAN (Reserva Agrícola Nacional); não interfere com as construções / instalações.

. Planta de Condicionantes – REN – a área em referência é solo da REN (Reserva Ecológica Nacional), excetuando a área edificada das instalações pecuárias e as lagoas.

. Planta de Condicionantes – Áreas Protegidas e Classificadas – na área em referência verifica-se Área de Ocorrência de Sobralhos, pontualmente a Norte e a Sul.

. Planta de Condicionantes – Outras – a área em referência confina com Linha Elétrica de Baixa / Média Tensão. A Sul e a Nascente verifica-se a existência de Zona Inundável ou Zona Ameaçada pelas Cheias e de Faixa de Proteção da Vale Nova / Valados / Vales AHVS, não interferindo com as construções / instalações.

4.2.3. Condições de uso, ocupação e edificabilidade

Na maioria da área em referência aplica-se o definido nos artigos 21.º a 23.º da proposta de Regulamento.

O Espaço Agrícola de Produção admite instalações e edificações para a atividade pecuária, nomeadamente da classe 1.

A exploração respeita o afastamento definido de 500 m.

A edificabilidade está condicionada a:

- Índice máximo de utilização – 0,05;
- Altura máxima da edificação de 7,5 m, excetuando sótãos, depósitos de água e instalações especiais tecnicamente justificáveis;
- Índice máximo de impermeabilização – 0,10;
- Afastamento mínimo a todos os limites da parcela – 20 m, podendo estas distâncias ser reduzidas em casos excecionais a verificar pelos serviços técnicos.

E ainda o definido no artigo 18.º do mesmo Regulamento:

- Estudo de inserção na envolvente que enquadre e demonstre a salvaguarda de potenciais problemas, onde sejam justificadas e clarificadas as soluções adotadas, nomeadamente quanto a,
 - . Acessos viários (perfil e pavimento adequados);
 - . Soluções para todas as infraestruturas (sistemas autónomos e tratamento de efluentes);
 - . Soluções para a imagem e enquadramento paisagístico (redução o impacto visual).

4.2.4. Conclusão

De acordo com o preconizado na proposta da 1.ª Revisão PDMB é viável o uso proposto, contudo, não é viável a legalização da totalidade das construções / instalações pecuárias por ultrapassar o índice máximo de utilização estabelecido.

Conclusão:

Face ao previsto na 1.ª revisão do PDMB e ao "Interesse Público Municipal" declarado pela Assembleia Municipal de Benavente sob proposta da Câmara Municipal, consideramos que a atividade pecuária em análise poderá ser enquadrada no regime de exceção previsto no Decreto-Lei n.º 165/2014.

Propomos assim a emissão de parecer favorável, condicionado à salvaguarda dos valores ambientais presentes no local, nomeadamente os solos REN classificadas como Zonas Inundáveis ou Ameaçadas pelas Cheias, os solos RAN, a Área com Risco de Erosão e a Área de Ocorrência de Sobretiros. Acresce ainda a necessidade de esclarecimento sobre a área do prédio descrita no registo predial.

A presente informação deverá ser comunicada à DRAP LVT.

À consideração superior,

Maria Henriqueta Reis, técnica superior – arquiteta

Parecer: De acordo com o solicitado, propõe-se o envio da presente informação à ORAPLVT após deliberação municipal. À consideração superior. 27.03.2017 O chefe da D.M.O.P.F.U.D.	Despacho: À reunião da CMB. 27.03.2017 A vereadora, no uso de competências delegadas/subdelegadas
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: A SENHORA VEREADORA ANA CARLA FERREIRA GONÇALVES observou que o parecer técnico que servirá de base à pronúncia da Câmara Municipal faz a inserção do pedido e, tal como fez a propósito da declaração de interesse municipal, enquadra a pretensão quer face ao atual PDM (Plano Diretor Municipal), quer à sua primeira revisão, e, em função da futura vigência do Plano revisado,

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

conclui-se pela compatibilidade da atividade pecuária com a disciplina de uso que será vigente e ressalva-se, também, a questão de não serem, inteiramente, legalizáveis todas as instalações existentes, por estar em causa o índice máximo de utilização estabelecido, para além de que, obviamente, se salvaguardam as questões relativas às restrições de utilidade pública, nomeadamente, a REN (Reserva Ecológica Nacional) e a RAN (Reserva Agrícola Nacional), cujas entidades tutelares terão oportunidade de se pronunciar em sede do procedimento em causa.
Propôs que a Câmara Municipal emita parecer favorável condicionado aos exatos termos em que o parecer técnico é expresso.

O SENHOR PRESIDENTE recordou que a Câmara Municipal negociou a deslocalização de um conjunto de atividades pecuárias na Coutada Velha e, na altura, foi avaliado que não haveria problemas na coexistência da ora em causa com aquela aglomeração populacional, porquanto se situa no limite da Rua da Calada, já para lá da povoação, e os ventos são predominantes de norte.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da senhora vereadora Ana Carla Ferreira Gonçalves.
A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Comissão de Ordenação e Desenvolvimento
Regional do Litoral e Vale do Tejo

Processo: 16.450.10.50.00005.2017
Documento: I04995-201704 – DSOT/DGT
Assunto: RERAJE - DL n.º 165/2014 de 5/11

Regularização de exploração pecuária de suínos sita na Herdade da Calada – Coutada Velha
Promorpec – Agro-Pecuária, Lda.
Santarém / Benavente / Benavente

No âmbito e para os efeitos dispostos no artigo 9º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, vem esta CCDR emitir o seu parecer no âmbito do Ordenamento do Território.

É exibida Declaração da CM de Benavente, datada de 11/3/2016, a certificar que a Assembleia Municipal de Benavente deliberou aprovar por maioria, em sessão ordinária realizada em 26/02/2016, o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da atividade/exploração da PROMOPERC – Agropecuária, Lda”, sob proposta do Executivo municipal.

É referido o Alvará de Licença de construção n.º 375/1977 emitido pela CM em 1/7/1991 mas o mesmo não é exibido assim como qualquer Licença de utilização, assumindo-se para efeitos deste parecer que a exploração carece totalmente de regularização.

É referido o título de exploração n.º 252/2010 mas não é exibido o documento.

Segundo os elementos insurórios, assume-se que o pedido versa a regularização da totalidade das instalações/edificações e sua afetação ao uso da exploração pecuária suínicola.

A exploração pecuária suínicola labora no local há mais de 30 anos numa área de 11,71ha inserida num terreno de maior dimensão que terá de ser aferida atemas as diferentes referências (18,59ha ou 20,58ha).

Segundo as Planas de Implantação apresentadas, a exploração pecuária compreende 14 edifícios (Pavilhões 1 a 14), destinados a gestação/maternidade/crechins (Pavilhões 1, 2, 3 e 4), a engorda (Pavilhões 5, 6, 7, 8, 9 e 10), parque de fecundação (Pavilhão 11), parques e arcas (Pavilhões 12, 13 e 14).

Integra também edificações para balneários, arcas, portaria, casa de bomba, câmara de frio e cais de embarque, bem como ETAR (110,35 m²) e 3 lagoas de decantação (1.944,75 m² + 1.719,80 + 1.879,33 m²) totalizando 5.544,00 m².

Em termos globais, temos a área de ocupação de 12.756,85 m², a área de construção de 12.756,85 m² e a área impermeabilizada de 18.300,85 m²;

Todos os edifícios têm um piso, com cãrces máxima de imz: 6,10m.

Não é indicada a captação de estacionamento no interior da exploração.

2013
Jun
[Handwritten signatures]

A CM de Benavente e a DRAPLVT terão de explicitar na Conferência Decisória (CD) o âmbito e o objeto (características urbanísticas das ações abrangidas) do pedido, esclarecendo/confirmando valores de áreas de implantação, construção e de impermeabilização, e confrontando com os eventuais licenciamentos (que têm de ser anexados à ata da conferência decisória – CD).

Analisados os elementos gráficos e imagens do local, a pretensão está isolada num contexto de características rurais/naturais a cerca de 750m a sul-oeste do aglomerado de Coutada Velha.

Reunida a informação do pedido de regularização em epígrafe e confrontada com os instrumentos de gestão territorial e com as restrições públicas e servidões administrativas (SARUPs), verifica-se:

Segundo o PDM de Benavente (RCM n.º 164/95 de 07/12, com as alterações introduzidas com a Declaração n.º 207/98 de 18/06, Declaração n.º 146/2000 de 10/05, Aviso n.º 568B/2010 de 18/03 e Aviso n.º 9464/2010 de 12/05).

A maior parte da área afeta à exploração pecuária, incluindo as lagoas de decantação, recai em classe de “Espaço Agrícola – Área Agrícola não incluída na RAN” enquadrada nos artigos 29º a 34º do regulamento, onde se admite a localização de instalações de apoio à atividade pecuária.

Desconhecendo-se a área afeta a esta classe de espaço, fica prejudicada a verificação dos requisitos de edificabilidade constantes do artigo 32º.

A maior parte do terreno, coincidindo com poucas das edificações/infraestruturas integrantes da exploração pecuária, recai em classe de “Espaço Florestal – Área de Floresta de Produção” enquadrada nos artigos 35º a 39º do regulamento, onde não se admite a instalação deste tipo de atividade.

Conclui-se que em termos globais a pretensão é desconforme com o regime do PDM de Benavente.

De acordo com a Planta de Condicionantes do PDM de Benavente, a área da exploração não afeta solos classificados na RAN mas afeta “montado de sobreiro” na estrema norte-poente pelo que deve ser consultado o ICNF.

Segundo a Carta Militar do local, na proximidade do limite sul da área de intervenção encontra-se uma linha de água pelo que deverá ser consultada a APA /ARHTO no âmbito da respetiva servidão de domínio hídrico.

O terreno está parcialmente abrangido na Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Benavente, publicada pela R.C.M. n.º 61/2002, de 23/3 e alterada pela R.C.M. n.º 183/2007, de 18/12 e pelo Aviso n.º 6683/2013, de 22/5, onde não se registam edificações/ações pelo que o seu regime não Inc é aplicável.

Tem de ficar claro para as várias entidades e para o requerente, que essa área de REN terá de se manter sem qualquer intervenção/função.

A CM de Beavente tem de identificar/explicitar em CD a totalidade das desconformidades com os IGT e com as SARUPs, bem como explicitar a sua ponderação sobre os eventuais conflitos funcionais com a envolvente e o estabelecimento de medidas de mitigação/prevenção de conflitos.

Compete à entidade licenciadora/coordenadora informar sobre o enquadramento da pretensão no regime de avaliação de Impacte ambiental (RJIA), o qual não é afetado/substituído pelo disposto no RERA.

Caso a pretensão esteja sujeita ao procedimento de EIA então o pedido de regularização ficará pendente do sentido e termos da DIA a ser emitida.

Conclusão

Assumidos como adequados os esclarecimentos e informações a prestar pela CM de Beavente e pela DRAPLVT na conferência decisória, especialmente no que respeita ao objeto do pedido e ao contexto territorial/funcional e à sujeição ao RJIA, ponderadas as características e consolidação da atividade, a que acresce o reconhecimento pela AM de Beavente do interesse público municipal da exploração, entende a CCDRLVT que a regularização das instalações afetas à exploração suíncola tem condições para ser aceite e viabilizada.

Assim, emite-se parecer favorável ao adequado enquadramento no PDM de Beavente, através da sua alteração ou revisão, nos termos dos respectivos regimes legais aplicáveis e ponderados os pareceres específicos das outras entidades.

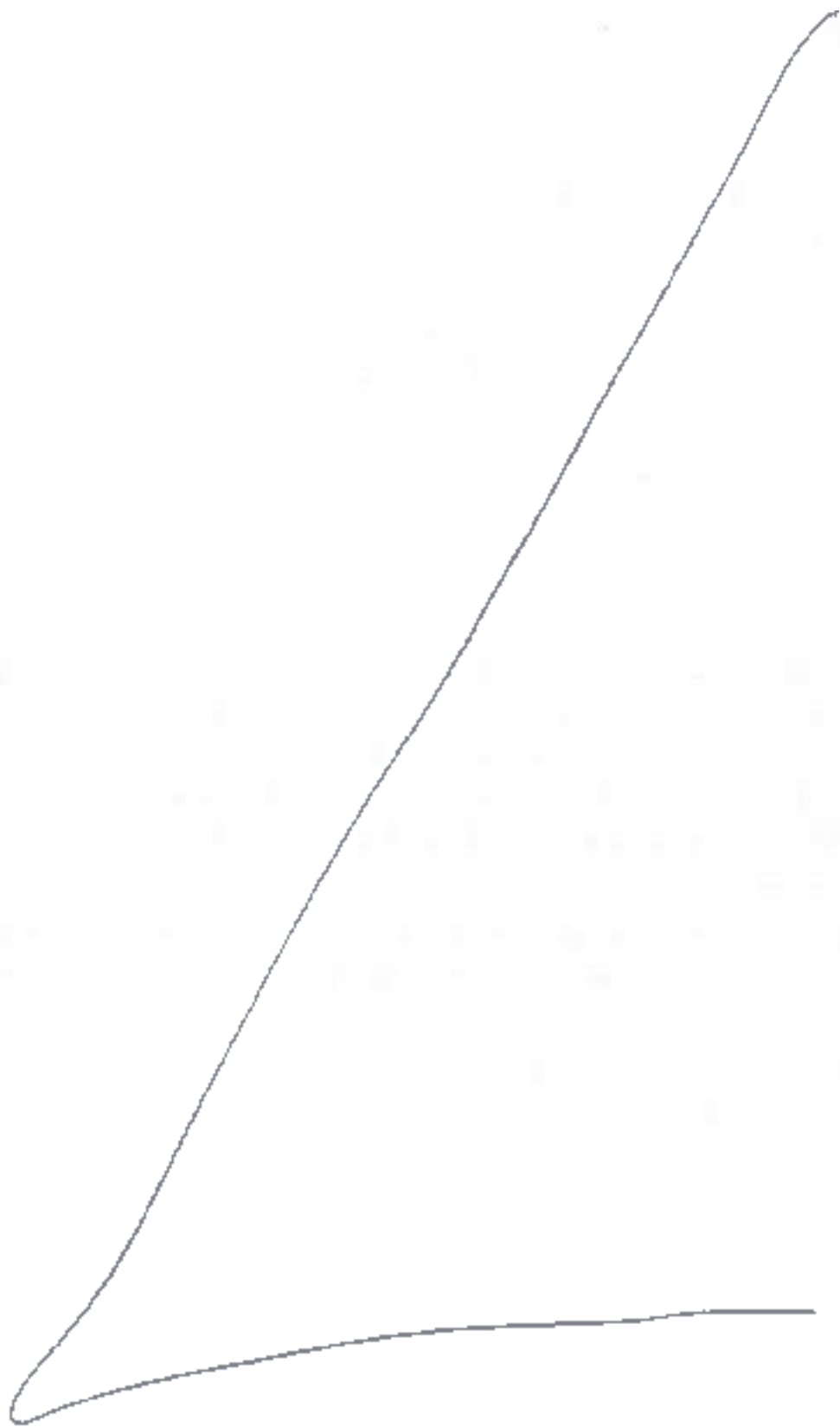
Sublinha-se que a eventual decisão favorável ou favorável condicionada, não constitui título para a execução de ampliações não executadas à data da emissão do recibo pela entidade licenciadora, carecendo as mesmas do prévio e adequado enquadramento regulamentar e legal para o necessário licenciamento cunhado nos termos do RJUE e outros regimes específicos.

DSOT/DGT - novembro 2018

O Diretor de Serviços do Ordenamento do Território

Por delegação de competências do Despacho n.º 10433/2014 (DR, 2.ª série, de 13/08/2014)

Carlos Pina





AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

[Handwritten signatures and initials]

DRAPLVT - Direção Regional de Agricultura e Pescas de
Lisboa e Vale do Tejo
Quinta das Oliveiras Estrada Nacional 3

2000-471 - SANTARÉM

S/ referência	Data	N/ referência	Data
EWMI	2019/01/04	5000775-201901-ARHTO.DOLMT Proc. ARHTO.DOLMT.00025-2019	

Assunto: Pedido de Parecer - Regularização Extraordinária da Exploração Suínicola, ao abrigo do D. L. n.º 165/2014, sita em Herdade da Calada, concelho de Benavente.
Proc. 001576/02/LVT

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, e em resposta ao solicitado por V/Exas, através da mensagem de correio eletrónico de 4 de janeiro, com o registo de entrada E001093-2019-ARHTO.DOLMT, informa-se que é emitido parecer favorável condicionado ao cumprimento das seguintes exigências:

- Proceder ao licenciamentos dos recursos hídricos de todas as construções existentes que eventualmente se encontrem em Domínio Hídrico, inclusive uma passagem hidráulica sobre a linha de água cartografada na carta militar n.º 405.
- Esclarecimento sobre a existência ou não de descargas para o meio hídrico, provenientes do sistema de armazenamento dos efluentes pecuários;
- As águas residuais domésticas deverão ser encaminhadas para a rede pública de abastecimento de água, contudo, caso esta não esteja disponível no local, deverão ser enviadas para fossas estanques;
- Aprovação do PGEP, para o qual é imprescindível o envio da seguinte informação:
 1. Caracterização fotográfica, a cores, de toda a instalação, dando especial destaque aos parques de animais, valas, tanque de retenção, separador de sólidos/líquidos,



REPÚBLICA
PORTUGUESA
AMBIENTE E
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

ARH de Tejo e Oeste - Quinta do Omeiro, 13019 e Alentejo Tejo - Colinas do Romão
Av. Eng. Luís Pêgo e Sousa, 6 1300-139 Caldas do Azuleiro
Tel: 212470440
e-mail: geral.arh@ambiente.pt
<http://www.ambiente.pt>



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

20
RE
Junho
Am
th

nitrreira e lagoas. Deverá ainda ser entregue planta de exploração com a indicação dos locais onde foram tiradas as fotografias;

2. Indicação das características construtivas das estruturas de armazenamento dos efluentes pecuários, no que respeita à impermeabilização e cobertura. No caso da nitrreira, deverá ser indicado se existe recolha das escoências e qual o destino final das mesmas, enquanto para as lagoas deverá ser entregue o projeto técnico que confirme a eventual existência de impermeabilização;
3. Indicação da entidade e do destino final das carcaças dos animais, assim como uma declaração da mesma a comprovar a recolha dos mesmos;
4. Cartografia (P3) com a localização de todas as parcelas do proponente e de terceiros utilizadas na valorização agrícola dos efluentes pecuários.

Com os melhores cumprimentos,

O Administrador Regional da ARH Tejo e Oeste

Rildo Loução

MFC/

Ana Pimpao

De: Carlos Manuel Pestana Fragoso de Almeida <cfalmeida@dgav.pt>
Enviado: segunda-feira, 24 de julho de 2017 17:21
Para: DL - Div. de Licenciamento
Cc: Rui Cordeiro; Susana Isabel Domingues Coelho Fonseca Costa; Sara Amral Cordeiro Batista; Margarida Maria Sena Ferreira Almeida Gouveia; Palmira Isabel Domingues Santos Tavares
Assunto: FW: Pedido de regularização inst. expl. suínos - DL Nº165/2014 de 5/11 - Promorpec Lda.-Herdade da Calada Benavente - PTSRD1C- Proc. nº 27/REAP - 001576/01/LVT - Pedido de Parecer.
Anexos: PlanoProdução_PTSRD1C_20Junho2017.pdf

Em resposta ao email infra, informo que o parecer destes serviços é favorável.

Com os melhores cumprimentos,
Fragoso da Almeida
Médico-Veterinário



Divisão de Alimentação e Veterinária do Ribatejo
(Direção de Serviços Alimentação e Veterinária de Região de Lisboa e Vale do Tejo)

CNE - QP das Cegasmas
2000-478 - Sanzarém - PORTUGAL
Tel.: (+351) 243305610/15 fax: (+351) 243305614

www.dgav.pt

De: Rui Cordeiro [Rui.Cordeiro@drapivt.gov.pt]
Enviado: segunda-feira, 26 de Junho de 2017 8:49
Para: Carlos Manuel Pestana Fragoso de Almeida
Assunto: FW: Pedido de regularização inst. expl. suínos - DL Nº165/2014 de 5/11 - Promorpec Lda.-Herdade da Calada Benavente - PTSRD1C- Proc. nº 27/REAP - 001576/01/LVT - Pedido de Parecer.

Dr. Fragoso. Bom Dia.

Na sequência do "e-mail" infra sou a informar que, do exemplar disponibilizado para apreciação, faziam parte as peças desenhadas que nos foram entregues.
Desconheço que tenham ocorrido alterações, sendo que o operador refere que não.

Com os melhores cumprimentos.

Rui Cordeiro
Técnico Superior - DSC - Divisão de Licenciamento
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
Rua Dr. Leoni Soto Mayor • 2500-227 Caldas do Rainho
Tel: 262 889 200 • Fax: 262 279 610 • www.drapvl.mamact.pt



De: SOFIA FAUSTINO (mailto:promorgrupo@gmail.com)

Enviada: sexta-feira, 23 de Junho de 2017 17:15

Para: Rui Cordeiro <Rui.Cordeiro@draplvt.gov.pt>; Lourdes Almeida <Lurdes.Almeida@draplvt.gov.pt>; cfalmeida@dgav.pt

Cc: carlos.promor@gmail.com; joaomendes.promor@sapo.pt

Assunto: RE: Pedido de regularização Inst. expl. suínos - DL Nº165/2014 de 5/11 - Promorpec Lda.-Herdade da Calada Benavente - PTSR01C- Proc. nº 27/REAP - 001576/01/LVT - Pedido de Parecer.

Exmos Senhores,

A Promorpec, Agro-Pecuária, Lda, contribuinte n.º 503 894 311, vem por este meio, enviar a V/Exas, o Plano de Produção atualizado, de forma a dar resposta ao email enviado por V/Exas a 10 de Abril de 2017, na sequência do pedido de elementos solicitado pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).

As peças desenhadas do processo foram devidamente entregues à entidade coordenadora (DRAP) em formato digital e em número de exemplares suficiente de acordo com a legislação.

Mais referimos, que a exploração pecuária encontra-se licenciada no âmbito do PCIP (Prevenção e Controlo Integrado da Poluição) e REAP (Regime Exercício da Atividade Pecuária), estando agora em questão, a legalização das edificações no âmbito do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação).

Ficamos a aguardar, atentamente pela evolução de todo o processo, esperando sinceramente pela decisão da conferência decisória, para ser possível iniciar o processo de licenciamento da totalidade das edificações.

Desde já agradecemos toda a atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos

Sofia Faustino
TÉCNICA DE AMBIENTE



Rua Central, n.º 13
Apartado 214 - Bos Vireis
2420-415 Leiria
Tel: 244 720 600
Telm: 919 712 528
Fax: 244 723 673
Mail: promorgrupo@gmail.com

A Receta e ambiente! Não imprima este mail se não for estritamente necessário.

De: Rui Cordeiro (mailto:Rui.Cordeiro@draplvt.mamact.pt)

Enviada: 10 de abril de 2017 10:27

Para: Grupo Promor

Cc: Lourdes Almeida

Assunto: PW: Pedido de regularização Inst. expl. suínos - DL Nº165/2014 de 5/11 - Promorpec Lda.-Herdade da Calada Benavente - PTSR01C- Proc. nº 27/REAP - 001576/01/LVT - Pedido de Parecer.

Ex.mos Srs

O vosso pedido supra identificado foi submetido a apreciação da DGAV, que solicita o aperfeiçoamento infra. Deverão dar resposta ao solicitado para submeter a reapreciação.

Com os melhores cumprimentos.

Rui Cordeiro
Técnico Superior - DSC - Divisão de Licenciamento



Handwritten notes and signatures:
235
te
Jui
fau
JTh

De: Carlos Manuel Pestana Fragoso de Almeida [<mailto:cfa Almeida@drapv.pt>]

Enviada: sábado, 8 de Abril de 2017 15:01

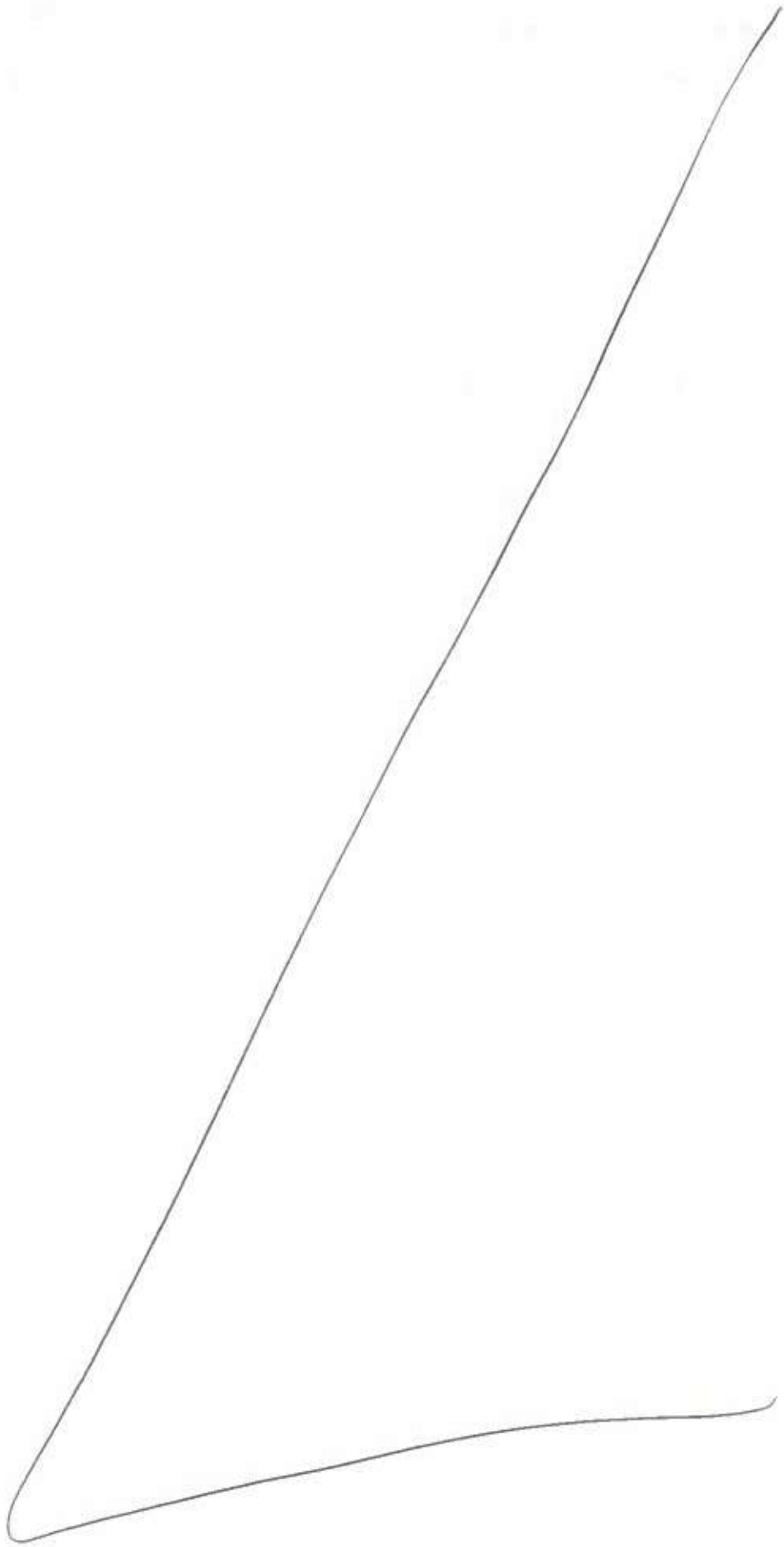
Para: DL - Div. de Licenciamento

Cc: Susana Isabel Domingues Coelho Fonseca Costa; Margarida Maria Sena Ferreira Almeida Gouveia; Sara Amarel Cordero Batista; Palmira Isabel Domingues Santos Tavares

Assunto: Pedido de regularização inst. expl. suínos - DL Nº165/2014 de 5/11 - Promorpec Lda.-Herdade da Calada Benavente - PTSR01C- Proc. nº 27/REAP - 001576/01/LVT - Pedido da Parecer.

Em resposta ao OF/235/2017/DL/DRAPLVT de 13/02/2017 enviado à DSAVRLVT, que foi remetido à Divisão de Alimentação e Veterinária do Ribatejo, pela Comunicação de Serviço nº 246/DSAVRLVT/2017 de 22/02/2017, entendemos que o processo necessita de aperfeiçoamento, uma vez que das peças remetidas não constam a esta data os elementos necessários e suficientes para que possamos realizar adequado exercício de conformidade com a legislação aplicável, mormente o decreto lei 135/2003.

Com os melhores cumprimentos
Fragoso de Almeida



① Min
+ [Handwritten signature]

Ata de Conferência Decisória

No âmbito do artigo 9º do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE)
(Decreto - Lei 155/2014 de 8 novembro)

Data e Hora: 10 Abril 2018, às 16.30 h.
Local: Santarém

Referência Processual: Processo RERAE nº 179/04/601 de Sociedade Agr. Pecuária
Francis, Lda.

Peças em análise na CD - Processo do pedido de regularização da atividade pecuária apresentado por _____

ENTIDADES CONVOCADAS PARA A CD

REPRESENTANTES PRESENTES

Direção Regional de Agricultura e Pesca de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT)

Pinho de Buitão

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT)

António Pedro Pereira

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

APA Administração da Região Hidrográfica Tejo (APA ARHTO)

Gen. António Pacheco

Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

António Gonçalves

Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)

Autoridade Regional de Saúde (ARS)

Câmara Municipal de (CM) Amarechal

Georginho Da. António Nunes

Outras

António Pedro Pereira

A. Pinto, não compareceu

A Conferência Decisória obedeceu à seguinte Ordem de Trabalho:

1. Abertura da reunião com breve síntese do processo e enquadramento legal do procedimento;
2. Posição das Entidades consultadas sobre o processo;
3. Conclusões e deliberação final.

Juan
②
JTH

1. Abertura de reunião com breve síntese do processo e enquadramento legal do procedimento)

Dependendo os elementos do pedido a figurar - se estão em
concordância e regularização de parte das instalações/edificações
existentes e ampliações (reforma) a título de exploração pecuária.

As edificações 1A01, 1A02, 1B03, 1A04 não estão incluídas
no âmbito deste processo, em virtude da sua classificação como
Contribuição de obras autónomas a exigência do 19.º Artº.

Das edificações existentes a péssima uma está licenciada com
(93,60 m²/A00)

Edificações existentes a licença ACO1 (ano); 2A01; 2C01;
2D01; 2E01; 2F01; 2G01; 2H01; 2I01; 2M01; 2N01;
2O1, com total 5 133 m²

Ampliações (Níveis superiores) 2A02; 2B02; 2E02; 2F02; 2G02;
2H02; 2I02; 2M02; 2N02; 2O2, com total 1385 m².

Assim se a sua regularização pelas 2.ª e 3.ª entidades, a fim
de dar cumprimento à legislação em vigor.

Existem na mesma propriedade 3 áreas de uso como áreas
de 111 m² e/ou construídas autónomas A001 (1A01); de 143 m² com licença
de utilização nº 62/99 (2B02) e 54 m² a regularizar fora
do âmbito deste processo (2F01).

A área total de impermeabilização não foi determinada
em virtude de não existirem elementos no processo para tal.

A área total de exploração é de 10,02 hectares, incluindo
uma propriedade com uma área 266,250 ha, estando licenciada
dentro CAP de Benavente sob nº 2251/1998/0009.

CPM de Benavente usará a maior parte da área afetada à
exploração com "Espace Florestal - d'area de Floresta de Recreação" e
área de lazer não incluída no PAM.

O Artº 3º) impõe a uso da categoria de Espaço Florestal onde não
é admissível qualquer atividade pecuária que se pretenda regularizar.

4

Jim
→
+ Ptm

2. Posição das entidades consultadas sobre o processo:

ENTIDADES	PARECERES
CCDR LV1	parecer favorável
APA	
APA/ARHTD	parecer favorável condicionado
DGAV	parecer favorável
ACT	
ARS	
CM. Beja	parecer favorável
OUTRAS	parecer favorável

3. Conclusões e deliberação final

Após as posições das entidades foi emitido deliberação favorável por maioria, devendo ser executada a fundação no parque de ARHTD.

No termo e para o efeito do art. 14.º da Lei, DL 165/2004 da T/II, a deliberação favorável constitui título legítimo para a exploração provisória / concessão de afluência até ao prazo de 12 meses com possibilidade de título permanente.

De acordo com o art. 15.º do referido regime é fixado um prazo de duração (o número de 12. 12. 2024) até ao termo de qual é executada a fundação e a concessão definitiva afluência no âmbito do regime regime referido até ao prazo de caducidade de 12 meses.

Esta deliberação foi lida e aprovada por lida os membros presentes com o voto de CCADR LV1 que participou por maioria favorável.

- 4. Não havendo nada mais a referir, foi lavrado a presente ata, a qual contém em anexo os pareceres das entidades intervenientes, passando a mesma a ser assinada pelos presentes.

Os Interventores:

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo. 

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. 

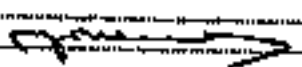
Agência Portuguesa do Ambiente

APA/ Administração da Região Hidrográfica do Tejo

Gerai de Alimentação e Veterinário

Associação para as Condições de Trabalho

Autoridade Regional de Saúde

Câmara Municipal de Barcelos 
Alameda da República

Outros

Assinaturas:

Francisco E. M. Benavente

u CCDA LV

u AAHTD

u D GAV

licença utilização de edificação

DF/ICNF para parecer



Jorge Capitão
Diretor Regional Adjunto

15C 1DL
06.04.2018

DRAP LVT
ENT/5709/2018
06-04-2018 15:29:15

MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Câmara Municipal

Contribuinte n.º 506 676 066

2130-038 Benavente - Tel. 263 519 600 (Blinhas) - Fax 263 519 648/9

Para:

DRAPLVT Direção Regional de Agricultura de Lisboa
Vale do Tejo

Quinta das Oliveiras, EN 3

2000- 471 Santarém



RF 2903 1967 0 PT

Registado com A.R.

Sua referência	Sua comunicação	Proc. Nº	Ofício Nº	Data
06/547/2018/DL/DRPLTV V/ Proc. 179/04/LVT-1305/REAP		1549/2017	768	04/04/2018

Assunto: Pedido de regularização das instalações da exploração bovina em Paul de Trejoito, em nome de Sociedade Agro-Pecuária França, Lda. Conferência decisória - 10.04.2018 – 10.30h

Pelo presente informo V. Exas. que, por motivos imprevistos, a arquiteta Maria Henriqueta Alemão de Almeida Reis não poderá participar na conferência decisória supra identificada, pelo que a representação da Câmara Municipal será assegurada pelo Dr. António Joaquim Oliveira Neves, de acordo com a deliberação do órgão executivo de 31.10.2016, que se remete em anexo.

Com os melhores cumprimentos

O Vereador responsável pela Urbanização e Edificação
(no uso de competência delegada, nos termos do despacho nº 496/2017, de 25/10)

Hélio Manuel Faria Justino

ANEXO: Cópia de parte da ata da reunião da CM de 31.10.2016 (1fl)

RC



Ponto 17 – REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS (RERAE) PREVISTO NO DECRETO LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO / CONFERÊNCIA DECISÓRIA / NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Proposta

Considerando que:

- o Regime Extraordinário de Regularização de Estabelecimentos (RERAE) estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro visa, num contexto de simplificação de procedimentos e eficiência de recursos, a realização de uma conferência decisória por via do exercício conjugado das competências das diversas entidades da Administração Pública, nomeadamente as câmaras municipais, sempre que a localização do estabelecimento ou da sua exploração ou a alteração e ampliação pretendidas sejam desconformes com instrumento de gestão territorial vinculativo dos particulares ou com servidão administrativa ou restrição de utilidade pública;
- até cinco dias antes da data marcada para a realização da conferência decisória, a Câmara Municipal deve designar o seu representante conferindo-lhes poderes adequados para efeitos da respetiva vinculação;
- a tramitação dos processos desta natureza decorre na Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento.

Propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista nos n.ºs 3 e 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, delibere designar como seus representantes nas conferências decisórias, conferindo-lhes poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal no âmbito da sua participação, a *técnica superior de arquitetura Maria Henriqueta Alemão de Almeida Reis, com o e-mail maria.reis@cm-benavente.pt* e, nas suas faltas e impedimentos, o *técnico superior de geografia António Joaquim Oliveira Neves, com o e-mail antonio.neves@cm-benavente.pt*.

Benavente, 24.10.2016

O presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE transmitiu que o prazo para a regularização de estabelecimentos foi prorrogado até ao final do primeiro semestre de 2017, o que, de alguma forma, deixa mais alguma margem, ainda que esteja feito o respetivo levantamento e grande parte das situações estejam previstas na proposta de revisão do PDM (Plano Diretor Municipal).

A SENHORA VEREADORA ANA CARLA FERREIRA GONÇALVES explicitou que o assunto em apreço se prende com uma proposta que, formalmente, tem que ser apresentada pelo presidente de Câmara, porque é ele a entidade competente para nomear dois técnicos que representarão o órgão autárquico, com poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal no âmbito da sua participação nas conferências decisórias a ter lugar nas entidades coordenadoras (CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional ou direções regionais de Agricultura e Pesca), no âmbito dos seis casos em que já foi decidido, em reunião do órgão executivo e sessão da Assembleia Municipal, declarar o interesse público municipal de algumas atividades, por forma a que elas pudessem gozar deste regime extraordinário, nomeadamente, os casos das agropecuárias e um caso numa entidade de gestão de resíduos sólidos.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade designar a técnica superior de arquitetura **Maria Henriqueta Alemão de Almeida Reis**, e, nas suas faltas e impedimentos, o técnico superior de geografia **António Joaquim Oliveira Neves** como representantes do órgão executivo nas conferências decisórias, conferindo-lhes poderes adequados para efeitos de vinculação da Câmara Municipal, no âmbito da sua participação.

A presente deliberação foi aprovada em minuta nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Documento I05043-201804-DSOT_DGT

DESPACHO DESIGNATIVO

Carlos Alberto Pina Nunes, Diretor de Serviços do Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com sede na Rua Alexandre Herculano, n.º 37, 1250-009 Lisboa, designa, nos termos do Despacho n.º 11918/2015 do Presidente da CCDR LVT datado de 13 de outubro de 2015, publicado em 23 de outubro de 2015, o arquiteto Pedro Teixeira, técnico superior da Divisão de Gestão do Território, em quem delega os poderes adequados para efeitos de vinculação desta CCDR na conferência decisória convocada pela DRAPLVT, a realizar em 10-04-2018 às 10h30, sobre o pedido de regularização da exploração bovina, em nome de "Sociedade Agropecuária de França, Lda" (1305/REAF), implantada em Paul do Trejito no município de Benavente.

DSOT/DGT – abril/2018

P/lo Diretor de Serviços do Ordenamento do Território

Por delegação de competências do Despacho n.º 10721/2014 (DR 2ª série de 20/08/2014)

Paula Pinto
Chefe de Divisão - DGT

Carlos Cunha

De: Fátima Cardoso <fatima.cardoso@apambiente.pt>
Enviado: segunda-feira, 9 de Abril de 2018 12:34
Para: Carlos Cunha
Cc: Nuno Guerreiro; Carlos Castro
Assunto: FW: Reunião da Conferência Decisória, Regularização exploração bovinos em nome de Sociedade Agro Pecuária França, Lda. proc.n.º179/04/lvt - 1305/REAP
Anexos: Nom.pdf; Parecer.pdf

Bom dia Dr. Carlos Cunha,
Junto se anexa cópia do ofício com a nomeação do representante da APA/ARHTO para a referida CD, cujo original seguiu via CTT em 2/04/2018.
Mais informo que não me é possível estar presente na CD, mas mantém-se o parecer emitido através do ofício S020243-201803-ARHTO.DOLMT, cuja cópia se anexa.
Com os melhores cumprimentos
MFC

M^{te} Fátima Cardoso
Técnica Superior
Divisão do Oeste, Lezíria e Médio Tejo
ARH do Tejo e Oeste (Tagus River Basin District Administration)



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

RELATÓRIO DO ESTADO DO AMBIENTE

saber mais para agir melhor
disponível em: rea.apambiente.pt



Av. António dos Santos, n.º 3 – 1º Esq.
2000-074 Santarém | PORTUGAL
Telef. 218430487 [Fax: (351)]
fatima.cardoso@apambiente.pt
www.apambiente.pt

Proteja o ambiente. Pense se é mesmo necessário imprimir este email

De: Nuno Guerreiro
Enviado: 9 de abril de 2018 12:09
Para: Fátima Cardoso <fatima.cardoso@apambiente.pt>
Assunto: FW: Reunião da Conferência Decisória, Regularização exploração bovinos em nome de Sociedade Agro Pecuária França, Lda. proc.n.º179/04/lvt - 1305/REAP

Olá Fátima,

Reencaminho-te email da DRAP-LVT.

1

1



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

DDCIDL
X
05.04.2018

Jorge Capitão
Diretor Regional Adjunto

DRAP LVT
ENT/5609/2018
05-04-2018 11:35:00

DRAPLVT - Direção Regional de Agricultura e Pescas de
Lisboa e Vale do Tejo

Quinta das Oliveiras Estrada Nacional 3
2000 - 471 - SANTARÉM

S/ referência	Data	N/ referência	Data
Of/549/2018/DL/DRAPLVT	2018/03/15	5020116-201803-ARHTO.DOLMT Proc. ARH-LX 558/10453	

Assunto: Pedido de regularização das instalações da exploração bovina, sita em, Paul do Trejoito, Benavente em nome de Sociedade Agropecuária França, Lda. Processo nº 000179/04/LVT-1305/REAP - Nomeação do representante da APA na Conferência Decisória.

Relativamente ao assunto em epigrafe informa-se V. Exa. que a representante da Agência Portuguesa do Ambiente / ARHTO, na Conferência Decisória a realizar no dia 10 de abril de 2018, pelas 10,30h nas instalações dessa DRAPLVT, sitas na Quinta das Oliveiras, EN3 em Santarém é a Técnica Superior, Maria de Fátima Marques Cardoso (fatima.cardoso@apambiente.pt).

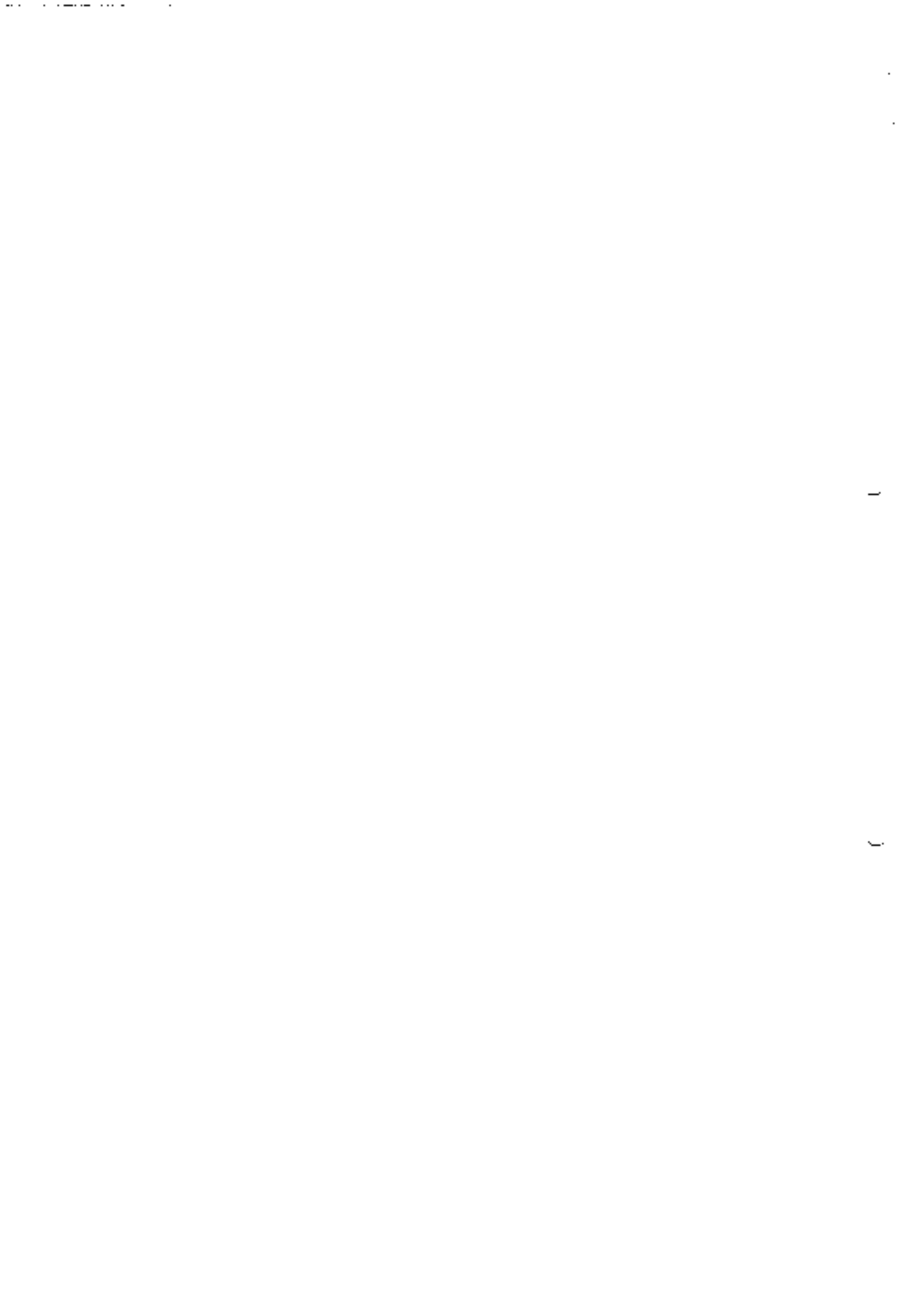
Com os melhores cumprimentos.

A Diretora da Administração da Região Hidrográfica
do Tejo e Oeste

Gabriela Moniz



Carlos Castro
Chefe de Divisão



Carlos Cunha

De: ReapDSAVRLVT <reap.dsavrlvt@dgav.pt>
Enviado: quarta-feira, 28 de Março de 2018 11:08
Para: DL - Div. de Licenciamento
Cc: Susana Isabel Ferreira Guedes Pombo; Margarida Maria Sena Ferreira Almeida Gouveia; Carlos Cunha; Ana Almeida; Claudia Sofia Martins Costa e Silva
Assunto: Conferências Decisórias - Soc. Agropecuária França Lda | SMUR-Soc de Multiplicação e Recria Animal, S.A. | Doça Marinha, Lda.
Anexos: of5822018dldraplvt_180323150508_0001.pdf; of5502018dldraplvt_180323150407_0001.pdf; Pedido de Regularização de Instalações de Exploração de Bovinos ao Abrigo do D.L. n.º 165/2014 de 05/11 Soc. Agropecuária França Lda, Paul do Trejoito - Benavente. (SR548). Proc. n.º 1305/REAP. Pedido de Parecer; Pedido de regularização de instalações de exploração de suínos ao abrigo do DL 165/2014 de 5/11- SMUR S.A - PT504A -P N.º238/REAP-008513/01/LVT-Parecer; OF_436_2018_DL_ÓRAPLVT.PDF; Doça Marinha, Lda - Pedido de Regularização extraordinário

Exmos. Senhores,

Vimos por este meio informar que não nos é possível comparecer nas 3 Conferências Decisórias supra referidas. Remetemos em anexo os devidos pareceres (anteriormente enviados), a fim de serem considerados e anexados às respectivas atas.

Mensagem de correio eletrónico n.º 1418/DSAVRLVT/2018

Com os melhores cumprimentos

David Cipriano
Técnico Superior
Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de Lisboa e Vale do Tejo



DIREÇÃO GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA
Rua Joaquina Pedro Abastado, 6
2890-164 Vila Franca de Xira - PORTUGAL
Telefone 263 140 800

www.dgav.pt

**Um minuto por dia,
vamos fechar a torneira à seca.**

1

1



Parecer:	Despacho:
<p>Lote agrícola de propriedade Pescas de Lisboa e Vale do Tejo + definição.</p> <p>A Conservatória do Registo Predial em 9/4/2018</p>	<p>Paulo do Trejoito. Paulo do Trejoito conservatória do Registo Predial</p> <p>10 de 18</p>
O Chefe da D. M. O. P. P. U. D.	O Presidente/O Vereador, no uso de competências delegadas/subdelegadas

Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento

Processo Nº: 1649/2017

**Informação do Planeamento
Urbanístico, de 09-04-2018**

Assunto: Análise/Parecer no
âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014

Requerente:

Direção Regional de Agricultura e
Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
(DRAP LVT), a pedido de Sociedade
Agropecuária França, Lda

Local:

Paul do Trejoito, freguesia de
Benavente

Através do registo de entrada n.º 17245 de 2017-11-23, a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT), enquanto entidade coordenadora, solicita a apreciação formal e processual do pedido no âmbito do saneamento e apreciação liminar definidos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho

Solicita ainda, "Caso considere que o processo se encontra regularmente instruído", "o envio de parecer relativo às normas técnicas aplicáveis no âmbito do regime setorial da competência dessa entidade, para efeitos de ponderação da regularização, nos termos do definido no n.º 2 do Art.º 10.º do mesmo diploma.

Está em causa a regularização da atividade pecuária da classe 1, especificamente, da exploração intensiva de bovinos, instalada no Paul do Trejoito, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2165/19950509 da freguesia de Benavente, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 11, secção CJ - CJ1 (anterior artigo 5) da mesma freguesia, com a área de 164,3350 ha (área constante do registo predial e da matriz cadastral rústica)

Analisado o requerido, cumpre-nos informar de que:

7



1. Antecedentes

Para o prédio em referência constam dos nossos arquivos os seguintes processos em nome da requerente:

- Processo n.º 375/1995, relativo à construção de unidade leiteira (processo não concluído, teve seguimento no processo n.º 237/2000);
- Processo n.º 376/1995, relativo à construção de moradia com Alvará de licença de construção n.º 222/1997 de 03/10/1997 e Alvará de licença de utilização n.º 67/1999 de 05/07/1999, correspondente a 143,00 m² de área de implantação;
- Processo n.º 237/2000, relativo à legalização de alterações / ampliação de unidade leiteira, com Alvará de licença de construção n.º 286/2001 de 21/11/2001 e Alvará de licença de utilização n.º 19/2002 de 30/01/2002, correspondente a 588,80 m² de área de implantação;
- Processo n.º 813/2016, relativo a certidão de construção anterior ao RGEU, destinada a barracão agrícola, atualmente, armazém, amecadação e telheiros. Certidão emitida em 05/08/2016. (Área total de implantação 577,40 m² de acordo com o levantamento apresentado no pedido de reconhecimento de interesse público municipal e no presente processo);
- Processo n.º 814/2016, relativo a certidão de construção anterior ao RGEU, destinada a habitação. Certidão emitida em 09/03/2016. (Área total de implantação 311,10 m² de acordo com o levantamento apresentado no pedido de reconhecimento de interesse público municipal e no presente processo);
- Processo n.º 494/2017, relativo a pedido de reconhecimento de interesse público municipal. Declaração emitida em 04/07/2017, tendo presente a deliberação da Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 30/06/2016.

2. Localização

A atividade pecuária a regularizar está instalada na parcela de terreno (prédio rústico) com a área de 164,3350 ha, localizada no Paul do Trejoito, na freguesia de Benavente. De acordo com a descrição na Conservatória do Registo Predial, confronta a Norte, entre outro, com Estrada Municipal.

3. Construções / Instalações

Da consulta dos processos acima identificados e da pretensão da requerente, apresentada quando do pedido de reconhecimento de interesse público municipal, podemos dizer que



4.2.1. Ordenamento

. Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo

Na parte Norte a área ocupada pelas instalações / construções insere-se em Solo Rural, parte, em Espaço Agrícola de Produção e, parte, em Espaço Agrícola Prioritário em Baixa Aluvionar.

Na parte Sul a área ocupada pelas instalações / construções insere-se Solo Rural, em Espaço Agrícola de Produção.

Registe-se que a área em referência insere-se também na Área de Vocação Turística (AVT) de Benavente. A delimitação desta AVT deverá ser pontualmente corrigida por esta Câmara Municipal uma vez que a atividade pecuária já se encontrava licenciada, pelo menos em parte, desde 2001 e constitui um uso incompatível nos termos do artigo 41.º da proposta de Regulamento.

. Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal (EEM)

Na parte Norte a área ocupada pelas instalações / construções colide com a Rede Secundária, Corredor Ecológico Secundário, Ribeira do Trejoito, com solos da REN e, parte com zona inundável ou zona ameaçada pelas cheias.

Na parte Sul a área ocupada pelas instalações / construções colide com a Rede Secundária, Corredor Ecológico Secundário, Ribeira do Trejoito e, pontualmente, futura área de painéis solares, com zona inundável ou zona ameaçada pelas cheias.

4.2.2. Condicionantes

. Planta de Condicionantes - REN

Na parte Norte a área ocupada pelas instalações / construções colide com solos da REN, em parte com zona inundável ou zona ameaçada pelas cheias.

Na parte Sul a área ocupada pelas instalações / construções colide pontualmente, futura área de painéis solares, com zona inundável ou zona ameaçada pelas cheias.

4.2.3. Condições de uso, ocupação e edificabilidade

Consultada a proposta de Regulamento, especificamente, os artigos 21.º a 23.º, concluímos ser genericamente viável o uso proposto, podendo, eventualmente, ser necessária a aceitação, por parte da entidade competente, do uso pretendido no conjunto edificado reconhecido como sendo anterior ao RGEU, inserido em Espaço Agrícola Prioritário em Baixa Aluvionar e, caso seja pontualmente retificado o limite da AVT.

Não obstante, de acordo com o definido no artigo 12.º, dada a localização em EEM, a instalação de novas atividades e edificações reveste carácter de excecionalidade.

Podemos ainda dizer que a proposta de legalização e ampliação das instalações parece respeitar os parâmetros urbanísticos definidos.

Conclusão:



Município de Benavente


1300-000000000

Face ao previsto na 1.ª revisão do PDMB e ao "Interesse Público Municipal" declarado pela Assembleia Municipal de Benavente sob proposta da Câmara Municipal, consideramos que a atividade pecuária em análise poderá ser enquadrada no regime de exceção previsto no Decreto-Lei n.º 166/2014.

Propomos assim a emissão de parecer favorável condicionado à salvaguarda dos valores ambientais presentes no local, nomeadamente, linhas de água do domínio hídrico e, pontualmente, solos da REN.

A presente informação deverá ser comunicada à DRAP LVT.

A consideração Superior,



Maria Henriqueta Reis,
técnica superior - arquiteta



De acordo com a informação técnica da gestão urbanística de 20-03-2015, procede-se à notificação do presente sítio:

Assim, onde se lê:

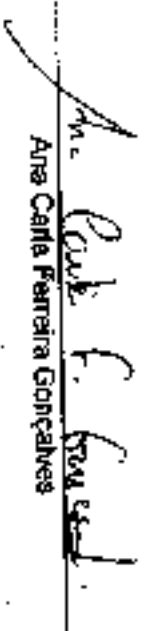
“(..) descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente, sob o nº 021734...”

Dever-se-á ler:

(..) descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente, sob o nº 021654 ..)

Benavente, 30 de abril de 2015

A Vereadora responsável pela urbanização e edificação
(no uso de competência delegada, nos termos do despacho nº 319/2013, de 14/10)


Ana Carla Ferreira Gonçalves



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Processo: 16.450.10.50.00054.2017

Documento: I01262-201801

Assunto: RERAÉ - DL n.º 165/2014 de 5/11

Pedido de regularização de parte de exploração pecuária para bovinos sira em Paul do Trejoito

Sociedade Agro-Pecuária Franca, Lda.

Santarém / Benavente / Benavente

No âmbito e para os efeitos dispostos no artigo 9º do Decreto-Lei n.º165/2014, de 5 de novembro, vem esta CCDR emitir o seu parecer no âmbito do Ordenamento do Território.

- É evidenciada Cerdão datada de 04.07.2017, informando que a Assembleia Municipal de Benavente, em sessão ordinária realizada em 30.05.2017, deliberou o interesse público municipal da pretensão.

- Segundo os elementos do pedido, figura-se estar em causa a regularização de parte das instalações/edificações existentes afetadas à exploração pecuária de bovinos, para produção de leite, existente desde 2000 numa propriedade com cerca de 164,33 ha, denominada Paul do Trejoito

Contudo, a área afetada à exploração pecuária aparece inscrita dentro desta propriedade, compondo-se de duas áreas, uma menor a norte e outra maior a sul apenas interligadas por um caminho de serventia. A área de propriedade afetada à exploração pecuária não se encontra quantificada, devendo ser aferida em sede de conferência decisória (CD).

- Refere-se que a exploração pecuária obteve licença de exploração emitida pela DRAPLVT em 2011, não constando entre os elementos instrutórios.

- Referem-se antecedentes de licenciamento municipal (alvarás de licença de construção n.º 222/1997 de 03.10.1997 e n.º 266/2001 de 21.11.2001, alvarás de licença de utilização n.º 67/1999 de 05.07.1999 e n.º 19/2002 de 30.01.2002) mas não são exibidos os documentos, situação que deverá ser sanada em CD.

- A área de propriedade afetada à exploração pecuária não se encontra quantificada, devendo ser aferida em sede de conferência decisória (CD).

As construções e infraestruturas integrantes da exploração pecuária que se pretendem regularizar (1B01, 1B02, 1B03, 1B04, 1C01, 2A02, 2B02, 2C02, 2D02, 2F02, 2P06, 2Q01, 2R01 e 2S01) totalizam a área de impermeabilização de 1.965,40 m², correspondendo a cerca de 24% do total existente (8.205,10 m²), valores que devem ser aferidos em CD.

- A CM de Benavente e a DRAPLVT terão de explicitar na CD o âmbito (regularização e/ou ampliação) e o objeto (características urbanísticas das ações abrangidas) do pedido efetuado, relacionando/demonstrando com os respetivos licenciamentos.

Do objeto do pedido terá de ser explicitamente retirado as edificações, os apoios e áreas afetadas a habitação (duas moradias não licenciadas), sendo os respetivos valores explicitados em ata da CD.

Tendo como referência os elementos instrutórios (peças desenhadas e MD) e confrontando com o Plano Diretor Municipal de Benavente (publicado em 07-12-1995, pela RCM n.º 164/95, alterado em 18-06-1998, pela Declaração 207/98, em 10-05-2000, pela Declaração 146/2000, em 25-09-2001, pela Declaração 281/2001, em 18-03-2010, pelo Aviso 5688/2010, em 12-05-2010, pelo Aviso 9464/2010, em 04-06-2010, pelo Aviso

11164/2010, em 01-04-2011, pelo Aviso 8156/2011, parcialmente suspenso em 08/09/2014 (com prorrogação em 09-09-2016), em 08-09-2016 e 26-10-2016) e com as condicionantes legais e servidões aplicáveis, coadunai-se.

- O PDM de Benavente insere a maior parte da área afeta à exploração em "Espaço Florestal – Área de Floresta de Produção" (Artigos 35.º a 39.º) e, muito residualmente, em "Espaço Agrícola" - "Área Agrícola não incluída na RAN" (artigos 30.º a 34.º) do Regulamento.

O artigo 37.º regula o uso e ocupação do Espaço Florestal onde não é admitido o uso/atividade pecuária que se pretende regularizar, nem o mesmo está indicado no artigo 39.º como uso compatível. Fica assim prejudicada a verificação da conformidade com o restante normativo aplicável a esta categoria de espaço.

Segundo o n.º 1, alínea b), do artigo 30.º a Área agrícola não incluída na RAN destina-se a produção agrícola e pecuária e não está submetida ao regime da RAN nem ao regime específico das obras de fomento agrícola. A edificação em espaço agrícola é regulada pelo artigo 32.º que, entre outras, admite atividade agropecuária, pelo que do ponto de vista do uso a atividade constitui uso admitido/compatível.

Não é apresentada uma planta do projeto com indicação dos limites da exploração com sobreposição das classes/categorias de espaço do PDM e quantificação das respectivas áreas pelo que não é possível calcular os índices urbanísticos parciais.

- No âmbito da Reserva Ecológica Nacional (REN), a pretensão insere-se parcialmente em áreas classificadas, conforme a carta de delimitação do concelho de Benavente (aprovada pela RCM 61/2002, de 23 de março, com suas alterações posteriores) sendo afetadas as tipologias de áreas "Áreas de máxima infiltração" e "Zonas ameaçadas pelas cheias" que, de acordo com o Anexo IV do DL n.º 166/2008, na sua atual redação, intitulam-se "Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos" e "Zonas ameaçadas pelas cheias e pelo mar", respetivamente.

Considera-se de emitir parecer desfavorável à regularização das edificações identificadas como 1B01, 1B02, 1B03 e 1B04, as quais recaem na tipologia REN de «Zonas ameaçadas pelas cheias», devendo estas ser removidas para fora dos limites da REN em vigor.

No que se refere às construções/infraestruturas designadas como 1C01, 2A02, 2B02, 2C02, 2D02, 2F02, 2P06, 2Q01, 2R01 e 2S01 entende-se aceitável e viável a regularização através de procedimento de alteração da delimitação da REN, condicionado ao parecer da APA, a ser promovido pela CM junto da CCDRLVT em cumprimento do regime jurídico

- A exploração não abrange solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN), cf. carta de condicionantes do PDM de Benavente.

- A exploração confina a nascente com a Vala de São Bento e com "Área de aproveitamento hidroagrícola do Vale do Sorruço" conforme carta de condicionantes do PDM de Benavente, devendo ser obtido o parecer da APA – Agência Portuguesa do Ambiente neste âmbito.

- A estrema sul da área de intervenção afeta à exploração pecuária possui montado de sobre, identificado na "Planta de Condicionantes – Montados de Sobre e Áreas Percorridas por Incêndios Florestais" do PDM de Benavente, devendo ser obtido o parecer do ICNF neste âmbito.

- A CM de Benavente e as restantes entidades terão de explicitar na CD todas as desconformidades da pretensão com o PDM de Benavente e com as SRUP's aplicáveis.

• A DRAPLVT (entidade licenciadora/coordenadora) terá de informar sobre a execução do projeto/progredição a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), nos termos do RJAIA o qual não é afastado/substituído pelo presente regime de regularização, e proceder em conformidade.

Conclusão:

Assumidos os esclarecimentos e explicações pela CM de Benavente e pela DRAPLVT, ponderadas as características e consolidação da atividade e o seu contexto territorial/funcional, bem como o reconhecimento pela AM de Benavente do interesse público municipal da exploração, nos termos dos regimes legais aplicáveis e atentos os pareceres das restantes entidades competentes, esta CCDR considera aceitável parte do pedido de regularização pelo que emite parecer favorável à regularização das construções/infraestruturas IC01, 2A02, 2B02, 2C02, 2D02, 2F02, 2F06, 2Q01, 2R01 e 2S01, com a adequação do PDM por alteração/revisão e da REN através de procedimento de alteração da carta municipal condicionado ao parecer favorável da APA, nos termos dos regimes legais aplicáveis e atentas as pronúncias das restantes entidades.

Relativamente às infraestruturas/edificações IB01, IB02, IB03 e IB04 que recaem na tipologia REN de «Zonas ameaçadas pelas cheias» emite-se parecer desfavorável devido as mesmas ser removidas e repostas as características anteriores.

Acresce que a regularização não inclui as edificações/áreas afetas ao uso de habitação.

Sublinhe-se que este parecer, bem como eventual decisão favorável ou favorável condicionada, não constitui título para a execução das ampliações (não executadas à data da emissão do recibo pela entidade licenciadora), carecendo as mesmas do adequado enquadramento regulamentar e legal para o necessário licenciamento comercial nos termos do RJUE e outros regimes específicos.

DSOT/DGT – abril/2018

Pelo Diretor de Serviços do Ordenamento do Território

Por delegação de competências do Despacho n.º 10727/2014 (DR, 2.ª série, de 20/08/2014)



Paula Pinto
Chefe de Divisão - DGT



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE

Jorge Capitão
Diretor Regional Adjunto

05.04.2018
X
DSCIDK

DRAP LVT
ENT/5606/2018
05-04-2018 11:52:09

DRAPLVT - Direção Regional de Agricultura e Pescas de
Lisboa e Vale do Tejo
Quinta das Oliveiras Estrada Nacional 3

2000 - 471 - SANTARÉM

S/ referência	Data	N/ referência	Data
Email	2018/02/21	5020243-201803-ARHTO.DOLMT Proc. ARH-LX 558/10453	

Assunto: Parecer sobre regularização exploração bovinos ao abrigo do Decreto-lei n.º 165/2014 de 5/11, em nome de Soc. Agro - pecuária França, Lda.
Proc.n.º179/04/LVT - 1305/REAP

Em referência ao assunto mencionado em epígrafe, e após análise da documentação enviada, informa-se V.Exa. que é emitido parecer favorável à regularização da exploração, condicionado ao cumprimento das seguintes obrigações:

- Alteração da finalidade da captação com o processo n.º 450.10.02.02.005111.2017.RH5A, de forma a integrar a finalidade consumo humano;
- A nitreira terá de ser obrigatoriamente impermeabilizada, coberta em toda a sua extensão e dotada de rede de recolha para encaminhamento das escorrências a destino final adequado, de forma a cumprir o disposto na medida do PGRH do Tejo e Ribeiros do Oeste com o código PTE1P06M08_RH5 (Aplicar os critérios para construção e reabilitação de niteiras). A nitreira deverá ser construída em betão e a cobertura deverá ser efetuada com recurso a estruturas fixas, não sendo admissível o uso de lona ou de materiais semelhantes;
- As fossas para onde são encaminhados os efluentes domésticos deverão ser alvo de limpezas periódicas, sendo limpeza efetuada por empresa devidamente licenciada para o efeito;
- Manutenção periódica do bom estado de funcionamento das estruturas de gestão dos efluentes pecuários (corredor do parque, vala de recolha, nitreira e as várias fossas e lagoas), de forma a garantir o bom estado de conservação das mesmas, em especial a sua impermeabilização;



REPÚBLICA
PORTUGUESA
AMBIENTE

ARR do Tejo e Oeste - Divisão do Oeste, Lezíria e Médio Tejo - Caldas da Rainha
Av. Eng. Luís Pereira Gomes, 6 2500-339 Caldas da Rainha
Tel: 218430480
e-mail: arht_geral@apambiente.pt
www.apambiente.pt

- Aprovação do PGEF, para o qual é imprescindível a apresentação de novas parcelas para a valorização agrícola dos estrumes e efluentes gerados na exploração em questão, em virtude das apresentadas pelo proponente merecerem parecer desfavorável dado localizarem-se em áreas REN, mais concretamente as tipologias, Zonas Ameaçadas pelas Chelas, Áreas com Elevado Risco de Erosão Hidrica do Solo e Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos, e em massas de água superficiais (Ribeira do Freixo, Ribeira da Palheta e Ribeira da Pardela) com estado inferior a Bom.

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora da Administração da Região Hidrográfica
do Tejo e Oeste

Gabriela Moniz



Carlos Castro
Ch. 1111111

MFC/

Carlos Cunha

De: Margarida Maria Sena Ferreira Almeida Gouveia <mgouveia@dgav.pt>
Enviado: terça-feira, 19 de Dezembro de 2017 16:51
Para: DL - Div. de Licenciamento
Cc: Susana Isabel Domingues Coelho Fonseca Costa; ReapDSAVRLVT; Deolinda Maria Paulino Elias; Carlos Cunha
Assunto: Pedido de Regularização de Instalações de Exploração de Bovinos ao Abrigo do D.L. n.º 165/2014 de 05/11. Soc. Agropecuária França Lda. Paul do Trejoito - Benavente. (SR54B). Proc. n.º 1305/REAP. Pedido de Parecer

Importância: Alta

Exmos. Srs.,

Em resposta ao solicitado no v/ ofício Ref.º OF/1784/2017/DL/DRAPLVT, de 16/11/2017, rececionado nestes serviços a 28/11/2017 a coberto da comunicação de serviço n.º 1245/DSAVRLVT/2017, de 23/11/2017, e após análise do processo em apreciação e no âmbito das competências da DGAV em matéria de bem-estar animal e condições higiosanitárias das explorações, somos a informar que o nosso parecer é favorável à regularização pretendida.

Com os melhores cumprimentos,

Margarida Gouveia
Eng.ª Zootécnica



Divisão de Alimentação e Veterinária do Ribatejo
Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária de Lisboa e Vale do Tejo

CNEMA - Quinta das Cegonhas
2006-476 Santarém - PORTUGAL
Tel: (+351) 243 305 410 fax: (+351) 243 305 414

www.dgav.pt

1

2



Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

AO

ICNF - Departamento de Conservação da Natureza e
Florestas de Lisboa e Vale do Tejo

ONEMA- Quinta das Cegonhas, Apartado 59

2001-901 Santarém

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

CF/669/2018/DJ/DRAPLVT

**Pedido de Regularização das instalações de exploração bovina, sítio em Paul do
assunto: Trejoito, Benavente em nome de sociedade Agro – Pecuária de França, Lda.
Processo n.º000179/04/LVT – 1305/REAP**

Em virtude do Parecer da CCDRLVT, que se anexa, solicita-se parecer dessa Entidade num prazo de vinte dias, pelo que se envia respetivo processo de regularização da exploração supra.

Cumprimentos,

Francisco Santos

Diretor de Serviços de Controlo

Assinado digitalmente por FRANCISCO
SANTOS CA44001LOURENÇO DE ALMEIDA
Data: 2018.04.04 14:28:01 -01:00

Ass. e. J. Direção de Serviço de Desenvolvimento
Local Galiza da Ranta

Anexo: Proc. REAP e Parecer CCDRLVT

PC

DRAP LVT
CF/669/2018/DJ/DRAPLVT 09-04-2018 15:28:00

10

11

NOTA INTERNA

NI/20/2019/DAOT/DRAPLVT

DE: DAOT / DSDAR / DRAPLVT

Data: 2019-03-11

PARA: DL - Divisão de Licenciamento
(Gestor: Carmen Azevedo)

Assunto: Processo RERAE/23/2018/DAOT/DRAPLVT – Barão e Barão, Lda. – Regularização das instalações de uma exploração Pecuária, situada em Quinta do Barão, Coutada Velha na freguesia e concelho de Benavente.
Processo nº 806/REAP - 002090/02/LVT

1. Introdução

No seguimento do pedido de regularização de exploração pecuária, apresentado à Divisão de Licenciamento da DRAPLVT por Barão e Barão, Lda., no âmbito do Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 de novembro (regime de regularização extraordinária de atividades económicas), essa Divisão, na qualidade de entidade coordenadora e licenciadora, pediu à Divisão do Ambiente e Ordenamento do Território para se pronunciar, sobre a Reserva Agrícola Nacional (RAN) restrição de utilidade pública, pela qual esta direção é a entidade gestora da RAN no território.

2. Caracterização do Estabelecimento

A exploração pecuária localiza-se num prédio, com área total de 69,9 ha, inscrito no artigo matricial nº 11 da secção CM da freguesia e concelho de Benavente.

A exploração é constituída por um núcleo de bovinos (878 animais – 683 CN) e outro núcleo de caprinos (1904 animais – 325 CN), onde é desenvolvida a criação de animais para a produção de leite, e tem ainda, um terceiro núcleo composto por equídeos com fins de lazer.

O leite de vaca produzido é vendido para a Vivaleite – Cooperativa de Produtores de Leite, CRL, e o de cabra é vendido para a Queijo Saloio – Indústria de Lacticínios, S. A. Os compradores asseguram a recolha e o transporte do leite cru produzido na exploração pecuária até à fábrica.

A exploração faz culturas temporárias (milho e azevém) para consumo do efetivo animal. A produção de forragens armazenada sob a forma de silagens.

As instalações existentes correspondem a uma área total edificada de 11094,75 m², sendo 2776,10 m² de área legalizada e 8318,65 m² de área a regularizar.

De acordo com a delimitação da Reserva Agrícola Nacional em vigor para o concelho de Benavente e constante da planta de condicionantes do PDM que foi publicada pelo Aviso nº 222/2019 de 4 de janeiro, constata-se que o prédio está parcialmente inserido em RAN.



Imagem n.º 1 – Fotografia aérea da Quinta de Santa Rosa. (Fonte: Websig da CM de Benavente).
RAN com riscado a cor verde.

3. Análise

Pelas competências que são conferidas pelo Decreto-Lei nº 73/2009 de 31 de março (regime jurídico da RAN), na sua atual redação, a esta DRAP constatou-se que este pedido regularização da pecuária não se localiza em área da Reserva Agrícola Nacional de acordo com a respetiva delimitação constante da planta de condicionantes do PDM de Benavente.



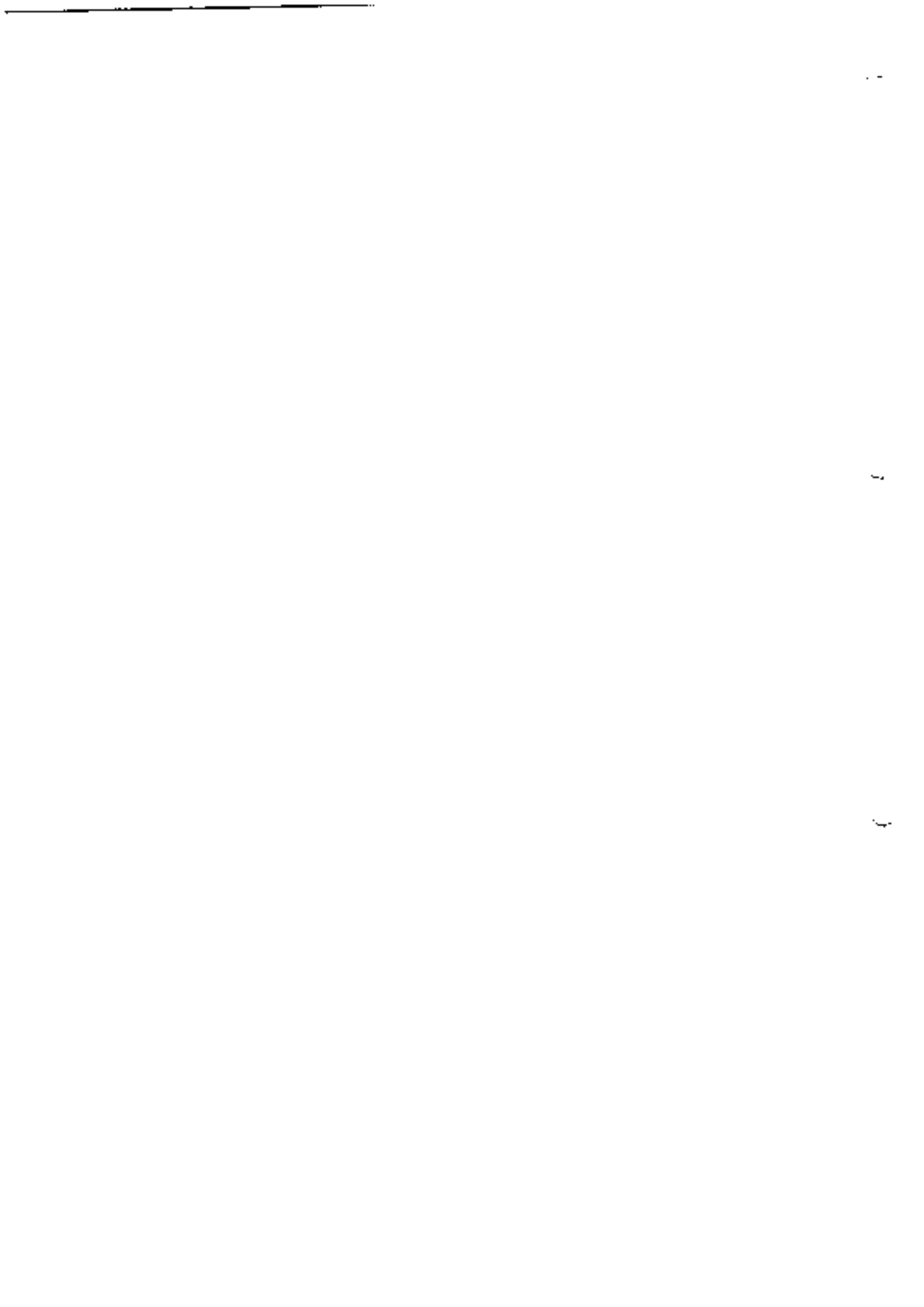
4. Conclusão

Atento o exposto, propõe-se que, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 9º, 10º e 11º do Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 de novembro, esta DRAP se pronuncie **favorável** à regularização da pecuária.

Cumprimentos,

A Técnica

Paula Lourenço



Ponto 11 – PARECER

Processo nº 586/2018

Requerente: DRAPLVT – Direção Regional de Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo

Local: Vale de Farelos – Coufada Velha – Benavente

Informação da Gestão Urbanística, de 12.04.2019

Através do registo de entrada n.º 4863 de 29/03/2019, a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT), veio solicitar a esta Câmara Municipal, relativamente ao pedido de regularização das instalações da exploração para bovinos, caprinos e equídeos, da empresa Barão e Barão, Lda., sita em Quinta do Barão, Coufada Velha, Benavente, parecer confirmando a observância dos princípios e normas técnicas previstos no âmbito do regime sectorial da entidade. Nos termos do n.º 2 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 186/2014 de 5 de novembro, é da competência desta Câmara dar parecer sobre a existência de quaisquer desconformidades da localização com os instrumentos de gestão territorial.

O presente pedido diz respeito a regularização de um estabelecimento destinado à atividade pecuária de produção de leite – classe 1, abrangida pelo RERAE. A instalação pecuária, alvo do pedido encontra-se implantada de acordo com a certidão da conservatória do registo predial de Benavente sob o n.º 4017, em terreno com área total de 699.000,00 m² (69,90ha).

Existem para o local diversos processos de obras, que de seguida se listam, não abrangendo, no entanto, a totalidade das edificações presentes no local.

1 Antecedentes

Constam dos arquivos desta Câmara os seguintes processos relativos a instalação pecuária.

- Processo n.º 38/1979 - em nome de Sociedade Agro - Pecuária Progresso de Benavente, Lda. - construção complexo agropecuário, incluindo moradia - com licença de construção n.º 108 de 15 de março de 1979
- Processo n.º 261/1986 - em nome de Sociedade Agro - Pecuária Progresso de Benavente, Lda. - construção de armazém sem paredes - sem licença de construção.
- Processo n.º 534/1995 - em nome de Sociedade Agro - Pecuária Progresso de Benavente, Lda. - construção de moradia para trabalhador - com licença de construção n.º 43/1996 e com alvará de licença de utilização para habitação n.º 42/1996.
- Processo n.º 530/1996 - em nome de Barão & Barão, Lda. - legalização de alterações de edifício principal (vacaria) e casa do guarda (moradia) com licença de construção n.º 6/2005 de 16 de maio e com alvará de licença de utilização n.º 14/2005 de 07 de junho para moradia T2 e maternidade da vacaria com aposentos de apoio.
- Processo n.º 50/1997 - em nome de Sociedade Agro-Pecuária Progresso de Benavente, Lda. - construção de moradia com licença de construção n.º 211/1997 e alvará de licença de utilização n.º 23/1998.
- Processo n.º 234/2005 - em nome de Barão & Barão, Lda. - Legalização de instalações agro-pecuárias (parque de caprinos e sala de ordenha) - com alvará de obras de construção n.º 186/2007 de 15/10/2007 e alvará de licença de utilização n.º 108/2007 para instalações agropecuárias.
- Processo n.º 7/2006 - em nome de Barão & Barão, Lda. - legalização da sala de ordenha - com licença de construção n.º 141/2007 de 06/08/2007 e com licença de utilização n.º 41/2008 de 27/02/2008 para instalações agropecuárias - sala de ordenha.
- Processo n.º 8/2006 - em nome de Barão & Barão, Lda. - legalização da sala de ordenha - com licença de construção n.º 140/2007 de 06/08/2007 e com licença de

400m²
14/2005 ✓
188/2007 ✓
40/2008 ✓
41/2008 ✓

utilização n.º 40/2008 de 27/02/2008 para instalações agropecuárias –sala frio e ordenha

-Processo n.º 2026/2008 – em nome de Barão & Barão, Lda. – legalização de parque das vacas – com licença de construção n.º 183/2010 de 19/10/2010

2. Localização e dimensão

A fábrica alvo da pretensão localiza-se na Quinta do Barão, Vale de Farelo, Coutada Velha na freguesia de Benavente. Não consta dos elementos entregues, a certidão de conservatória do registo predial válida e atualizada, mas foi entregue certidão simples onde se verifica a área total da propriedade de 699.000,00 m².

Construções/instalações

A instalação pecuária que se pretende legalizar é constituída por três núcleos uma vez que as instalações dispõem de bovinos, caprinos e equídeos.

Nos elementos apresentados (memória descritiva e peças desenhadas) são registadas as seguintes áreas globais:

Totais:

Área do terreno: 699.000,00m²

Área de construção da instalação pecuária: 18.461,94m²

Área de construção proposta (pecuária): 20,00m²

Área de construção a legalizar – instalação pecuária: 8920,00m²

Área de implantação moradias: 449,75 m²

Área de construção das moradias: 493,45m²

Área de moradias não licenciada: 68,40m²

Área de nitreiras: 1692,00m²

Área total de impermeabilização: 18.623,69

4.Certidão de Interesse Público Municipal:

Foi declarado o reconhecimento de interesse público municipal da regularização de exploração pecuária, situada na Quinta do "Barão" em Vale Farelo – Coutada Velha Benavente, requerida por Barão e Barão, Lda. por deliberação da Assembleia Municipal de Benavente, em reunião ordinária no dia 30 de junho de 2017 sendo a certidão de Interesse Público Municipal emitida em 04 de julho de 2017.

6. Instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares:

O prédio onde se encontra implantada a instalação pecuária, encontra-se quanto à 1ª revisão do plano Diretor Municipal de Benavente, publicada por aviso n.º 222/2019 de 04 de janeiro, em:

- Planta de ordenamento – Classificação e Qualificação do solo (1.1) em solo rural - Espaço Agrícola de Produção.
- Planta de condicionantes – RAN e AHVS- verifica-se a sobreposição de solos da Reserva Agrícola Nacional na maioria do prédio, não existindo, no entanto, sobreposição com os edifícios pertencentes à exploração pecuária.
- Planta de condicionantes – REN- verifica-se a sobreposição de solos da Reserva Ecológica Nacional na maioria do prédio, não existindo, no entanto, sobreposição com os edifícios pertencentes à exploração pecuária.

Para o Solo Rural - classe de espaço Agrícola de Produção o Regulamento da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, em vigor, estabelece:

(...)

Artigo 18.º

Disposições comuns

1 — As operações urbanísticas permitidas para o Solo Rural requerem um estudo de inserção na envolvente que corresponde a uma análise justificativa que enquadre e demonstre a salvaguarda de potenciais problemas.

2 — Do referido estudo consta uma memória descritiva e justificativa e elementos desenhados que clarifiquem as soluções adotadas, nomeadamente quanto a:

- a) Acessos viários;
- b) Soluções para todas as infraestruturas;
- c) Soluções para a imagem e enquadramento paisagístico.

3 — As edificações associadas aos usos estabelecidos devem observar as seguintes disposições:

- a) Acesso viário com perfil e pavimento adequado à utilização pretendida;
- b) Abastecimento de água, drenagem de águas residuais e seu tratamento e abastecimento de energia elétrica, assegurado por sistemas autónomos, cuja construção, manutenção e funcionamento serão encargo dos interessados, salvo se existirem redes públicas com capacidade de receber, sem sobrecarga, as respetivas ligações;
- c) Efluentes domésticos tratados por sistema próprio, sem o qual não poderão ser lançados na rede de drenagem natural;
- d) Efluentes de atividades agropecuárias e pecuárias e, de unidades industriais objeto de tratamento bacteriológico e químico, não podendo ser lançados diretamente nas linhas de água;
- e) Instalações agropecuárias e pecuárias e, unidades industriais e de armazenagem e outros programas de função não habitacional, deverão garantir uma correta inserção na envolvente por forma a reduzir o impacto visual das edificações.

(...)

Espaço Agrícola (RA)

Artigo 21.º

Caracterização

1 — O Espaço Agrícola (RA) desagrega-se em duas subcategorias:

- a) Espaço Agrícola de Produção;
- b) Espaço Agrícola Prioritário em Baixa Aluvionar.

2 — O Espaço Agrícola de Produção corresponde aos solos com capacidade de uso agrícola, classificados ou não como integrantes da Reserva Agrícola Nacional (RAN), cujas características os tornam adequados às práticas agrícolas, agropecuárias e pecuárias, privilegiando a perspetiva da produção/exploração.

3 — O Espaço Agrícola Prioritário em Baixa Aluvionar corresponde aos solos do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia, às áreas agrícolas em baixa aluvionar e aos solos de reconhecida capacidade de uso agrícola que revelam também uma importância acrescida do ponto de vista de preservação e valorização ecológica e da paisagem.

4 — Os terrenos rústicos do Município estão sujeitos aos limites mínimos para as unidades de cultura decorrentes da legislação em vigor.

Artigo 22.º

Condições de uso e ocupação

1 — O Espaço Agrícola de Produção admite as seguintes ocupações e utilizações:

- a) Instalações e edificações para apoio à atividade agrícola que contribuam para reforçar o potencial produtivo da exploração agrícola e comprovar por declaração emitida pela entidade competente;
- b) Instalações e edificações agrícolas para estufas, especificamente as que não impermeabilizam o solo, quer se incorporem no solo com caráter de permanência, quer sejam amovíveis;
- c) Instalações e edificações para as atividades agropecuárias, pecuárias e aquícolas, abrangidas por regime específico de licenciamento, nas seguintes condições.

l) Explorações das classes 1, 2 e 3, localizadas a, pelo menos, 500 m dos perímetros urbanos e dos limites das categorias de Solo Rural, Espaço Destinado a Equipamentos e Outras Estruturas ou Ocupações Compatíveis com o Solo Rural, subcategorias Herdades e Quintas com Edificação Isolada e Equipamentos, e Áreas de Edificação Dispersa;

li) Explorações em detenção caseira, localizadas a, pelo menos; 10 m dos perímetros urbanos;

(...)

Artigo 23.º

Condições de edificabilidade

(...)

2 — Para os usos referidos nas alíneas a), c), d) e e) do n.º 1 do artigo anterior (respetivamente: apoio à atividade agrícola, agropecuárias, pecuárias e aquícolas, alojamento de animais e, indústrias), a edificabilidade está ainda condicionada aos seguintes parâmetros:

a) Área de utilização ou de construção sem exceder a área reconhecida necessária para o fim a que se destina nem o índice de utilização do solo de 0,06;

b) Altura máxima da edificação de 7,5 m, excluindo silos, depósitos de água e instalações especiais tecnicamente justificáveis;

c) Índice máximo de impermeabilização do solo de 0,10;

d) Afastamento mínimo de 10 m a todos os limites da parcela, em parcelas com área igual ou superior a 0,5 ha e inferior a 1,0 ha, e de 20 m, em parcelas com área igual ou superior a 1,0 ha, podendo essas distâncias ser reduzidas em casos excecionais a verificar pelos serviços técnicos.

(...)

Verifica-se que genericamente são cumpridos, os índices e parâmetros estabelecidos no artigo 23º do regulamento da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente, não sendo possível aferir a altura máxima das edificações. Pode concluir-se que genericamente, é passível a legalização das instalações pecuárias apresentadas e a ampliação de 20 m². Importa referir que o uso habitacional não é admitido no presente pedido de Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 185/2014 de 5 de novembro, devendo a habitação a legalizar ser alvo de processo de licenciamento autónomo ao abrigo do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), bem com qualquer alteração que tenha existido às habitações já licenciadas. Mais se informa, que caso a habitação representada em planta como H1, tenha sofrido alterações deve ser também cumprido o regime da REN (Reserva Ecológica Nacional).

Nota: quando o processo de RERAE, se iniciou encontrava-se em vigor o Plano Diretor Municipal de Benavente de 1995, existindo (como relatado em memória descritiva) desconformidade com o referido plano, devido a alguns dos edifícios da exploração pecuária se encontrarem implantados em Reserva Ecológica Nacional. Com a entrada em vigor da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal e respetiva publicação da carta da REN para o município de Benavente, já não existe incumprimento.

6. Conclusão:

De acordo com a Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal de Benavente e vigor, publicada em Diário da República por aviso n.º 222/2019 de 04 de janeiro é viável a legalização das construções existentes não regularizadas e a construção do novo edifício proposto desde que os índices e parâmetros definidos no artigo 18,21º,22º e 23º do regulamento da Primeira revisão do PDMB, sejam respeitados. propondo-se assim a emissão de parecer favorável, tendo em conta as condicionantes descritas na presente informação e as que venha a ser definidas na conferência decisória.

O presente parecer, deverá ser remetido à conferência decisória via DRAP-LVT, com conhecimento do gestor do processo, com a cópia da deliberação de câmara com identificação dos representantes.

À consideração Superior,

Joana Godinho – técnica superior - arquiteta

Parecer:	Despacho:
Concordo propõe-se a emissão de parecer favorável condicionado conforme teor da presente informação. A reunião de câmara, após deliberação seja remetido à entidade coordenadora. 15.04.2019	À reunião. 16.04.2019
O Chefe da D. M. O. P. P. U. D.	O Vereador, no uso de competências delegadas/subdelegadas

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR HÉLIO JUSTINO, explicitou que o processo diz respeito a um pedido de parecer solicitado pela DRAPLVT – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito do processo de regularização de exploração de bovinos, caprinos e equídeos, situada na Coutada Velha em Benavente.

Atuiu que, de acordo com o teor da informação técnica, é proposto que seja emitido parecer favorável, nos termos e condições propostas na mesma.

A SENHORA VEREADORA FLORBELA PARRACHO referiu que, o Partido Socialista vai votar contra, porque na informação técnica é referido que a pretensão é genericamente passível de legalizar, genericamente, porque não se sabem vários dados, necessários à avaliação.

Acrescentou que existe ainda a problemática nas habitações que, pelos vistos, não é possível legalizar e que irá apreciar-se num processo à parte, não existindo o conhecimento se estas habitações são necessárias, ou não, para a exploração.

Frisou que, um parecer condicionado a tudo isto, julga que não seja de emitir, sem primeiro tentar perceber o que se passa.

O SENHOR PRESIDENTE registou que não se está a licenciar, apenas vai ser emitido um parecer à DRAPLVT – Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito do RERA e que o processo de licenciamento será à posteriori.

DELIBERAÇÃO Deliberado por maioria, com os votos contra dos senhores vereadores em representação do PS, Pedro Pereira e Florbela Parracho, e com a abstenção do senhor vereador em representação do PSD, Ricardo Oliveira, homologar a presente informação técnica e, nos termos da mesma, emitir parecer favorável, nos termos e condições constantes do parecer técnico, que se homologa.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e constitui parte anexa à ata.





Município de Benavente

Departamento Municipal de Obras, Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos

ALVARÁ DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO N.º 14/2005

PROCESSO DE OBRAS N.º 580/1996

Nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 250/94, de 15 de Outubro, é emitido o **ALVARÁ DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO N.º 14/2005** em nome de **Barão & Barão, Lda**, portador do contribuinte n.º 501294635.

O presente alvará tutela a utilização do prédio sito em **Vale Farelos, Contada Velha** da freguesia de **Benavente**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 2529, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 6, emitido em 16-05-2005 a favor de **Barão & Barão, Lda**.

Por despacho de 20-05-2005 foi autorizada a seguinte utilização:

Moradia Tipologia..... T2 e maternidade da vacaria e aposentos de apoio.

O técnico responsável pela direcção técnica da obra foi:

- José Manuel Gonçalves da Raquel, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 35696.

Os autores dos projectos foram:

- Projecto de Arquitectura: José Manuel Ferreira Hipólito Ramalho, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 24121.

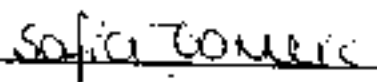
- Projecto de Estabilidade: José Manuel Gonçalves da Raquel, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 35696.

Pago pela gula de receita n.º 2754 de 07-06-2005, no valor de 179,38€.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 250/94, de 15 de Outubro.

Paços do Município, 7 de Junho de 2005

O Assistente Administrativo,
Sofia Isabel Rodrigues Correia



O Presidente da Câmara
- António José Ganhão -


(Sem Branco)





CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ALVARÁ DE LICENÇA PARA HABITAÇÃO DE PRÉDIO URBANO

PROC.º Nº 580/96

Designação de Fração	Topologia	HABITAÇÃO				ÁREAS ÚTEIS DOS ESPAÇOS ADSTRITOS À HABITAÇÃO						Categoria da Habitação	Observações
		Área Bruta	Área Habitável	Área Útil	Área de Varandas e Sacadas	Terrenos Récinto Coberto	Arrecadações das Instalações da Habitação	Garagem Privativa	Quota-parte da Garagem Colectiva	Espaços Descobertos não Pavim.	11		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
Edif. Principal		742.00	—	667.00	—	285.50	20.47	—	—	935.70	—	—	Edifício Principal
Morada	tz	92.00	67.38	80.00	—	—	—	38.50	—	—	—	—	Casa do guarda.
													Inclui a manutenção da vacância e apontar de 4.º piso

DATA 07/06/2005

O TÉCNICO C. Pimenta



Município de Benavente

Departamento Municipal de Obras, Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos

ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 108/2007

PROCESSO DE OBRAS N.º 234/2005

Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho é emitido o ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 108/2007 em nome de Barão & Barão, Lda, portador do contribuinte n.º 501294635.

O presente alvará tutela a autorização de utilização da edificação sita em *Coutada Velha*, da freguesia de Benavente, descrito na Conservatória do Registo de Predial de Benavente sob n.º 04017, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 186, emitido em 15/10/2007 a favor de Barão & Barão, Lda.

Por despacho de 07/11/2007 foi autorizada a seguinte utilização:

Instalações Agro-Pecuárias;

O técnico responsável pela direcção técnica da obra foi:

- José Manuel Gonçalves da Raquel, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 35696.

Os autores dos projectos foram:

- Projecto de Arquitectura: José Manuel Gonçalves da Raquel, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 35696.
- Projecto de Estabilidade: Américo Jorge Silva Nunes, inscrito na Sindicato dos Engenheiros da Região Sul sob o n.º 5656.

Pago pela guia de receita n.º 5533 de 13/11/2007, no valor de 572,92€.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

Paços do Município, 13/11/2007

O(A) Funccionário(a),
Margarida Maria da Eira Pereira

O Vereador do Pelouro,
Miguel António Duarte Cardia

(Selo Branco)







Município de Benavente

Departamento Municipal de Obras, Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos

ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 40/2008

PROCESSO DE OBRAS N.º 7/2006

Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho é emitido o ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 40/2008 em nome de Barão & Barão, Lda, contribuinte n.º 501294635.

O presente alvará titula a autorização de utilização da edificação sita em Cantada Velha da freguesia de Benavente, descrito na Conservatória do Registo de Predial de Benavente sob n.º 04017, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 141, emitido em 06/08/2007 a favor de Barão & Barão, Lda.

Por despacho de 19/02/2008 foi autorizada a seguinte utilização:

Instalações Agro-Pecuárias;

Tipologia: Sala de Ordenha

O técnico responsável pela direcção técnica da obra foi:

- José Manuel Gonçalves da Raquel, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 35696.

Os autores dos projectos foram:

- Projecto de Arquitectura: José Manuel Gonçalves da Raquel, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 35696.

Pago pela guia de recibo n.º 502 de 27/02/2008, no valor de 89,31€.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

Pagos do Município, 27/02/2008

O(A) Funcionário(s)

Ana Lúcia Lopes Silva da Rocha Ramos Rocha

O Vereador do Pelouro,
Miguel António Duarte Cardeira

(Selo Branco)





Município de Benavente

Departamento Municipal de Obras, Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos

ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 41/2008

PROCESSO DE OBRAS N.º 8/2006

Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho é emitido o ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 41/2008 em nome de Barão & Barão, Lda, contribuinte n.º 501294635.

O presente alvará titula a autorização de utilização da edificação sita em **Coimada Velha**, da freguesia de Benavente, descrito na Conservatória do Registo de Predial de Benavente sob n.º 04017, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 140, emitido em 06/08/2007 a favor do Barão & Barão, Lda.

Por despacho de 19/02/2008 foi autorizada a seguinte utilização:

Instalações Agro-Pecuárias;

Tipologia: Sala de feno e coadorno

O técnico responsável pela direcção técnica da obra foi:

- José Manuel Gonçalves da Raquel, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 35696. →

Os autores dos projectos foram:

- Projecto de Arquitectura: José Manuel Gonçalves da Raquel, inscrito na Ordem dos Engenheiros - Região Sul sob o n.º 35696.

Pago pela guia de receita n.º 503 de 27/02/2008, no valor de 80,96€.

Dado e passado, para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

Paços do Município, 27/02/2008

O(A) Funcionário(s).

Ana Lúcia Lopes Silva da Rocha Ramos Rocha

O Vereador do Pelourno,
Miguel António Duarte Cardia

(Selo Branco)





Município de Benavente

Departamento Municipal de Obras, Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos

Caracterização da Construção Para Efeito de Emissão de Alvará de Autorização de Utilização

PROC.º N.º 8/2006

Designação da Obra	Tipologia	HABITAÇÃO				ÁREAS ÚTEIS DOS ESPAÇOS ADSTRITOS À HABITAÇÃO				Número de Pisos	Observações
		Área Bruta	Área Habitável	Área Útil	Área de Varandas e Sacadas	Terracos	Arrecadações	Garagem Privativa			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	12	13	
Pecuária	--	320.12	--	288.00	--	--	--	--	--	--	Sala de frio e ordenha

Data: 11-02-2008

O Técnico *C. Gouveia*





Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Processo: 16.450.10.50.00026.2018

Documento: 104481-201904-DSOT/DGT

Assunto: RERAÉ - DL n.º 165/2014 de 5/11

Pedida de regularização parcial e de ampliação de exploração pecuária com NP para bovinos, caprinos e equídeos, sítio em Quinta do Barão – Contada Velha.

Barão e Barão, Lda.

Santarém / Benavente / Benavente

No âmbito e para os efeitos dispostos no artigo 9º do Decreto-Lei n.º165/2014, de 5 de novembro, vem esta CCDR emitir o seu parecer no âmbito do Ordenamento do Território.

- É evidenciada Certidão informando que a Assembleia Municipal de Benavente, em sessão ordinária realizada em 30.06.2017, deliberou o interesse público municipal da pretensão, tendo subjacente a deliberação do Executivo de 19.06.2017

- É apresentada a Licença de Exploração n.º125/2011 emitida pela DRAPLVT em 11.08.2011

- São referidos como antecedentes de licenciamento municipal para construções e infraestruturas integrantes da exploração pecuária os Alvarás de Licença de Construção n.º 6/2005, 140/2007, 141/2007, 186/2007 e 183/2010, bem como os Alvarás de Licença de Utilização n.º14/2005, 108/2007, 40/2008 e 41/2008, devendo estas licenças ser evidenciados em Conferência Decisória (CD).

- De acordo com os elementos do projeto, pretende-se a regularização parcial, bem como a ampliação pontual de uma exploração pecuária com 1 Núcleo de Produção para bovinos, 1 Núcleo de Produção para caprinos e 1 Núcleo de Produção para equídeos, existente na estrema norte de um terreno com a área total de 699,000,00m² (69,90ha). Pretende-se a regularização das construções e infraestruturas integrantes da exploração pecuária identificadas como G2 – Sala de ordenha (40 vacas) - área de implantação de 1.370,00m², B – Armazém de diversos (790,00m²), C – Parque de recria (1.002,00m²), D – Parque de recria (532,00m²), E – Balança (57,00m²), F – Parque de vacas de produção (1.882,00m²), K – Parque de vacas de produção (2.473,00m²), L – Parque de vitelos (424,00m²), M – Palheiro (948,00m²), N1 – Nitreira (356,00m²), N2 – Nitreira (110,00m²), N3 – Nitreira (732,00m²), N4 – Nitreira (35,00m²), N5 – Nitreira (63,00m²), N6 – Nitreira (164,00m²), N7 – Nitreira (124,00m²), N8 – Nitreira (101,00m²), N9 – Nitreira (7,00m²) e P – Parque de vacas e cabras (399,00m²). Prevê-se também a edificação de uma nova construção referenciada como Q – Depósito de gasóleo (20,00m²). Deve ser esclarecido em CD se a infraestrutura “S – Silos” também integra a exploração pecuária.

No terreno existem 6 habitações, H1, H2, H3, H5, H6 e H7 (todas licenciadas), as quais não podem ser contempladas no presente RERAÉ, salvo se expressamente destinadas a apoiar à atividade da exploração pecuária. Também existem as construções identificadas como H4 – Banheiros (46,64m²) e H8 – Cozinha rural (20,00m²) que se encontram igualmente licenciadas.

A área de implantação (área licenciada + área a regularizar + área de ampliação + área de habitações existentes) totaliza 18.623,69m², correspondendo ao índice de implantação de 0,026 (contemplando habitação). Contudo,

em sede de CD deve-se confirmar qual é o valor total da área de implantação afeta exclusivamente à exploração pecuária, bem como a área de implantação que se encontra licenciada e o valor total da área de implantação que se pretende regularizar. A área total de impermeabilização, contemplando áreas exteriores impermeabilizadas, deve ser quantificada.

- A CM de Benavente e a DRAPLVT terão de explicitar na CD o âmbito (regularização e/ou ampliação) e o objeto (caraterísticas urbanísticas das ações abrangidas) do pedido efetuado, relacionando/demonstrando com os respetivos licenciamentos.

Do objeto do pedido terá de ser explicitamente retirado as edificações, os apoios e áreas afetas a habitação (seis licenciadas), salvo se expressamente associadas ao funcionamento da exploração pecuária, sendo os respetivos valores explicitados em ata da CD.

- Tendo como referência os elementos instrutórios (peças desenhadas e MD) confrontando com o Plano Diretor Municipal de Benavente, cuja revisão foi publicada através do Aviso n.º 222/2019 de 04/01, verifica-se que a totalidade das construções e infraestruturas integradas na exploração pecuária inserem-se em classe de "Espaço Agrícola de Produção", enquadrada nos Artigos 21.º, 22.º e 23.º do respetivo Regulamento. Nesta classe de espaço admite-se a localização de explorações pecuárias, mas devendo respeitar o afastamento mínimo de 500m aos perímetros urbanos, situação que não se encontra garantida uma vez que a pretensão dista cerca de 400m do perímetro urbano de Courada Velha, encontrando-se assim em desconformidade com as disposições do RPDM neste ponto.

Relativamente às condições de edificabilidade, definidas no Art. 23.º do RPDM, verifica-se que é admitida a edificabilidade em parcela de terreno com área igual ou superior a 1,0 ha ou a 0,5 ha, o que sucede na presente situação (com a área total de intervenção de 69,90ha) e que é cumprido o índice de implantação de 0,06 uma vez que a pretensão apresenta 0,026 (contemplando as 6 habitações existentes). No que se refere à cota máxima e índice de impermeabilização não é possível verificar o seu cumprimento, devendo ser aferido na CD. O afastamento mínimo de 10m a todos os limites da parcela deve ser cumprido, apesar de não se encontrar cotado nas peças gráficas.

Ainda de acordo com a "Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo" do PDM de Benavente, uma pequena área localizada na extrema ponta da propriedade, onde não existem quaisquer construções ou infraestruturas integrantes da exploração pecuária a regularizar, recaem em "áreas de interesse público usos especiais – zonas inundáveis ou zonas ameaçadas pelas cheias".

- De acordo com a "Planta de Condicionantes do PDM de Benavente – RAN e AHVS", as construções e infraestruturas integrantes da exploração pecuária não afetam solos classificados na RAN. Contudo, toda a restante propriedade onde se insere a exploração pecuária possui solos da RAN, devendo-se obter o parecer da DRAPLVT neste âmbito.

- De acordo com a “Planta de Condicionantes – outras condicionantes” do PDM de Benavente, a propriedade em questão encontra-se atravessada, a ponte a norte, por linhas de água referenciadas como “leito do curso de água classificado como REN e respetiva faixa de proteção”, bem como, no caso da mencionada extrema ponte em “zonas inundáveis ou zonas ameaçadas pelas cheias”, devendo obter-se o parecer da APA – Agência Portuguesa do Ambiente no âmbito do domínio hídrico.
- Verifica-se que as construções e infraestruturas integrantes da exploração pecuária recaem em “Áreas excluídas da REN – Áreas efetivamente já comprometidas”, designadamente em “C143”. Verifica-se também que a propriedade em questão recai na sua quase totalidade em tipologia REN de “áreas de máxima infiltração” (com a exceção das construções e infraestruturas da exploração pecuária), encontrando-se atravessada por uma linha de água REN, existindo uma pequena área na sua extrema ponte com a tipologia de REN “Zonas ameaçadas pelas cheias”.
- A CM de Benavente e as restantes entidades terão de explicitar na CD todas as desconformidades da pretensão com o PDM de Benavente e com as SRUP’s aplicáveis.
- A DRAPLVT (entidade licenciadora/coordenadora) terá de informar sobre a sujeição do projeto/pretenção a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), nos termos do RJIA a qual não é afastado/substituído pelo presente regime de regularização, e proceder em conformidade.

Conclusão:

Assumidos os esclarecimentos e explicitações pela CM de Benavente e pela DRAPLVT, obtidos os pareceres favoráveis da DRAPLVT e da APA, ponderadas as características e consolidação da atividade e o seu contexto territorial/funcional, bem como o reconhecimento pela AM de Benavente do interesse público municipal da exploração, nos termos dos regimes legais aplicáveis e atentos os pareceres das restantes entidades competentes, garantindo também a Câmara Municipal a inexistência de reclamações relativas à localização desta atividade, esta CCDR considera aceitável a regularização e ampliação da exploração pecuária com a adequação do PDM de Benavente por alteração, nos termos dos regimes legais aplicáveis e atentas as pronúncias das restantes entidades.

Sublinhe-se que este parecer, bem como eventual decisão favorável ou favorável condicionada, não constitui título para a execução das ampliações (não executadas à data da emissão do ecibo pela entidade licenciadora), carecendo as mesmas do adequado enquadramento regulamentar e legal para o necessário licenciamento camarário nos termos do RJUE e outros regimes específicos.

DSOT/DGT - abril/2019

O Diretor de Serviços do Ordenamento do Território

Por delegação de competências do Despacho n.º 10/27/2014 (DR, 2.ª série, de 20/08/2014)



Carlos Pina

DSCIDL
2
26.04.2019

Jorge Capitão
Diretor Regional Adjunto
DRAPLVT - Direção Regional de Agricultura e Pescas de
Lisboa e Vale do Tejo
Quinta das Oliveiras - Estrada Nacional 3

2000 -471 – SANTARÉM

2015100-18.04.2019

S/ referência	Data	N/ referência	Data
OF/673/2019/DL/DRAPLVT	2019/03/25	S025100-201904-ARHTO.DOLMT Proc. ARH-LX 559/3293	

Assunto: Pedido de Regularização das instalações da exploração para Bovinos, Caprinos e Equídeos, ao abrigo do D.L.nº165/2014 de 5 de novembro, pertencente a Barão e Barão Lda, sita em Quinta do Barão, Coutada Velha, Benavente. Processo 002090/02/LVT-806/REAP, Elementos adicionais.

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, e em resposta ao solicitado por V/Exas. através do ofício 673/2019/DL/DRAPLVT, com registo de entrada E026917-201903-ARHTO.DOLMT, de 1/04/2019, informa-se que se mantém o parecer favorável à regularização da exploração, condicionado ao cumprimento das condições constantes do ofício S033546-201805-ARHTO.DOLMT, de 25/08/2018, nomeadamente:

- Cobertura das nitreiras em toda a sua extensão com recurso a estruturas fixas e instalação de rede de recolha para encaminhamento das escorrências a destino final adequado, de modo a cumprir o disposto na medida PTE1P06M08_RH5 prevista no PGRH do Tejo e das Ribeiras do Oeste;
- Efetivação da ligação à rede pública de abastecimento de água, para a utilização da água para consumo humano;
- Apresentação dos comprovativos de limpeza das fossas estanques onde são armazenadas as águas residuais domésticas;
- No que se refere à valorização agrícola dos efluentes pecuários, a viabilidade da sua aplicação no solo fica sujeita à aprovação do Plano de Gestão de Efluentes Pecuários (PGEP);
- O depósito de combustível previsto deverá ser dotado de bacia de retenção.



**AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE**

- Alteração da titularidade das autorizações para captação de água subterrânea, dado os títulos em vigor se encontrarem em nome de Sociedade Agro-Pecuária Progresso de Benavente, Lda.

O Chefe de Divisão da DOLMT

Carlos Castro

(No uso das competências subdelegadas
pelo Despacho n.º 3262/2019, de 25 de
março, publicado em DR, 2.ª série – N.º 59)

MFC/

2

Carmen Azevedo

De: Margarida Maria Sena Ferreira Almeida Gouveia <mgouveia@dgav.pt>
Enviado: quinta-feira, 18 de Abril de 2019 12:33
Para: DL - Div. de Licenciamento
Cc: Cláudia Maria Agostinho Moedas; ReapDSAVRLVT; Carmen Azevedo
Assunto: RE: Pedido de Regularização de Instalações ao Abrigo do DL 165/2014 - Barão & Barão, Lda. - Benavente - Processo n.º 806/REAP - Pedido de Parecer

Exmos. Srs.,

Sobre o processo em epígrafe, e na sequência da receção dos elementos adicionais entregues pelo requerente, remetidos a coberto do v/ ofício n.º OF/672/2019/DL/DRAPLVT, de 25/03/2019, somos a reiterar o n/ parecer favorável à regularização em apreço.

Mensagem eletrónica n.º 1606/DAVR/2019

Com os melhores cumprimentos

Margarida Gouveia
Técnico Superior da Divisão de Alimentação e Veterinária do Ribatejo
Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de Lisboa e Vale do Tejo



Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

CNDMA - Quinta do Cego
2000-478, Santarém, PORTUGAL
Tlf.: 243 305 610

www.dgav.pt

O conteúdo deste email é confidencial e destinado apenas ao destinatário original.
Não deve partilhar qualquer parte desta mensagem com terceiros, salvo se resultar do conteúdo da mesma a necessidade da sua divulgação.
Se recebeu esta mensagem por engano, avise-nos imediatamente, e exclua essa mensagem do seu sistema.

De: Margarida Maria Sena Ferreira Almeida Gouveia
Enviada: terça-feira, 29 de maio de 2018 17:28
Para: DL - Div. de Licenciamento (dl@draplvt.mamaot.pt)
Cc: Susana Isabel Domingues Coelho Fonseca Costa (sfcosta@dgav.pt); ReapDSAVRLVT; Fátima Franco Candeias Martins (fcandeias@dgav.pt); Deolinda Maria Paulino Elias (delias@dgav.pt); Carmen Azevedo (Carmen.Azevedo@draplvt.gov.pt)
Assunto: Pedido de Regularização de Instalações ao Abrigo do DL 165/2014 - Barão & Barão, Lda. - Benavente - Processo n.º 806/REAP - Pedido de Parecer

Exmos. Srs.,

Em resposta ao solicitado no v/ ofício com a ref.º OF/663/2018/DL/DRAPLVT, de 09/04/2018, recebido nesta Divisão, a 27/04/2018, a coberto da comunicação de serviço n.º 326/DSAVRLVT/2018, de 19/04/2018, somos, após análise do processo em epígrafe no âmbito das competências da DGAV, de parecer favorável ao pedido apresentado.

Mensagem eletrónica n.º 2071/DAVR/2018

Com os melhores cumprimentos

1

2

À:

Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e
Vale do Tejo

Quinta das Oliveiras, E.N.3

2000-471 Santarém

DRAP LVT
ENT/11405/2018 13-07-2018 14:07:54

Sua Referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
OF/665/2018/DL/DRAPLVT	10/04/2018	6604 / DSP / 2018	09-07-2018

Assunto PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA EXPLORAÇÃO PARA BOVINOS ,
CAPRINOS E EQUIDEOS, AO ABRIGO DO D.L. Nº 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO ,
PERTENCENTE A BARAR E BARAO LDA SITA EM QUINTA DO BARAO , COUTADA VELHA ,
BENAVENTE .

Em resposta ao ofício acima referenciado, envio o parecer nº DSP/AFES/P/18/18 relativo a uma exploração
Pecuária – Processo 002090/02/LVT-806, do Regime do Exercício da Atividade Pecuária (REAP).

Com os melhores cumprimentos,

O Delegado de Saúde Regional Adjunto de Lisboa e Vale do Tejo

Nuno Lopes

/AA



PARECER SANITÁRIO
DSP/APES/P/18/18

OBJETIVO: Emissão de parecer sobre um pedido de regularização das instalações de uma exploração, de Classe 1, para Bovinos, Caprinos e Equídeos

REQUERENTE: Barão e Barão, Lda - Processo 002090/02/LVT 806/REAP.

LOCALIZAÇÃO: Quinta do Barão, Coutada Velha, Benavente.

1. INTRODUÇÃO

A Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo solicita a emissão de parecer à exploração acima referida, nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

2. CARACTERIZAÇÃO

De acordo com a Memória Descritiva e Justificativa:

- A exploração pecuária tem núcleos de produção de:
 - Bovinos – Pretende-se legalizar um efetivo pecuário de bovinos de leite de 683 CN;
 - Caprinos – Pretende-se legalizar um efetivo pecuário de caprinos de leite de 325 CN;
 - Equídeos – Pretende-se legalizar um efetivo pecuário de equídeos com a finalidade de lazer de 3 CN.
- A exploração pecuária é composta por:
 - Parques destinados a estábulos de vacas e cabras;
 - Zonas de apoio destinadas a ordenha;
 - Sala do leite com depósitos para armazenamento e refrigeração do leite produzido;
 - Palheiro;
 - Armazém para acondicionar os alimentos;
 - Arrumos;
 - Escritório.
- É efetuado um controlo mensal das medidas de proteção contra pragas, tendo sido celebrado um contrato com a empresa Rentokil.

PARECER SANITÁRIO
DSP/AFES/P/LB/1B

2.1 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

De acordo com a Memória Descritiva e Justificativa trabalham na exploração 25 funcionários afetos à atividade geral da exploração pecuária, distribuídos da forma apresentada no quadro seguinte.

Quadro 1 – Número de trabalhadores da exploração

	Núcleo de bovinos	Núcleo de caprinos
Operadores qualificados afetos ao manuseio geral da exploração, incluído ordenhadores e tratadistas	15	4
Médico veterinário	1	-
Engenheiros responsáveis pela produção animal	3	1
Administrativa	1	-

A prestação dos serviços externos de segurança e saúde no trabalho é assegurada pela empresa ASAL – Assistência Médica no Trabalho SA.

O serviço de medicina é efetuado através de uma consulta anual onde é feita a avaliação do estado dos funcionários, sendo emitida ficha de aptidão médica após cada consulta.

É também mencionado que tanto no núcleo de bovinos como no de caprinos, existe um escritório onde está disponível uma bolsa de primeiros socorros.

2.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

De acordo com a Memória Descritiva e Justificativa toda a água utilizada na exploração para abeberamento dos animais, lavagem dos sistemas de ordenha e rega é proveniente de cinco captações subterrâneas (3 para rega e 2 para abeberamento animal), cujas autorizações de utilização dos recursos hídricos foram emitidas pela ARH Tejo e Oeste.

É ainda mencionado que é efetuada uma análise/ano, para controlo da qualidade da água que abastece a exploração pecuária.

PARÉCER SANITÁRIO
DSP/APES/P/18/18

É também referido que já foi efetuado o pedido de possibilidade de ligação à rede pública de abastecimento de água. No Parecer Técnico emitido no dia 02/06/2017 pela Águas do Ribatejo, é mencionado que "(...) o serviço público de abastecimento de água está disponível (...)", que "(...) deverá ser efetuada a ligação da rede predial de abastecimento de água à rede pública de abastecimento de água (...)" e que tem de ser assegurada "(...) a independência entre a rede abastecida pelo sistema público e a rede abastecida pelo sistema privado (...)".

2.3. ÁGUAS QUENTES SANITÁRIAS

De acordo com a Memória Descritiva e Justificativa o aquecimento da água é feito através de um termoacumulador.

2.4. ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS

De acordo com a Memória Descritiva e Justificativa e com o Parecer Técnico emitido no dia 02/06/2017 pela Águas do Ribatejo, "(...) o serviço público de drenagem de águas residuais domésticas não está disponível no local (...)".

Na Memória Descritiva e Justificativa é referido que existem fossas estanques, que são limpas sempre que se justifique, sendo o seu esvaziamento efetuado por empresas prestadoras deste tipo de serviços.

2.5. EFLUENTES PECUÁRIOS

De acordo com a Memória Descritiva e Justificativa, com o Plano de Gestão de Efluentes Pecuários e com o documento "Caracterização Sistema de Armazenamento de Efluentes":

↳ Relativamente aos bovinos:

- Todos os animais em produção estão em estabulação permanente com "logettes", distribuídos por parques de produção.
- Os estábulos não são limpos com água.
- Estes parques são limpos com rodos automáticos que arrastam os efluentes pecuários para as nitreiras, localizadas na extremidade dos estábulos.
- Todos os restantes parques são limpos com recurso ao rodo do trator que arrasta ou deposita os efluentes pecuários diretamente nas nitreiras.
- Há um reaproveitamento da água resultante da lavagem do sistema de ordenha, para limpeza do parque de espera e espaço exteriores.

PARÉCER SANITÁRIO
DSP/AFES/P/18/18

↳ Relativamente aos caprinos:

- As camas dos animais são feitas com palha e serradura, sendo o estrume removido das camas para nitreiras desniveladas e devidamente impermeabilizadas, que se encontram na extremidade dos parques.
- As águas de lavagem da parte interna do sistema de ordenha, incluindo o tanque de leite, são encaminhadas para uma nitreira que faz parte do sistema de receção dos efluentes dos bovinos leiteiros.
- Não é utilizada água na limpeza da sala de ordenha das cabras.
- A única água utilizada é a de limpeza interna do circuito de ordenha e proveniente da sala de recría.

2.6. Resíduos

De acordo com a Memória Descritiva e Justificativa, anualmente é efetuado o registo dos resíduos produzidos através do SILIAMB.

Para os resíduos provenientes da prestação de cuidados veterinários, existe um contrato com a AMBIMED que coloca contentores na exploração, para recolha deste tipo de resíduos.

Existe ainda um protocolo com a VALORMED para recolha de frascos de medicamentos vazios.

Os outros tipos de resíduos são entregues, sempre que necessário, a empresas para tratamento de resíduos, nomeadamente às que são referidas no quadro seguinte.

Quadro 2 – Empresas responsáveis pelo tratamento dos resíduos

Empresa	Tipo de resíduo
RGT – Recolha, Gestão e Transporte de Inertes, Lda	Resíduos de plásticos (excluindo embalagens)
Gadiveta, Lda	Misturas de embalagens
Reciferos Unipessoal, Lda	Metais

Quando não existe quantidade suficiente de resíduos para entrega, os mesmos são mantidos e armazenados na exploração, em local seco e impermeabilizado.

2.7. Ruído

De acordo com a Memória Descritiva e Justificativa, os impactos relativos ao ruído são os inerentes à circulação de veículos de transporte de matéria-prima, de recolha de leite e de resíduos produzidos na exploração, bem como o ruído de origem natural (animais e vento) e o ruído dos equipamentos existentes na exploração, não estando previstos impactos sonoros suscetíveis de motivar situações de incómodo.

002

PARECER SANITÁRIO
USP/AFES/P/18/18

3. PARECER SANITÁRIO

Após apreciação do processo, emite-se parecer favorável, condicionado ao cumprimento da legislação em vigor e das condições seguidamente referidas, nomeadamente mas sem limitar:

3.1. REQUISITOS GERAIS

- ☞ Portaria n.º 42/2015, de 19 de fevereiro, que estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária, ou atividades complementares, de bovinos (incluindo búfalos e búfalos), ovinos (incluindo moñões), caprinos e cervídeos (incluindo veados, gamos e corços), nas explorações e nos núcleos de produção de bovinos, ou núcleos de produção de ovinos e caprinos, bem como nos entrepostos e nos centros de agrupamento autorizados para estas espécies animais.
- ☞ Portaria n.º 634/2009, de 9 de junho, que estabelece as normas regulamentares específicas aplicáveis à criação e detenção de equídeos, e a algumas atividades complementares, nas explorações e nos núcleos de produção de equídeos, bem como nos entrepostos e nos centros de agrupamento, incluindo os requisitos mínimos higio-sanitários e de localização, de acordo com a legislação em vigor em matéria de bem-estar animal e ambiente, salvaguardando a saúde pública.

3.2. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Devem ser cumpridos os seguintes diplomas e requisitos:

- ☞ Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, alterada pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto, Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 de maio, pela Lei n.º 146/2015, de 09 de setembro e pela Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto.
- ☞ Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho e a Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro que fixa as normas técnicas de execução do diploma anterior
- ☞ Informação Técnica n.º 1/2010, de 2 de julho, da Direção-Geral de Saúde, relativa aos primeiros socorros no local de trabalho.

PARECER SANITÁRIO
DSP/AFES/P/18/18

3.3. ÁGUA DESTINADA AO CONSUMO HUMANO

- ☞ Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos, alterado pelo Decreto-Lei n.º 391-A/2007, de 21 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 93/2008, de 04 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 82/2010, de 02 de julho, pela Lei n.º 44/2012, de 29 de agosto e pela Lei n.º 12/2018, de 02 de março, no que diz respeito ao acesso ao abastecimento público.
- ☞ Decreto-Lei n.º 199/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, alterado Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 06 de março, no que diz respeito à ligação ao sistema de abastecimento público de água.
- ☞ Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto que aprovou o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais e respetiva Declaração de Rectificação n.º 153/95, de 30 de novembro, nomeadamente no que se refere à rede predial de abastecimento de água.

3.4. ÁGUAS QUENTES SANITÁRIAS

- ☞ Devem ser adotados procedimentos, na conceção e construção da rede de águas quentes sanitárias e na instalação do equipamento, de modo a evitar condições que favoreçam a colonização, multiplicação e dispersão de bactérias do género Legionella. Neste sentido devem ser consideradas as recomendações previstas no documento da ARSLVT I.P., 2016: "Procedimentos de Prevenção da Doença dos Legionários – Termoacumuladores", com as devidas adaptações (documento em anexo).

3.5. ÁGUA RESIDUAIS

- ☞ Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto que aprovou o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais e respetiva Declaração de Rectificação n.º 153/95, de 30 de novembro, nomeadamente no que se refere às redes prediais de drenagem de águas residuais.
- ☞ Deve ser garantida a manutenção das fossas tendo em conta, nomeadamente, a necessidade de recolha periódica e de destino final das lamas produzidas, que devem ser encaminhadas para destino final adequado.

PARER SANITÁRIO
DSP/AFES/P/10/18

3.6. EFLUENTES PECUÁRIOS

- ↳ Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho, que estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das atividades pecuárias e as normas técnicas a observar no âmbito do licenciamento das atividades de valorização agrícola ou de transformação dos efluentes pecuários, tendo em vista promover as condições adequadas de produção, recolha, armazenamento, transporte, valorização, transformação, tratamento e destino final, assim como as normas regulamentares relativas ao armazenamento, transporte e valorização de outros fertilizantes orgânicos, nomeadamente os produtos derivados de subprodutos de origem animal transformados e os fertilizantes que os contenham, alterada pela Portaria n.º 114-A/2011, de 23 de março.
- ↳ Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/99, de 11 de março (Código das Boas Práticas Agrícolas).

3.7. Resíduos

- ↳ Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, que estabelece o regime geral da gestão de resíduos, alterado pelos seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e Decreto-lei n.º 71/2016, de 04 de novembro, nomeadamente no que diz respeito ao princípio da:
 - a) Hierarquia das operações de gestão de resíduos, devendo ser efetuada a separação dos resíduos na origem, de modo a promover a sua valorização por fluxos e fileiras;
 - b) Responsabilidade pela gestão, devendo os resíduos ser entregues a operador licenciado de gestão de resíduos.
- ↳ Despacho n.º 242/96, de 13 de agosto, relativo à gestão dos resíduos hospitalares, nomeadamente:
 - a) Devem ser garantidas condições que permitam o armazenamento apropriado dos resíduos produzidos, antes de serem encaminhados para deposição final adequada;
 - b) Estes devem ser separados e encaminhados para destino final adequado, através de empresa licenciada.

PARÉCER SANITÁRIO
DSP/ARIS/P/18/18

- ☞ Verificando-se o armazenamento temporário de resíduos, deve ser garantida a minimização de riscos, para a saúde e para o ambiente, respeitando todas as regras de segurança. Neste sentido deve ser assegurado que todos os resíduos produzidos na exploração passíveis de difundir contaminações são armazenados em locais devidamente impermeabilizados e sem possibilidade de transbordo e de escorrências. Neste caso, os locais de armazenamento devem ter:
- a) Capacidade equivalente ao maior intervalo entre duas remoções sucessivas;
 - b) Ponto de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
 - c) Paredes, teto e pavimentos revestidos com material facilmente higienizável, de modo a permitir a higienização total dos contentores e do espaço;
 - d) Ventilação adequada.

3.8. LOCAIS DE ARRUMOS

☞ Os locais de arrumos/arrecadações devem ter:

- Pavimento, paredes e teto revestidos por materiais que permitam adequadas condições de higienização;
- Ventilação adequada.

Nota: Caso exista equipamento nestes locais (ex. estantes e estrados) este deve ser de material lavável, resistente, imputrescível e não tóxico e deve ser colocado a uma altura de, pelo menos, 20 cm relativamente ao pavimento para permitir a fácil higienização desses espaços.

Lisboa, 9 de agosto de 2018



Carla Dias
Eng.ª Sanitarista

PARECER SANITÁRIO
DSP/AFES/P/18/18

Anexo

“Procedimentos de Prevenção da Doença dos Legionários – Termoacumuladores”



PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LEGIONÁRIOS

- Termoacumuladores -





Documento realizado por:

Cândida Pité-Madeira

Carla Barreiros

Lisboa, Agosto de 2016

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LESIONADOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	08/2016

INDICE

1. Introdução.....	1
2. Instalação de termoacumuladores.....	1
3. Medidas de manutenção preventiva e de monitorização.....	2
4. Medidas de manutenção corretiva.....	4
5. Bibliografia.....	6

Anexos

Anexo I - Termo de responsabilidade por instalação de termoacumuladores - Anexo da Portaria nº 1061/91, de 24 de outubro



Anexo II - Procedimentos de manutenção preventiva e de monitorização a ser aplicados aos termoacumuladores

Anexo III - Impressos de registos de procedimento de manutenção preventiva:

- Purgas regulares
- Desmontagem e desinfeção do crivo dos chuveiros e do perlator das torneiras
- Esvaziamento completo do termoacumulador para limpeza e desinfeção

Anexo IV - Impresso de registo da monitorização da água

ELABORADO Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública	APROVADO
------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LEGIOMÁRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	05/2016

1. INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo definir procedimentos de manutenção preventiva a serem aplicados aos termoacumuladores e de monitorização da água distribuída nas unidades de saúde, de forma a evitar o desenvolvimento da bactéria *Legionella*.

As medidas preventivas a aplicar aos termoacumuladores pretendem evitar condições que favoreçam a colonização, a multiplicação e a dispersão da bactéria, tais como a temperatura adequada para o seu crescimento (entre 25°C a 45°C), a estagnação de água e a acumulação de nutrientes.

Alguns procedimentos de operação e de manutenção a serem implementados carecem de uma rotina definida pelas características específicas dos equipamentos instalados. Outros devem ser aferidos em função do desempenho do sistema e dos resultados obtidos na monitorização.

Sempre que se verifiquem alterações/ ampliações ou instalação de novos equipamentos no sistema, estas devem ser de imediato introduzidas no projeto e revistos os procedimentos realizados.

Em cada edifício onde existem termoacumuladores, deve haver uma pessoa encarregada da operacionalização dos diferentes procedimentos, providenciando os meios para que se possam efetuar as operações com eficácia e com o mínimo de riscos para a saúde. A estes profissionais, deve ser dada formação contínua.


2. INSTALAÇÃO DE TERMOACUMULADORES

Os termoacumuladores elétricos têm que estar instalados de acordo com o estipulado na norma portuguesa NP-3401, devendo a instalação ser efetuada por pessoa ou empresa qualificada, que deve deixar o duplicado do termo de responsabilidade de instalação, conforme o definido na Portaria n.º 1081/91, de 24 de outubro. No anexo I apresenta-se o texto que, de acordo com o anexo da referida Portaria, deve constar do termo de responsabilidade.

Na instalação dos termoacumuladores devem ser garantidos os seguintes aspetos:

- O termoacumulador deve possuir:
 - Termóstato de controlo externo, para uma utilização simples, possibilitando a escolha da temperatura de acumulação.
 - Termómetro para visualizar, em qualquer momento, a temperatura real da água no interior do termoacumulador.

ELABORADO Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública	APROVADO
-----------------------------------------------------------------------------------	----------

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LEGIONÁRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	08/2016

- Deve sempre ser instalada na ligação à rede predial uma válvula anti-retorno, válvula de corte e uma válvula de segurança. Entre esta última e o aparelho não deve ser instalada qualquer tipo de válvula ou torneira. Deverá ser ligada a saída da válvula de segurança a um tubo de descarga conectado a esgoto, a fim de canalizar para este a água que eventualmente saia devido a um excesso de pressão e a permitir a realização de purgas. O tubo de descarga deve ter um percurso sempre descendente. Este tubo deve ser visível em todo o trajeto e deve entrar com folga no esgoto.
- Nas ligações hidráulicas devem ser usados tubos normalizados, recomendando-se ligações metálicas e rígidas sempre que possível.
- Devem ser aplicados materiais com características anticorrosivas, designadamente o aço inoxidável. Não usar linho, borrachas ou óleo de linhaça nas juntas de ligação.
- Deve garantir-se que a alimentação elétrica está provida de uma ligação à terra normalizada. Nunca se deve ligar o fio de terra aos tubos de canalização.
- Na fixação do suporte devem ser utilizados meios que garantam, em todas as circunstâncias e ao longo da vida do aparelho, a máxima segurança para pessoas e bens.
- As partes às quais é necessário aceder para futura assistência técnica ou manutenção, devem estar perfeitamente acessíveis e permitir que os trabalhos sejam efetuados sem dificuldades de maior.

3. MEDIDAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E DE MONITORIZAÇÃO



Para a implementação das medidas necessárias à prevenção de situações de risco inerentes ao funcionamento de termoacumuladores, em cada edifício onde existam termoacumuladores deve ser designado um responsável, o qual terá as seguintes competências.

- Elaborar um dossier técnico que inclua todas as informações relativas ao equipamento, nomeadamente:
 - Identificação, fichas técnicas com características (catálogos do fabricante), localização etc.;
 - Termo de responsabilidade por instalação do(s) termoacumulador(es) mencionada no ponto anterior;
 - Impressos de registos das operações de manutenção preventiva e corretiva e de monitorização da água.
 - Relatórios de intervenções realizadas pelo prestador de serviço de manutenção.

Este dossier deve ser atualizado sempre que seja efetuada qualquer alteração.

- Assegurar que a água dentro do termoacumulador se encontra sempre pelo menos a 60°C. Caso o material da rede predial da água permita temperaturas elevadas, o termostato (regulador da temperatura) deve encontrar-se sempre no máximo.

ELABORADO Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública	APROVADO
-----------------------------------------------------------------------------------	----------

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS VIDIARIAS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	08/2016

3. Assegurar a inspeção e manutenção preventiva do(s) equipamento(s) e a monitorização da água conforme o definido no quadro que se apresenta no anexo II. Para as medições de cloro residual deve articular-se com os técnicos de saúde ambiental da Unidade de Saúde Pública, que têm conhecimento e meios para o fazer.
4. Definir e promover a execução de um programa de limpeza e desinfeção de toda a instalação para assegurar que o(s) equipamento(s) funciona(m) em condições de segurança;
5. Desmontar e proceder à limpeza e desinfeção do filtro (perlator) das torneiras e dos crivos dos chuveiros.

Para a limpeza deve lavar-se, retirando todas as partículas visíveis, com um detergente normal. Para a desinfeção deve submergir-se o elemento em hipoclorito de sódio (vulgo água), durante 30 minutos, enxaguando posteriormente com abundante água fria. Se o material não for compatível com o cloro, deverá utilizar-se outro desinfetante. Os elementos difíceis de desmontar ou de submergir devem ser cobertos com um pano limpo impregnado na mesma solução, durante o mesmo tempo.



A monitorização tem como objetivo avaliar a eficácia dos diferentes procedimentos de operação e de manutenção. Deve ser definido um programa no qual estejam identificados os diferentes locais a avaliar e as frequências de monitorização, de forma a assegurar que, caso seja necessário, sejam introduzidas ações corretivas em tempo útil e assim evitar a perda de controlo e desenvolvimento de situações perigosas.

Os parâmetros a monitorizar por rotina são a temperatura da água quente sanitária (AQS) e do cloro residual livre na AQS (pode funcionar como indicador estado de degradação do interior do termoacumulador) e na água fria (AF). Os locais e as periodicidades a serem sujeitos a avaliação da qualidade da água, devem ser definidos após uma criteriosa caracterização do sistema. No mínimo deve proceder-se à avaliação da água no dispositivo de utilização mais afastado do termoacumulador.

Caso se verifique que o equipamento instalado não permite uma constância dos valores ótimos para evitar o desenvolvimento da *Legionella* no seu interior (temperatura no mínimo de 60°C) e no ponto mais afastado da rede predial de AQS (temperatura de 55°C), deve ser previsto de imediato a sua revisão.

Os impressos nos quais devem ser registados os procedimentos de manutenção preventiva e de monitorização apresentam-se no anexo III e IV, respetivamente.

ELABORADO Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública	APROVADO
-----------------------------------------------------------------------------------	----------

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LEGIONÉRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	08/2016

4. MEDIDAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

Caso seja necessário proceder a procedimentos de manutenção na sequência de deteção de *Legionella* deve proceder a uma desinfeção térmica ou química. Caso se opte pela desinfeção química, esta deve ser realizada por empresa especializada.

Desinfeção térmica

1. Aumentar a temperatura dos termoacumuladores para 70°C a 80°C por um período de 1 a 2 horas.
2. Abrir sequencialmente todas as extremidades do sistema, a água deve sair a 65°C, pelo menos 60°C, durante 5 minutos.
3. Purgar o sistema e voltar a encher o equipamento.

Desinfeção química

1. Clorar a água com uma solução de cloro entre 20 a 30 mg/L de cloro residual livre, a uma temperatura abaixo de 30°C e a um pH entre 7-8, mantendo esta situação durante 3 a 2 horas, respetivamente. Como alternativa, pode utilizar-se 4 a 5 mg/L no termoacumulador durante 12 horas.
2. Neutralizar a quantidade de cloro residual livre.

Nas duas opções deve-se:

- Desmontar e proceder à limpeza e desinfeção do filtro (perlator) das torneiras e dos crivos dos chuveiros.

Para a desinfeção deve submergir-se o elemento em hipoclorito de sódio (vulgo lixívia), durante 30 minutos, enxaguando posteriormente com abundante água fria. Se o material não for compatível com o cloro, deverá utilizar-se outro desinfetante. Os elementos difíceis de desmontar ou de submergir devem ser cobertos com um pano limpo impregnado na mesma solução, durante o mesmo tempo.

- Renovar todos os elementos da rede em que se observe alguma anomalia, especialmente os que estão afetados pela corrosão ou por incrustações.
- Após desinfeção, colher amostras de água e ser realizada a pesquisa de *Legionella*. Se o resultado não for satisfatório, o procedimento deve ser repetido até a descontaminação ficar documentada.

Caso se verifique a ocorrência de colonização da água da rede predial por *Legionella* é fundamental evitar a inalação de aerossóis e, por isso, impõe-se a proibição da utilização da água quente sanitária (AQS), até se proceder à sua correta desinfeção.

O pessoal envolvido nestes procedimentos deve usar equipamentos de proteção individual de segurança adequados (no mínimo máscara P2). Por outro lado, devem ser dadas instruções a todos os profissionais, de forma a evitar queimaduras devido às temperaturas elevadas no caso de desinfeção térmica.



ELABORADO Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública	APROVADO
-----------------------------------------------------------------------------------	----------

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LEGIONÁRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	03/2016

5. BIBLIOGRAFIA

- Dias, C – *Procedimentos para controlo do Desenvolvimento da bactéria Legionella pneumophila*. Setúbal: ex-Sub-Região de Saúde de Setúbal, 2006
- European Working Group for Legionella Infections. - *EWGLI Technical Guidelines for the Investigation, Control and Prevention of Travel Associated Legionnaires' Disease*. European Legionnaires' Disease Surveillance Network, 2011. Disponível em: <<http://ecdc.europa.eu/en/activities/surveillance/ELDSNet/Documents/EWGLI-Technical-Guidelines.pdf>>
- Health and Safety Executive - *Legionnaires' Disease The Control of Legionella Bacteria in Water Systems*. 4.ª Edição. Londres: HSE, 2013. Disponível em: <<http://www.hse.gov.uk/pubns/priced/18.pdf>>. ISBN 978 0 7176 6615 7
- Health and Safety Executive - *Legionnaires' Disease, Part2: The Control of Legionella bacteria in hot and cold water system*. Londres: HSE, 2014. Disponível em: <<http://www.hse.gov.uk/pubns/priced/hsg274part2.pdf>>

ELABORADO Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública	APROVADO
-----------------------------------------------------------------------------------	----------

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LEGIONÁRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	08/2016

ANEXO I

Termo de responsabilidade por instalação de termoacumuladores
 – Anexo da Portaria nº 1081/91, de 24 de outubro

ELABORADO:
 Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública

APROVADO

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LESIONÁRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	08/2016



Termo de responsabilidade por instalação de termoacumuladores

Eu, abaixo assinado (nome) ..., residente em ..., portador do bilhete de identidade n.º ..., passado em ... pelo Arquivo de Identificação de ..., contribuinte fiscal n.º ..., declaro que instalei o termoacumulador ... (marca, modelo e características técnicas e número de fabricante) ... (local de instalação completo) ..., de acordo com o estipulado na Portaria n.º .../..., pelo que tomo toda a responsabilidade civil e criminal pela sua correcta montagem, declarando ainda que os circuitos hidráulicos de água fria e quente que respeitam à segurança do termoacumulador estão bem executados.

Local e data: ...

(Original com assinatura reconhecida a inutilizar uma estampilha fiscal de valor previsto na Tabela Geral do Imposto de Selo para termos de responsabilidade.)

ELABORADO Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública	APROVADO
------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------


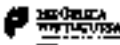
 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LEGIONÁRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	08/2016

ANEXO II

Procedimentos de manutenção preventiva e de monitorização a ser aplicados aos termoacumuladores

ELABORADO
Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública

APROVADO

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOUTÇA DOS LEGIONÁRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	08/2016

TERMOACUMULADORES



Procedimentos de operação, manutenção e monitorização

A periodicidade definida neste quadro deve ser aferida em função do estado dos diferentes componentes do sistema e dos resultados que se forem obtendo.

Período	Procedimentos	Observações
Diária	<ul style="list-style-type: none"> Manter limpo e arrumado o local envolvente do termoacumulador, de modo a que este esteja facilmente acessível. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que a água dentro do termoacumulador se encontra sempre pelo menos a 60°C. Caso o material da rede predial da água permita temperaturas elevadas, o termostato (regulador de temperatura) deve encontrar-se sempre no máximo.
Quinzenal*	<p><u>Na torneira mais afastada do termoacumulador:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Determinar a temperatura. Monitorizar o cloro residual livre na água fria e na água quente sanitária. 	<ul style="list-style-type: none"> A temperatura no termoacumulador deve ser no mínimo 60°C. Nos dispositivos de utilização (torneiras, chuveiros) a temperatura, deve ser 55°C, após correr 1 min. (não deve baixar dos 50°C). O valor de cloro residual livre da água fria deve estar entre 0,2 e 0,6 mg/L. Se o valor for $\leq 0,2$ mg/L, avaliar a concentração num dispositivo o mais próximo possível do contador do edifício, se se verificar que é $\leq 0,2$ mg/L contactar a entidade gestora do sistema de distribuição público. Se o valor for superior ao determinado anteriormente deve ser avaliada a rede predial do edifício.
Mensal	<ul style="list-style-type: none"> Efetuar purgas, procedendo à abertura da válvula de segurança/purga (na parte de baixo do termoacumulador) 	<ul style="list-style-type: none"> Tem como objetivo impedir o entupimento da válvula de segurança com calcário originando perdas de rendimento, uma vez que, quando existe um excesso de calcário depositado na resistência, o sistema de aquecimento é menor e o consumo de electricidade por sua vez é maior e previne a acumulação de resíduos que poderão promover a proliferação de <i>Legionella</i>.
Semestral	<ul style="list-style-type: none"> Fazer uma revisão do estado geral de conservação e limpeza dos dispositivos de utilização (desmontar o filtro das torneiras e as cabeças dos chuveiros, para desincrustação, limpeza e desinfeção). 	<ul style="list-style-type: none"> Substituir as juntas de vedação e os filtros que o necessitarem. Para a limpeza deve lavar-se, retirando todas as partículas visíveis, com um detergente normal. Para a desinfeção deve submergir-se o elemento em hipoclorito de sódio (vulgo líquido), durante 30 minutos, enxaguando posteriormente com abundante água fria. Se o material não for compatível com o cloro, deverá utilizar-se outro desinfetante. Os elementos difíceis de desmontar ou de

ELABORADO
Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública

APROVADO



 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LEGIONÁRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	08/2018

Período	Descrição	Observações
		submergir devem ser cobertos com um pano limpo impregnado na mesma solução, durante o mesmo tempo
Anual	<ul style="list-style-type: none"> *Esvaziar, limpar e desinfetar o termoacumulador. *Revisão geral do funcionamento da instalação. Avaliação de todos os componentes (válvulas, torneiras, chuveiros, tubagens, juntas, ligações, etc.). *Revisão dos procedimentos de operação, manutenção e de monitorização. 	<ul style="list-style-type: none"> *Proceder a eventuais reparações e substituições. *Proceder à reformulação dos procedimentos que careçam de melhoria.
Ocasional	<ul style="list-style-type: none"> *Quando os termoacumuladores estiverem fora de serviço por períodos superiores a uma semana, reaquecer a água do termoacumulador a uma temperatura superior a 70°C, pelo menos durante 1 hora e fazer descargas nas torneiras por um período de 5 minutos. A temperatura na torneira deve atingir 65°C. 	

Nota: *Periodicidade mínima. Quando ainda não existem quaisquer registos de temperatura, aconselha-se que a determinação da temperatura seja mais regular.

ELABORADO
Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública

APROVADO

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LEGIONÁRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	08/2016

ANEXO III


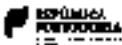
Impressos de registros de procedimento de manutenção preventiva:

- Purgas regulares
- Desmontagem e desinfecção do crivo dos chuveiros e do perlator das torneiras
- Esvaziamento completo do termoacumulador para limpeza e desinfecção

ELABORADO

Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública

APROVADO

 	PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO DA DOENÇA DOS LEGIONÁRIOS	Edição	Revisão	Data
	Termoacumuladores	01	01	06/2016

ANEXO IV

Impresso de registo da monitorização da água

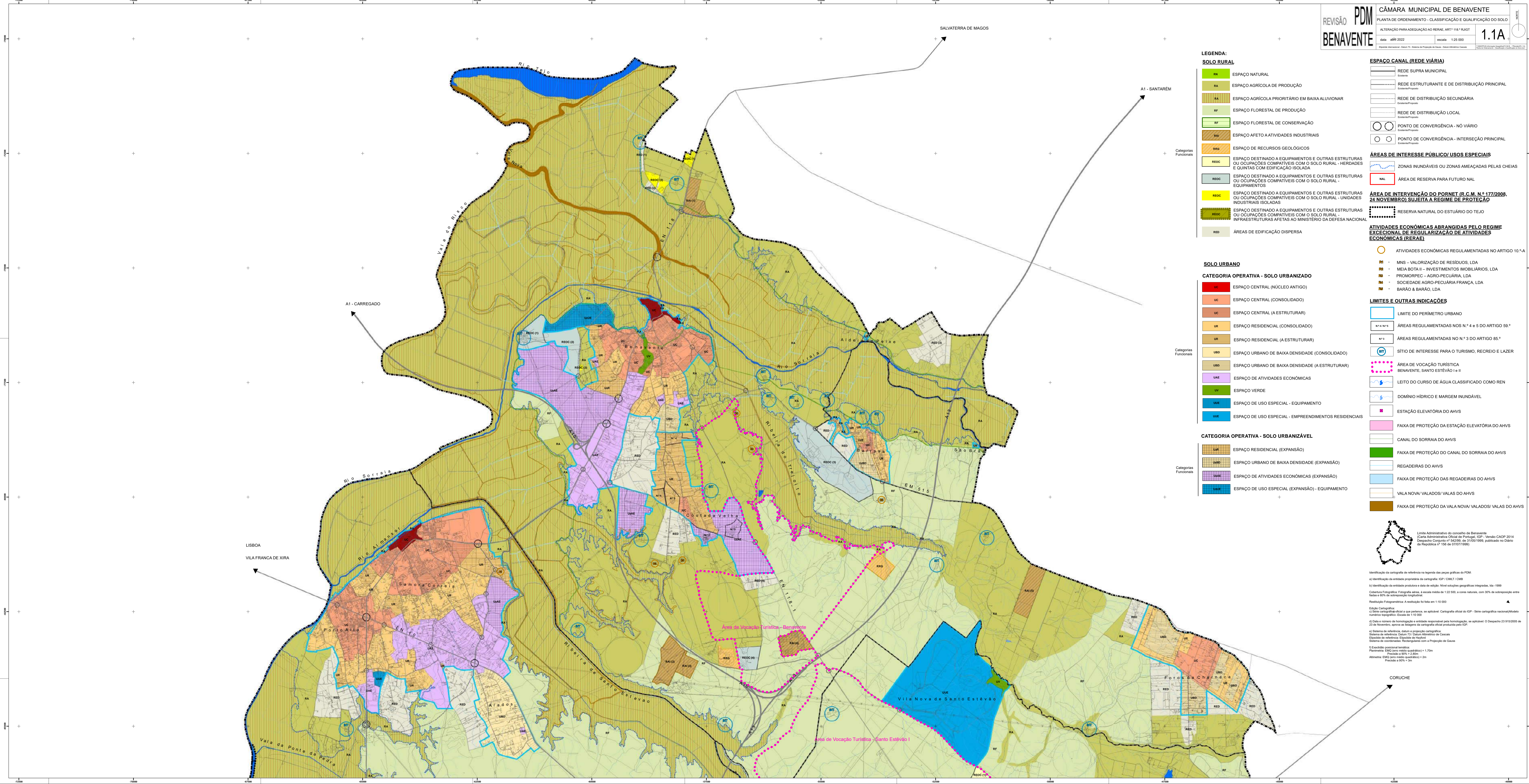
ELABORADO Área Funcional de Engenharia Sanitária/Departamento de Saúde Pública	APROVADO
-----------------------------------------------------------------------------------	----------



MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico, Desenvolvimento e Ambiente
(DMOPPUDA)

**Anexo III – Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo
(Planta 1.1, folhas A e B)**



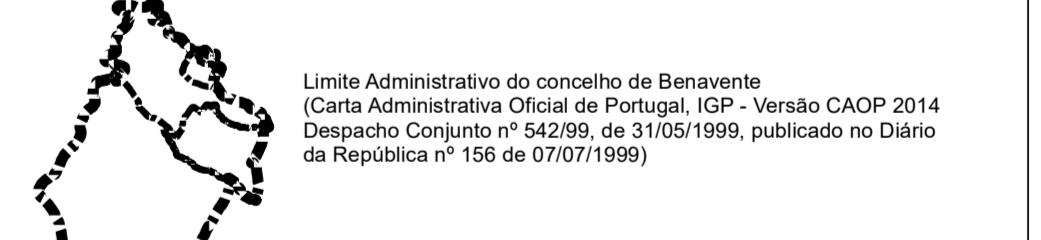
- LEGENDA:**
- SOLO RURAL**
- EA ESPAÇO NATURAL
 - EA1 ESPAÇO AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO
 - EA2 ESPAÇO AGRÍCOLA PRIORITÁRIO EM BAIXA ALUVIONAR
 - EF1 ESPAÇO FLORESTAL DE PRODUÇÃO
 - EF2 ESPAÇO FLORESTAL DE CONSERVAÇÃO
 - EA3 ESPAÇO AFETO A ATIVIDADES INDUSTRIAIS
 - ER1 ESPAÇO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
 - RECOC1 ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES COMPATIVAS COM O SOLO RURAL - HERDEGAS E QUINTAS COM EDIFICAÇÃO ISOLADA
 - RECOC2 ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES COMPATIVAS COM O SOLO RURAL - EQUIPAMENTOS
 - RECOC3 ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES COMPATIVAS COM O SOLO RURAL - UNIDADES INDUSTRIAIS ISOLADAS
 - RECOC4 ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES COMPATIVAS COM O SOLO RURAL - INFRAESTRUTURAS AFETAS AO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
 - ED1 ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA

- SOLO URBANO**
- CATEGORIA OPERATIVA - SOLO URBANIZADO**
- UC1 ESPAÇO CENTRAL (NÚCLEO ANTIGO)
 - UC2 ESPAÇO CENTRAL (CONSOLIDADO)
 - UC3 ESPAÇO CENTRAL (A ESTRUTURAR)
 - UR1 ESPAÇO RESIDENCIAL (CONSOLIDADO)
 - UR2 ESPAÇO RESIDENCIAL (A ESTRUTURAR)
 - UBO1 ESPAÇO URBANO DE BAIXA DENSIDADE (CONSOLIDADO)
 - UBO2 ESPAÇO URBANO DE BAIXA DENSIDADE (A ESTRUTURAR)
 - UAE1 ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS
 - UV1 ESPAÇO VERDE
 - UE1 ESPAÇO DE USO ESPECIAL - EQUIPAMENTO
 - UE2 ESPAÇO DE USO ESPECIAL - EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS
- CATEGORIA OPERATIVA - SOLO URBANIZÁVEL**
- UE3 ESPAÇO RESIDENCIAL (EXPANSÃO)
 - UBO3 ESPAÇO URBANO DE BAIXA DENSIDADE (EXPANSÃO)
 - UAE2 ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (EXPANSÃO)
 - UE4 ESPAÇO DE USO ESPECIAL (EXPANSÃO) - EQUIPAMENTO

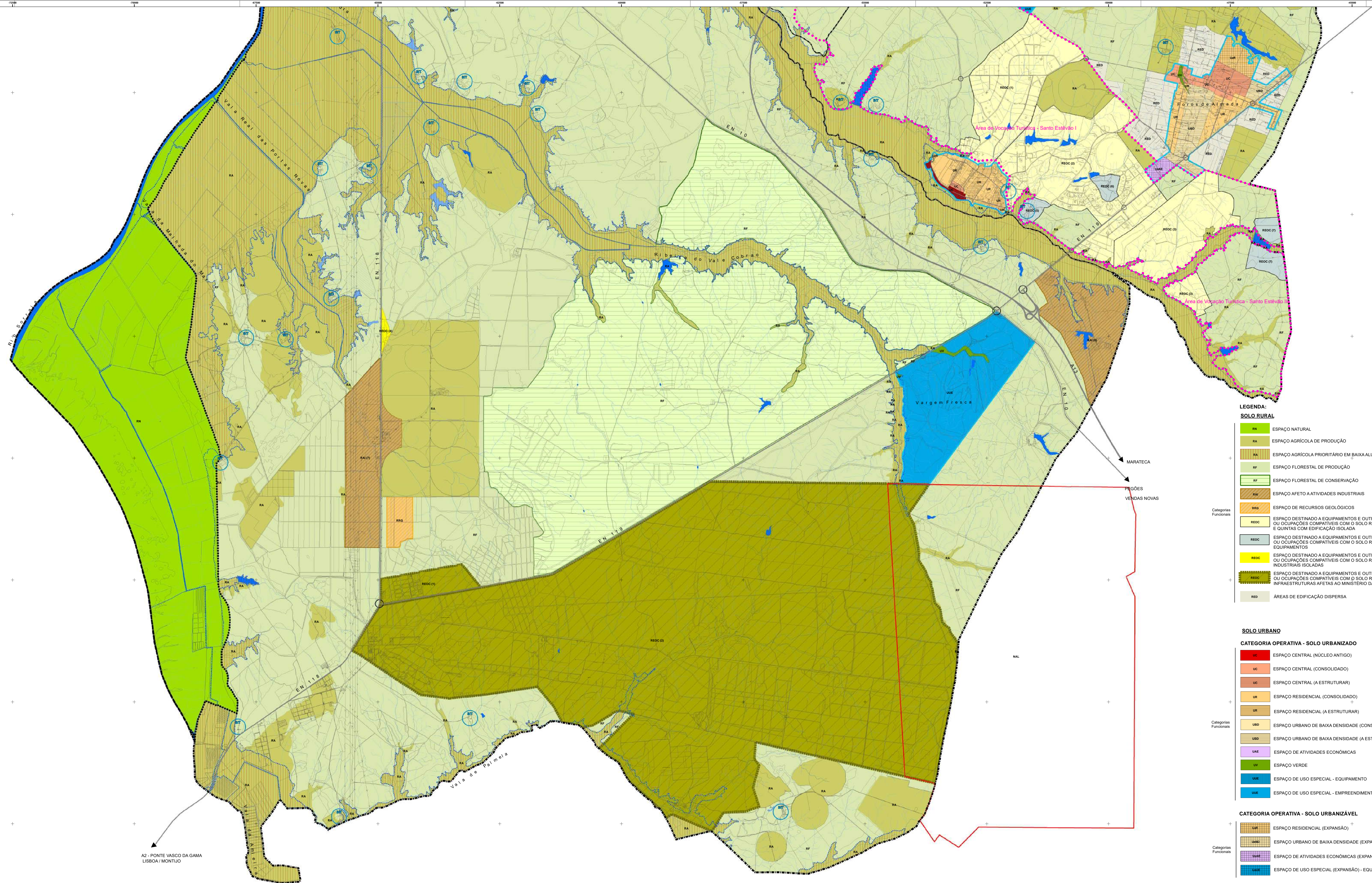
- ESPAÇO CANAL (REDE VIÁRIA)**
- REDE SUPRA MUNICIPAL
 - REDE ESTRUTURANTE E DE DISTRIBUIÇÃO PRINCIPAL
 - REDE DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA
 - REDE DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL
 - PONTO DE CONVERGÊNCIA - NÓ VIÁRIO
 - PONTO DE CONVERGÊNCIA - INTERSEÇÃO PRINCIPAL

- ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO USOS ESPECIAIS**
- ZONAS INUNDÁVEIS OU ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS
 - ÁREA DE RESERVA PARA FUTURO NAT
 - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PORNET (R.C.M. N.º 177/2008, 24 NOVEMBRO) SUJEITA A REGIME DE PROTEÇÃO
 - RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO
- ATIVIDADES ECONÓMICAS ABRANGIDAS PELO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (REBAS)**
- ATIVIDADES ECONÓMICAS REGULAMENTADAS NO ARTIGO 10.º A
 - MNS - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA
 - MEIA BOTA II - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA
 - PROCOMPEC - AGRICULTURA, LDA
 - SOCIEDADE AGRÍCOLA FRANÇA, LDA
 - BARÃO & BARÃO, LDA

- LIMITES E OUTRAS INDICAÇÕES**
- LIMITE DO PERÍMETRO URBANO
 - ÁREAS REGULAMENTADAS NOS N.º 4 e 5 DO ARTIGO 59.º
 - ÁREAS REGULAMENTADAS NO N.º 3 DO ARTIGO 85.º
 - SÍTIOS DE INTERESSE PARA O TURISMO, RECREIO E LAZER
 - ÁREA DE VOCAÇÃO TURÍSTICA BENAVENTE, SANTO ESTÊVÃO I e II
 - LEITO DO CURSO DE ÁGUA CLASSIFICADO COMO REN
 - DOMÍNIO HÍDRICO E MARGEM INUNDÁVEL
 - ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO AHVS
 - FAIXA DE PROTEÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO AHVS
 - CANAL DO SORRAIA DO AHVS
 - FAIXA DE PROTEÇÃO DO CANAL DO SORRAIA DO AHVS
 - REGADEIRAS DO AHVS
 - FAIXA DE PROTEÇÃO DAS REGADEIRAS DO AHVS
 - VALA NOVA/ VALADOS/ VALAS DO AHVS
 - FAIXA DE PROTEÇÃO DA VALA NOVA/ VALADOS/ VALAS DO AHVS



Identificação da cartografia de referência na Agência das Geógrafias de PDM
 a) Identificação do sistema de projeção da cartografia: UTM - UTM 28MT - UTM
 b) Identificação da entidade produtora e data de edição: INE (Instituto Geográfico Português), 1999
 Cartografia Fotográfica: Fotografia aérea, a escala média de 1:25.000, a cores rotativas, com 30% de sobreposição entre folhas e 50% de sobreposição longitudinal.
 Reutilização Fotogramétrica: A reutilização foi feita em 1:10.000.
 Edição Cartográfica: O plano cartográfico é de tipo planimétrico, em azimute. Cartografia oficial do ISP - Série cartográfica nacional/Matriz número topográfico - Escala de 1:10.000.
 © Data e origem da cartografia: a análise mencionada pelo topógrafo, no relatório O Decreto 23.910/2005 de 23 de Novembro, aprova as condições da cartografia oficial produzida pelo ISP.
 O Sistema de Referência, Data e Projeção Cartográfica:
 Sistema de Referência: UTM - UTM 28MT - UTM
 Sistema de Coordenadas: Planimétricas com a Projeção de Gauss.
 O Sistema Geodésico utilizado:
 Referência: EAG (em metros quadrados) + 1,70m
 Precisão: 0,05 - 2,00m
 Abertura: EAG (em metros quadrados) + 2m
 Precisão: 0,05 - 3m



A2 - PONTE VASCO DA GAMA LISBOA / MONTJO

Área de vocação turística - Santo Estêvão I

Área de vocação turística - Santo Estêvão II

LEGENDA:

SOLO RURAL

- ESPAÇO NATURAL
- ESPAÇO AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO
- ESPAÇO AGRÍCOLA PRIORITÁRIO EM BAIXA ALUVIONAR
- ESPAÇO FLORESTAL DE PRODUÇÃO
- ESPAÇO FLORESTAL DE CONSERVAÇÃO
- ESPAÇO AFETO A ATIVIDADES INDUSTRIAIS
- ESPAÇO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
- ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES COMPATÍVEIS COM O SOLO RURAL - HERDEADES E QUINTAS COM EDIFICAÇÃO ISOLADA
- ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES COMPATÍVEIS COM O SOLO RURAL - EQUIPAMENTOS
- ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES COMPATÍVEIS COM O SOLO RURAL - UNIDADES INDUSTRIAIS ISOLADAS
- ESPAÇO DESTINADO A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES COMPATÍVEIS COM O SOLO RURAL - INFRAESTRUTURAS AFETAS AO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
- ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA

SOLO URBANO

- CATEGORIA OPERATIVA - SOLO URBANIZADO**
- ESPAÇO CENTRAL (NÚCLEO ANTIGO)
 - ESPAÇO CENTRAL (CONSOLIDADO)
 - ESPAÇO CENTRAL (A ESTRUTURAR)
 - ESPAÇO RESIDENCIAL (CONSOLIDADO)
 - ESPAÇO RESIDENCIAL (A ESTRUTURAR)
 - ESPAÇO URBANO DE BAIXA DENSIDADE (CONSOLIDADO)
 - ESPAÇO URBANO DE BAIXA DENSIDADE (A ESTRUTURAR)
 - ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS
 - ESPAÇO VERDE
 - ESPAÇO DE USO ESPECIAL - EQUIPAMENTO
 - ESPAÇO DE USO ESPECIAL - EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS
- CATEGORIA OPERATIVA - SOLO URBANIZÁVEL**
- ESPAÇO RESIDENCIAL (EXPANSÃO)
 - ESPAÇO URBANO DE BAIXA DENSIDADE (EXPANSÃO)
 - ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (EXPANSÃO)
 - ESPAÇO DE USO ESPECIAL (EXPANSÃO) - EQUIPAMENTO

- ESPAÇO CANAL (REDE VIÁRIA)**
- REDE SUPRA MUNICIPAL
 - REDE ESTRUTURANTE E DE DISTRIBUIÇÃO PRINCIPAL
 - REDE DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA
 - REDE DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL
 - PONTO DE CONVERGÊNCIA - NÓ VIÁRIO
 - PONTO DE CONVERGÊNCIA - INTERSEÇÃO PRINCIPAL

ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO/USOS ESPECIAIS

- ZONAS INUNDÁVEIS OU ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS
- ÁREA DE RESERVA PARA FUTURO NAL

ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PORMET (R.C.M. N.º 177/2008, 24 NOVEMBRO) SUJEITA A RÉGIME DE PROTEÇÃO

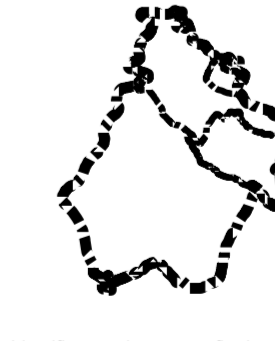
- RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO TEJO

ATIVIDADES ECONÓMICAS ABRANGIDAS PELO RÉGIME EXCEPCIONAL DE REGULIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE)

- ATIVIDADES ECONÓMICAS REGULAMENTADAS NO ARTIGO 10.º-A
- MNS - VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA
- MEIA BOTA II - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA
- PROMORPEC - AGRO-PECUÁRIA, LDA
- SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA FRANÇA, LDA
- BARÃO & BARÃO, LDA

LIMITES E OUTRAS INDICAÇÕES

- LIMITE DO PERÍMETRO URBANO
- ÁREAS REGULAMENTADAS NOS N.º 4 e 5 DO ARTIGO 59.º
- ÁREAS REGULAMENTADAS NO N.º 3 DO ARTIGO 85.º
- SÍTIOS DE INTERESSE PARA O TURISMO, RECREIO E LAZER
- ÁREA DE VOCAÇÃO TURÍSTICA BENVENTE, SANTO ESTÊVÃO I e II
- LEITO DO CURSO DE ÁGUA CLASSIFICADO COMO REN
- DOMÍNIO HÍDRICO E MARGEM INUNDÁVEL
- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO AHVS
- FAIXA DE PROTEÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO AHVS
- CANAL DO SORRAIA DO AHVS
- FAIXA DE PROTEÇÃO DO CANAL DO SORRAIA DO AHVS
- REGADEIRAS DO AHVS
- FAIXA DE PROTEÇÃO DAS REGADEIRAS DO AHVS
- VALA NOVA/ VALADOS/ VALAS DO AHVS
- FAIXA DE PROTEÇÃO DA VALA NOVA/ VALADOS/ VALAS DO AHVS



Unidade Administrativa do Conselho de Benavente
 Câmara Municipal de Benavente
 Rua da República nº 142/150, 211005 Benavente, Portugal
 Telefone: 2110051000
 Fax: 2110051001
 E-mail: cm@cm-benavente.pt
 Website: www.cm-benavente.pt